

nota de agradecimento

Expresso meus agradecimentos a todos os colegas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização do presente trabalho. Em especial, quero agradecer a Alvaro Villas-Boas, Carlos de Araújo Moreira Neto, Lucia Helena Rangel Muçouçah e Marco Aurélio Nogueira.

A Carmen Junqueira, orientadora da tese e colega, quero me referir em separado, pela determinação com que conduz o estudo da Antropologia e pela contribuição fundamental dada à minha formação.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro	
SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	
RECEBIDO EM:	
Data	3/12/72 Hora _____
Protocolo Nº	9482
	Nº _____
Distr.:	D. Técnica
	burg

índice

	pág.
1. Introdução	1
2. Contribuição à história Terena	11
3. O Posto e seus habitantes	50
4. Os Terena atuais	94
5. Participação e integração	126
6. Conclusão	151
7. Bibliografia	156

1. Introdução

Na Etnologia, o estudo da dinâmica da mudança restringiu-se durante várias décadas à análise da difusão de elementos culturais tidos como agentes de transformação das sociedades tribais receptoras. O contacto era pensado sob a forma de relações entre instituições da mesma natureza e nível: cada instituição "ocidental" importada dirigindo seu impulso à sua equivalente indígena.

Outras análises consagradas à aculturação chegaram a elaborar modelos mais complexos, com ênfase no choque decorrente do contato de sistemas culturais diferentes. Essas concepções tendiam a acentuar as oportunidades de cada cultura, distinguindo seus mecanismos de defesa, graus de rigidez e compatibilidade, assim como sua capacidade de adaptação e reação aos processos aculturativos. Por outro lado, subestimavam-se as contradições e os antagonismos decorrentes das relações civilizado/primitivo, isolando aspectos culturais dos propriamente sociais e não captando de maneira crítica o sentido real que orientava a expansão colonialista.

Embora os estudos de aculturação fossem análises de aspectos do colonialismo, este não era encarado como um sistema de dominação política e econômica, mas como decorrência natural do desenvolvimento de sociedades complexas.

O conceito de aculturação levou a Antropologia a reduzir o fenômeno do colonialismo a um aspecto externo e irrelevante à análise científica. "A ótica da sociologia colonial era, em geral, a ótica da colonização. Os trabalhos que produziu sobre os efeitos do contacto ou choque de culturas foram investigações que se ocuparam em ilustrar a legitimidade da usurpação" (1).

O estudo da mudança de sociedades não-ocidentais era centrado, portanto, em categorias abstrato-formais como "contacto cultural", "mudança social", "ocidentalização". Estudos que, como afirma Gough, "deram lugar a relatórios descritivos e permitiram hipóteses limitadas quanto ao impacto das culturas industriais, (...) mas ajudaram pouco à compreensão da repartição mundial do poder do imperialismo ou de seu sistema global de relações econômicas" (2).

Com efeito, a expansão colonialista esvaziou as sociedades não-ocidentais de seu conteúdo cultural, desmembrou as etnias para projetá-las num conjunto mais global representado pela Colônia.

Essa projeção assume nova roupagem quando analisada através da noção de "situação" que, para Balandier, Lecerclerc e outros, implica não no contacto de dois sistemas dotados de relativo grau de autonomia, mas em relações de dominação/subordinação que compõem uma mesma totalidade.

(1) Berque, Jacques - La dépossession du monde. Paris. Mouton. 1970.

(2) Gough, Kathleen - "Anthropologie et impérialisme". Les Temps Modernes, 27^{ème} année, dec-jan 1970/1971, 293-294: 1132.

Ao lado dessas abordagens propriamente estruturais, surgiram análises de conjuntura destinadas a compreender a vida social como um todo para, depois, identificar as modalidades de passagem para contextos mais inclusivos.

Um dos componentes dessa totalidade - o processo econômico - recebeu da Antropologia tratamento bastante diferenciado. Nas primeiras décadas do século 20 era reduzido à tecnologia; posteriormente, embora passasse a ser tratado como um processo social, suscitou controvérsias explicitadas em dois tipos de proposições teóricas: a dos formalistas para os quais a economia nativa era passível de ser compreendida através das categorias da ciência econômica convencional, e a dos substantivistas que, negando a existência de capital, lucro, investimento, etc., propunham que as análises buscassem apreender formas e estruturas de produção, repartição e circulação específicas, próprias do contexto estudado.

Tentativas recentes de aplicação das categorias do materialismo histórico feitas por Terray revelam abertura teórica considerável para o estudo das estruturas econômicas igualitárias. Toda sua análise centra-se no conceito de modo de produção, e na crítica à forma pela qual Meillassoux desenvolveu o mesmo conceito em sua pesquisa sobre os Gouro, da Costa do Marfim. Sabe-se que, para Meillassoux, o modo de produção das sociedades de linhagem segmentária caracteriza-se pela "exploração da terra, auto-subsistência, utilização de técnicas de produção quase imediatas

e o uso da energia humana como principal fonte energética" (3).

O caminho percorrido por Terray pode ser resumido num inventário dos diferentes processos de trabalho e suas formas de cooperação, assim como as relações sociais de produção que lhes são correspondentes. "Com efeito, todo processo de produção, na medida em que requer o concurso de muitos indivíduos como força de trabalho, exige organização, repartição e coordenação das tarefas, em poucas palavras: uma forma de cooperação. As diferentes forças de trabalho, agrupadas na unidade de produção, podem estar simplesmente justapostas ou podem constituir uma espécie de célula que opera como um único agente e, em consequência, podemos localizar as diversas formas de cooperação que correspondem aos diversos tipos de produção" (4).

Vinculadas a estas formas de cooperação estão as estruturas de direção e controle. É bem claro que as relações de produção assumem grande importância, pois é a partir delas que será possível estruturar a articulação das instâncias da superestrutura com a base econômica e, assim, perceber a especificidade de um modo de produção.

Identificando a existência de dois modos de produção na formação econômico-social Gouro (os modos de produção 1 e 2), Terray está pressupondo que essa formação

(3) Meillassoux, Claude - Anthropologie économique des Gouro de Côte d'Ivoire. Paris. Mouton, 1964: 89.

(4) Terray, Emmanuel - Le marxisme devant les sociétés "primitives". Paris. Maspero. 1969: 100.

é o resultado da coexistência de dois modos de produção , sendo um deles o dominante. Na formação Gouro, a dominação é cruzada, isto é, de acordo com a instância levada em consideração, tem-se a dominação de um ou de outro modo de produção. "Mas não basta enunciar esta dominação cruzada , é necessário construir ainda sua teoria. Digamos de imediato que, no momento atual, não nos encontramos em condições de levar a bom termo esta empresa nem, inclusive, de uma maneira mais geral, de pensar rigorosamente os mecanismos que asseguram a dominação de um modo de produção sôbre outro " (5).

Tendo definido certo número de relações entre os dois modos de produção que caracterizam a sociedade Gouro, Terray não consegue ir mais adiante e perceber que a essência da dominação não se situa entre o sistema tribal e o sistema de linhagens, mas entre a economia tradicional de auto-subsistência e a economia mercantil.

Meillassoux, ao contrário, mostra como a apropriação do sobre-produto social pelos "mais velhos", marca o início de relações econômicas assimétricas que se consolidarão efetivamente com a dominação colonial. Mesmo assim, os colonizadores não chegam a exterminar as estruturas indígenas, nem os homens, mas se servem deles para fundar as bases de uma agricultura verdadeiramente capitalista que , gradativamente, altera o modo de vida nativo.

(5) Terray, E., op. cit.: 154.

Embora, realmente, a teoria não esteja ainda construída, Terray parece fixar-se mais nos aspectos estruturais sincrônicos, abandonando a explicação histórico-genética. Além disso, a coexistência de dois modos de produção é incompatível com o materialismo histórico, pois o "novo" modo de produção tende sempre a tornar-se o predominante e o exclusivo. Aliás, Marx afirma que "todas as conquistas supõem três possibilidades. O povo conquistador submete o povo conquistado a seu próprio modo de produção (por exemplo, os ingleses na Irlanda no século 19 e, em parte, na Índia) ou senão, deixar subsistir o antigo modo e se contenta com um tributo (por exemplo, os turcos e os romanos), ou então se estabelece uma ação recíproca que produz algo novo, uma síntese (isto ocorreu em parte nas conquistas germânicas). Em todos os casos, o modo de produção, tanto o do povo conquistador como o do povo conquistado, ou o que resulta da fusão de ambos, é decisivo para a nova distribuição que se estabelece" (6).

Efetivamente, no Brasil, as comunidades definidas como indígenas, são levadas a participar de sistemas regionais e da economia nacional através de um determinado conjunto de relações que as transforma em minoria sociológica e as colocam em situação de dependência.

Essa dependência, porém, não permite que possam ser tratadas teoricamente como sociedades híbridas (combi-

(6) Marx, Karl - Introduction à la critique de l'économie politique. Paris. Editions Sociales, 1957: 265.

nação de instituições e tecnologia de estágios diferentes de desenvolvimento), mas como sociedades que se submetem à exploração de classe, ainda que mantendo formas de vida co munitária aceitas pelo indigenismo oficial. A incorporação desses grupos, ou sua integração, se efetiva, não pela as- similação étnica, mas pela participação tangencial na socie- dade mais ampla.

Essas colocações teóricas são de fundamental im portância para a análise do contato da sociedade nacional capitalista com grupos tribais.

O capitalismo, ao implantar suas formas de pro- dução, elimina, gradativamente, outros tipos de relações não-capitalistas. Entretanto, afirmar que o sistema capital ista domina não significa negar a existência de formas de relações capita- listas de produção, que se assemelham às re- lações existentes em comunidades "primitivas", mas sim re-ter que as sociedades tribais, tomadas em seu conjunto, não estabelecem sua perspectiva histórica à margem do sistema de classes predominantes na sociedade global.

Poder-se-ia mesmo afirmar que a grande tarefa teórica da Antropologia Econômica seria a de investigar co- mo se efetiva a passagem das sociedades sem classe às so- ci- dades de classes. Embora essa passagem só adquira expres- são acabada com a negação das sociedades submetidas, é pos- sível a persistência de relações de produção e de organiza- ção social próprias a sociedades sem classes, ao lado de re- lações de produção e de dominação novas, típicas das estru- turas de classe.

O objetivo deste trabalho é o estudo das transformações econômicas sofridas pelos Terena, no Posto Indígena Araribá, estado de São Paulo, decorrentes das articulações estabelecidas com a sociedade envolvente.

No Brasil, mais especificamente na então Província de Mato Grosso, chegaram os Terena em meados do século 19, onde estabeleceram contatos regulares com a sociedade nacional, vendendo sua força de trabalho nas frentes de expansão, ou desenvolvendo relações comerciais com os produtos obtidos de suas lavouras.

A criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, iria converter-los a condição de tutelados, fixando-os em reservas demarcadas pelo Estado. Se esse fato os resguardou de um processo de destribalização mais rápido, não os manteve imunes às determinações gerais do sistema.

No primeiro capítulo, reunimos dados históricos significativos à compreensão do modo de vida Terena no Chaco, suas primeiras formas de contato com o colonizador e as várias compulsões a que foram submetidos.

A seguir, expomos as circunstâncias que cercaram a criação do Posto Indígena Araribá, buscando identificar as atividades econômicas desenvolvidas dentro da reserva, assim como as relações mantidas com o sistema nacional. Esse material foi obtido junto ao Posto, durante o mês de janeiro de 1973, através de entrevistas não estruturadas, histórias de vida e observação sistemática.

No quarto capítulo, discutimos alguns proble-

mas teóricos que nos parecem fundamentais à compreensão da natureza das relações entre grupos indígenas e sociedades complexas.

Concluimos com uma tentativa de explicação global da situação Terena, buscando apreender algumas características que norteiam a expansão sócio-cultural de sociedades mais complexas sobre grupos indígenas contemporâneos, participantes do processo histórico nacional.

2. Contribuição à história Terena

A possibilidade de reconstruir a história Terena foi norteada pelas informações contidas nas obras clássicas de Labrador, Cabeza de Vaca, Furlong e Camaño, Azara, Nordenskiöld, Taunay e nos trabalhos recentes de Susnik. Referências etnográficas gerais foram buscadas em Metraux, Belaieff, Steward e Faron; dados sistemáticos sobre a estrutura social nas análises monográficas de Oberg, Oliveira e Silva. O acesso a fontes primárias e as análises de Moreira Neto e Ribeiro forneceram os referenciais necessários para a compreensão da política indigenista brasileira, principalmente no século XIX.

Em toda literatura clássica as referências aos Terena os situam como pertencentes ao grupo Chané/Aruaque, habitantes do Chaco, subordinados ocasionalmente aos Mba-ya/Guaicuru.

Azara localiza os Guaná entre as latitudes 20º 22º pelo ano de 1673, quando uma grande parte da "nação" descolocou-se para o leste do rio Paraguai, ao norte do trópico, numa região chamada Província de Itati. Segundo o autor, os espanhóis no século XVII, dividiam os Guaná em seis hordas principais; Layana ou Eguaacchigo, composta de 1800 índios; Chabaraná ou Tchoaladi, com 2000 provavelmente; Quinquinao com cerca de 600; Etelenoé, com 3000; Ni

guecactemic, com 300 estando dividida em quatro povos e a Choroaná, provavelmente com 600, incorporada aos Mbayá (1).

Furlong e Camaño afirmam que o Chaco, no século 18, era um "país" habitado apenas por índios, divididos em treze nações, ainda não submetidas à dominação colonial, embora todo o território fosse cercado por províncias conquistadas e povoadas por espanhóis. Limitava-se ao norte com as Missões Chiquitos, da Companhia de Jesus, pertencentes à Província de Santa Cruz de la Sierra; do ocidente ao sul, com as Províncias de Laguna, Chilaya e Paspaya, Chichas e Tucuman; do lado oriental, em direção ao norte, com as Províncias de Buenos Aires e do Paraguai.

As "nações" indígenas que constituíam o "país" eram muito distintas cultural e linguisticamente. Dentre as mais importantes, destacavam-se: a Chiriguana (Guarani), com população composta de 40 a 50 mil pessoas; Mbayá, com 3 a 4 mil, dividida em sete ou nove tribos, muito temida pelos espanhóis e por outros grupos tribais; Guaná, a mais pacífica e dócil, com cerca de 30 mil índios, dividida em sete grupos: Layana ou Chaná; Terena ou Etelena, com dois "pueblos"; Echoaladi; Neguecagatemi; Equinikinao, também com dois "pueblos". As demais "nações que habitavam o país" eram: Mataguaya, Vilela, Lule, Macobi, Abipon, Lengua, Payaguá, Zamuca e Yacurí (2).

(1) - Azara, Félix de - Viajes por la América Meridional. (Tomo I). CALPE. 1923: 50.

(2) - Furlong, C. y Camaño, J. - "Noticia del Gran Chaco". Buenos Aires, Libria del Plata, MCMLV: 109/122.

Labrador que viveu no Chaco entre 1760/1767 a firma que "en varias partes del Paraguay Católico se ha hecho mención de la nación, comunmente conocida por el nombre de Guanás. Ellos á sí mismos se llaman Chanás nombre que comprende todas las parcialidades, aunque estas para distinguirse entre sí, se apropian otros nombres. La primera, y que tiene su población má inmediata á la Reducción de Nuestra Señora de Belén, ha quedado con el nombre de Chanás, transcendental á todas. Los Mbayás llaman á todas la nación Niyolola, y á la dicha primera población, Layaná. De ésta se hizo el año antes de nuestra entrada á los Eyi guayeguis, una numerosa colonia que por el sitio, que no dista mucho de sua matriz, ni del rio Paraguay, tomó el nombre de Nigati Ciboé. Los Mbayás la llaman Neguecaga Temigii. Más antigua división cuenta la nombrada Terenoá, y, segundo los Mbayás, Etelena. Multiplicáronse de modo que hoy diá forman dos grandes pueblos ó parcialidades. A una conocen los Mbayás con el ^{nombre} Alomegidigi; y á otra dicen Naga tag-Egodigi. La más numerosa parcialidad es la de los Choraana, decha de los Mbayás Echoaladi. Está dividida en dos pueblos grandes entre sí no muy apartados. Son reputados por los mas barbaros, é inquietos de toda la nación. La última población y más inmediata á las Misiones de los Indios Chiquitos, es la de los Quainoconás, a que los Mbayás llaman Equini Quinao (3).

(3) Labrador, Sanchez-"Indios Guanás"- Em: El Paraguay Católico, con sus principales provincias convertidas a la Santa Fé y vasallage del Rey de España por Jesús, en gran parte arruinada por los mamelucos del Brasil y restabelecidas por los mismos misioneros año 1770. Buenos Aires, Ed. Hermanos, 1910: 255-256.

Segundo Métraux, os Guaná, em 1767, estavam divididos em 5 sub-grupos: Layana (Chaná, Guaná); Niguecactemic (Neguecaga Temigi, Neguecatemigi); Terena (Etelena, Terenoá); Echoaladi (Choarana, Chararana) e Kinikinao (Equiniquinao, Quainaconas) (4).

Embora não haja uniformidade entre os autores quanto a divisão e classificação dos vários grupos da "nação", parece que Chané/Guaná poderá ser o nome geral de todos os grupos aruaque localizados em terras chaquenhas e que se constituíram num importante foco de difusão de elementos culturais junto a seus vizinhos caçadores e coletores.

Seu habitat básico era sub-andino e os deslocamentos iniciais para a área chaquenha deviam-se essencialmente a relações de hostilidade com grupos vizinhos. A existência de enclaves aruaque na Província de Chiquitos (Paiconecas, Saravecas) e na área matogrossense, linguísticamente diferentes, evidenciam que as migrações devem ter ocorrido por duas vias distintas: a dos Chané, da região oeste do Amazonas e a dos Paressi, do Alto Xingu. (5).

Na época dos primeiros contatos com os colonizadores, o Chaco era considerado economicamente marginal, inprodutivo e, por isso, teve retardada sua exploração. A ariu

(4) Métraux, Alfred - "Indians of the Gran Chaco". Em: Handbook of south American Indians, vol.I. New York, Cooper Square Publishers, Inc., 1963: 239 .

(5) Susnik, Branislava - "Clasificación de las Poblaciones Indigenas del area Chaquenã". Em: Etnografía Para guaya, parte 1ª. 7ma. Edición. Manuales del Museo Etnográfico "Andres Barbero". Asunción, 1973: 86 .

dez do solo de vegetação xerófila era, em certa medida, com pensada pela presença de vários rios. Embora a coleta garan tisse a base para subsistência, pesca e caça representavam papel importante, não existindo, porém, padrões agrícolas regulares.

Por esses indicadores gerais, as populações indí genas do Chaco classificam-se com uma das "variedades de ca çadores e coletores nômades" (6) culturalmente marginais à floresta tropical (7). O tipo cultural marginal define-se pela ausência de vários elementos e padrões existentes em sistemas mais complexos, atribuída principalmente ao afasta mento do fluxo da difusão cultural.

Ainda que os marginais possam ser caracterizados, de maneira uniforme, pela simplicidade de seus padrões cul turais e singeleza de desenvolvimento tecnológico, a exten são do conceito a grupos muito heterogêneos sócio-cultural mente, se revela bastante inadequada. Como afirma Galvão , "mesmo levando em conta, o que uma classificação apoiada em níveis de integração sócio-cultural divirja de outra que a

(6) Steward, Julian H. e Faron, Louis C. - Native peoples of south America. New York, Toronto, London, McGraw - Hill Book Company, Inc., 1959:374.

(7) Segundo Steward e Faron "it has been customary to classify the nonfarming Indians of South America as marginal or hunting-and-gathering people. Marginal is meaningful in terms of culture elements; for most of these societies were remote from the centers of inventiveness, and they received comparatively few of the traits found among the more complex cultures. Marginal, however, is a misleading designation of cultural types, for it implies that a society is only a poorly developed imitation or copy of a fully developed form that has culminated or climaxed in the center of the culture area to which the society is peripheral. Cultural types are total socio-cultural systems rather than agglomera

centua a difusão contígua de traços e complexos culturais , o esquema tal como apresentado mostra certa incongruência. (...) Os Marginais, (...) reúnem tribos de caracterização bastante diversa. O próprio autor refere-se a heterogeneidade desses grupos, reunindo-os, porém, pelo fato de diferirem das demais tribos sul-americanas em termos de ausência de traços culturais como a agricultura, tecelagem, tipos mais complexos de trançado, canoas, etc., presentes naquelas. Com raras exceções, os grupos mencionados possuem em maior ou menor grau uma forma de cultivo, e esta diretamente relacionada com as potencialidades da área geográfica que habitam, em que predomina a floresta, a mata ciliar ou o campo-cerrado ... Da mesma forma é considerável a diferença de sistemas religiosos e desenvolvimento do xamanismo" (8).

Nesse sentido, parece-nos duvidoso classificar os Mbayá/Guaicuru e Chané/Aruaque como marginais, pois esses grupos chegaram a possuir estrutura social rigidamente estratificada, principalmente após a aquisição do cavalo ; além disso mantiveram movimentos expansionistas para a captura de cativos, desenvolveram padrões agrícolas regulares e atividades artesanais complexas, características que os aproximam das "Chefias da Floresta Tropical" e da "Area Cir

(7) cont. tions of elements originating in certain centers. The nonfarming indians are marginal only in the sense of sharing a very small number of elements with the complex cultures. This is a negative characterization, a statement of their lack of many elements and patterns". (Steward, J.H. e Faron, Louis C., op. cit.: 374).

(8) Galvão, Eduardo. Áreas Culturais do Brasil : 1900/1959- Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, NS, nº 8, Belém, jan.- 1960: 8/9 .

cumcaribeana" (9).

Nosso propósito, no presente capítulo, é fornecer algumas características dos Mbayá/Guaicurú e mostrar que a dominação exercida junto aos Chané/Guaná/Aruaque não foi uniforme para todos os grupos. As interpretações recentes de Susnik parecem confirmar que a estratificação Mbayá foi indubitavelmente pré-hispânica, firmando-se, porém, com a aquisição do cavalo, fato que os colocou em posição de clara superioridade diante dos grupos pedestres e agricultores (10). Por outro lado, a utilização do cavalo pelos Chané/Aruaque -principalmente pelos Terena - não desviou a sua orientação de grupo agricultor sedentário, mas suscitou um movimento expansionista, essencialmente colonizador. Apenas os Terena reproduziram o modelo estrutural Mbayá ,

(9) Steward e Faron admitem essa possibilidade, advertindo porém que "while these class-structures societies strongly resembled the chiefdoms described in chapters six to nine (Chefias da área circumcaribeana, chefias guerreiras do norte dos Andes, e da América Central, Chefias Teocráticas da Venezuela e das Antilhas e Chefias da Floresta Tropical localizadas a leste da Bolívia), there was a fundamental difference in their development. In the Northern Andes, Central America, Venezuela, and the Antilles, the chiefdoms developed in aboriginal times on the basis of Spanish Conquest. In the Gran Chaco, native sub-sistence supported only small nomadic band and a few settled village people. The basis of what might be called post-Spanish chiefdoms was less the wealth produced by the Indians, except in the case of the Mbayá and Guaná, than that introduced by the Spaniards, especially livestock, while the means of acquiring it, horse nomadism was also of Spanish origin". (Steward, J e Faron, L., op. cit.: 423).

(10) Após a introdução do cavalo, as populações chaquenhas agrupam-se em três categorias: tribos equestres e canoeiras (Abipon, Mocovi, Mbayá, Payaguá); tribos pedestres (Mataco, Choroti, Ashluslay, Macá, Lengua, Toba, Lule-Vilela); tribos agricultoras do norte, todos os Chané/Guaná. (Métraux, A. - op. cit.: 302).

formando sociedade fortemente estratificada através da incorporação de grupos étnicos diferenciados.

O apelativo "Guaycurú", inicialmente, era dado pelos Guarani aos habitantes da margem ocidental do médio Paraguai, seus vizinhos hostis. O termo foi estendido na época hispano-colonial aos grupos tribais cujo habitat se estendia a todo o Paraguai.

Se bem que essa denominação fosse baseada em características etno-ambientais comuns como tipo físico definido, módulo subsistencial-caçador, conduta hostil frente a grupos cultivadores, generalizou-se inadequadamente o termo para grupos tribais culturalmente diversos ^{que} adquiriram importância por seus relacionamentos hostis com os colonizadores.

O termo "Guaycurú" acha-se ligado a um movimento migratório-expansionista que culminou em um padrão cultural típico de "caçadores-guerreiros-cavaleiros" do século 17 / 18 (complexo do cavalo). Este movimento belicoso e expansionista se devia a intensos deslocamentos e frequentes migrações de diferentes grupos coletores e caçadores, basicamente provocados pelo caráter sócio-político da conquista incaica e pela penetração hispano-colonial. A homogeneidade linguística desses grupos permitiu sua classificação como "povos da família linguística Guaycurú, englobados pelos Abipon, Toba, Pilagá, Mocovi, Mbayá, Payaguá e,

provavelmente, os Guachi" (11).

O apelativo Mbayá, identificava principalmente os grupos que habitavam a parte norte do conjunto etno-ambiental Guaicurú, no alto Paraguai: os Eygua-yegis. O sufixo "yegi" correspondia a "yiqui", uma forma dialetal dos grupos do sul, localizados no médio Paraguai. O proto-habitat pré-colombiano desses grupos deveria localizar-se ao sul do rio Pilcomayo e seus deslocamentos se deviam a pressões de grupos vizinhos, principalmente os Lule-Vilela e os Cochabat-Enimagá.

A penetração no Chaco Central ocorreu em duas ondas migratórias: a da "gente yiqui" e de "gente yegi". Esta ramificação migratória implicou novos ajustamentos cultural-ambientais que imprimiram particularidades em cada grupo migratório sendo, pois, conveniente falar em separado dos "yiqui-Guaycurú" do médio Paraguai e dos "Yegi-Guaycurú" ou Mbayá-Guaycurú propriamente ditos.

Os grupos "yiqui" compunham-se de tres parcialidades: Taqui, Napipin, Piqua. Hostis a grupos vizinhos, principalmente pela proximidade dos territórios de caça, incursionavam a aldeias e campos cultivados pelos Guarani,

(11) Susnik, considera o critério linguístico mais adequado para a identificação das tribos chaquenhas. Nesse sentido afirma que "una familia/linguística generalmente representa también el elemento étnico predominante y una cierta homogeneidad del padrón cultural fundamental, aunque los diferentes contactos culturales, -pre-colombianos-aruaque, subandinos, mattogrossenses- y postcolombianos, circunstanciaron algunas manifestaciones peculiares de varios grupos tribales, permitiéndolas éstas hablar de un complejo cultural chaquenho. "Identifica seis familias linguísticas: "Guaycuru, Mataco, Cochabat-Enimaga, Mashoy, Zumuco e Arawak". (Susnik, B. - "Clasificación de las Poblaciones Indígenas Del Area Chaqueña". op. cit: 1).

frequentemente auxiliados por grupos canoeiros (Payaguá).

Nas primeiras décadas do século 17 . tentativas de pacificação missionária foram negativas, restringindo-se apenas a uma parcialidade yiqui, a dos Taqui.

Conflitos frequentes, epidemias de varíola, enfraquecimento da aliança com os índios canoeiros, (Payaguá) pressões de outros grupos, início das relações hostis com os colonizadores seriam alguns indicadores responsáveis pela crescente depopulação dos yiqui. Embora não se conheçam dados exatos sobre o total da população, Susnik faz referência a uma carta de Don Diego de Góngora, de 1620, que estimava os yiqui em 500 índios e a outro informe do século 17 que apontava um total de 1200 (12).

Durante todo o século 17 prosseguiram os conflitos e rivalidades motivados basicamente na competição pela subsistência. Esses conflitos resultaram na incorporação dos "yiqui" por seus parentes tribais, os "yegi". A proximidade étnica tornou possível a incorporação dos vencidos com direito à igualdade social, se bem que sua rápida desintegração possa ser principalmente atribuída ao fato de permanecerem pedestres.

Os "Yegi-Guaycurú", Eyiguayegis-Mbayá-Guaycuru, ou simplesmente Mbayá se auto-designavam "Eyiguayegi", gente do palmito, alimento muito importante na subsistência do grupo. Em seu habitat antigo, ao sul do rio Pilcomayo, fo-

(12) Susnik, B. - "Clasificación de Las Poblaciones Indígenas Del Area Chaqueña", op. cit.: 5.

ram vizinhos dos Cochabath-Enimagá. Pressionados por estes, cruzaram o Pilcomayo, rumo noroeste, alcançaram os limites da "terra de muita comida" (13), área dos cultivadores chaquenhos, sendo este o primeiro contato cultural de importância para a posterior "chaneização" da cultura Mbayá. É possível que os primeiros contatos com os Chané-Guaná tivessem ocorrido nos limites do Pilcomayo e do médio Parapiti, numa zona ocupada pelos Toba e Mataco, nas vizinhanças dos Chiriguano, (Guarani).

Em 1661, os Mbayá passaram a leste do rio Paraguai e atacaram o povoamento Guarani de Santa Maria de la Fec, que estava sob a direção dos jesuítas. Continuaram suas expedições para o leste, chegando em 1672 à aldeia de Pitun ou Ipané, de onde roubaram alguns cavalos, aquisição que os estimulou a novo ataque. Posteriormente, chegaram a destruir Ipané e Guaramberé, uma aldeia próxima. Azara considera que "deste modo os Mbayá tornaram-se donos absolutos da Província de Itati, localizada a 24° 7' de latitude, no rio Jesuy, e que se prolonga em toda sua extensão em direção ao norte, até o lago dos Xarayes" (14).

Do impacto das primeiras incursões Mbayá advieram duas consequências fundamentais: aquisição de cavalos e mudança do módulo pedestre para o equestre, o que conferiu aos Mbayá-Guaycurú sua individualidade etno-cultural específica.

(13) Susnik, B. - "Clasificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña, op. cit.: 6.

(14) Azara, P. - op. cit.: 59.

Até fins do século 17 prosseguiram os deslocamentos dos equestres Mbayá, estabelecendo-se contato mais intenso e permanente com os "Ecalais", nome pelo qual chamavam os espanhóis. O homem-caçador-guerreiro ("aquinaga") deu lugar ao homem-guerreiro-equestre ("uneleigua"), senhor de vassallos e escravos, passando a comunidade sócio-guerreira a predominar sobre a comunidade econômica.

Nos começos do século 18 seus habitantes eram já bem definidos e suas zonas preferenciais para incursões bem delimitadas (15), mantendo sempre em seus aldeamentos alguns vassallos Guaná/Chané/Aruaque.

Durante todo o século 18 os Mbayá atingiram o ponto mais alto de seu poder incursionista, de sua resistência biológica e de realização sócio-cultural. Intensificou-se a procura de metal ("ludayo") para fabricação de adornos que expressavam prestígio social. O interesse guerreiro passou a se concentrar na área matogrossense banhada pelo rio Cuiabá, obrigando-os a contrair alianças com os índios canoeiros - os Evvevis-Payaguá. - uma vez que o conhecimento dos rios Tacuary, Paraguai e Cuiabá era privilégio desse grupo, assumindo o módulo equestre menor importância no caso.

(15) Segundo Susnik, as principais parcialidades Mbayá/Guairuru foram as seguintes: Guetiadegogi, (Caduveo), Apacachodegodegi, Lichagotegodi, Eyibegodegi e Gotocogodegi. (Susnik, B. - "Clasificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña". op. cit.: 10 - 13).

O primeiro avanço para a região matogrossense, verificou-se em 1715. A partir dessa data, o Posto Militar de Coimbra, fundado pelos portugueses, se incumbiu da realização de várias expedições contra os Mbayá, os quais vieram a ser denominados "Guaicuru" e "Indios Cavaleiros" (16).

A aliança com os Payaguá (1715/1768) possibilitou a utilização regular de canoas e a intensificação do comércio numa área que se estendia do Alto Paraguai até Assunção. Esse comércio era muito importante para os Mbayá pois, durante o século 18, a pressão dos colonizadores espanhóis e portugueses iria reduzir cada vez mais seus territórios. Além disso, guerras contínuas com outros grupos, epidemias de varíola e a prática de limitação da natalidade, provocaram grande redução demográfica levando-os a buscar cativos em outros locais, principalmente na Província de Chiquitos, onde enfrentaram enorme resistência.

O empobrecimento do habitat decorrente da exploração intensiva dos recursos, provocou a expansão Mbayá principalmente para as terras do sul. Por outro lado, a estrutura sócio-econômica baseada no padrão "vassallos-cultivadores" se desintegrava em consequência da fixação das comunidades Guaná/Chané na área chaqueana. Tanto ao norte como ao sul, vários conflitos ameaçavam o domínio e a própria segurança dos Mbayá. Seus primeiros efeitos manifestaram-se no fato de algumas de suas parciaisidades, notadamente as do sul, tentarem pactuar com os espanhóis que acaba-

(16) Susnik, B. - "Clasificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña". op. cit.: 14.

ram por lhes proibir a realização de incursões nas comarcas coloniais e exigirem a devolução dos cativos guarani.

A fundação das Missões de N. S. de Belem, em 1760 pelo padre Sanchez Labrador, objetivava principalmente a pacificação dos Mbayá, a fim de obter a segurança do território entre a Província de Chiquitos e as missões do Paraguai. Inúmeros problemas impediram o sucesso da missão pois, embora alguns grupos locais tivessem se incorporado a ela, outros apenas a visitavam ocasionalmente. Esse fato talvez seja explicado pela fidelidade ao "princípio tribal Mbayá que não favorecia o aldeamento único de diferentes parcialidades" (17).

Chefes de algumas parcialidades chegaram até Belém, desejosos provavelmente de atingir Assunção. No entanto, o que os Mbayá efetivamente buscavam era a preservação de suas já reduzidas fronteiras, por força da presença dos espanhóis, ao sul e dos portugueses, ao norte. A Missão fracassou em sua tarefa de catequese, pois os Mbayá mantiveram-se fiéis às suas práticas tradicionais; entretanto, a introdução da criação de ovelhas, até então desconhecido do grupo, possibilitou o desenvolvimento da manufatura de tecidos para troca.

O pacto de amizade estabelecido com os portugueses, em 1791, exacerbou atitudes hostis contra os espanhóis (Ecalais). Perseguidos por expedições militares es

(17) Susnik, B. - "Classificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña, op. cit. - 16.

panholas (1796) até o rio Miranda, estabeleceram-se perto de Albuquerque, formando-se assim a tendência aos aldeamentos Guaicuru, na área Matogrossense. (18).

A perda gradual de disponibilidade do habitat chaquenho, o desmembramento de parcialidades, a mudança do módulo econômico-subsistencial decorrente da independência dos agricultores Guaná/Chané, a conseqüente diminuição dos cultivos sistemáticos e a defesa ~~das~~ ao ataque espanhol fizeram com que os deslocamentos Mbayá se intensificassem. Cada um desses deslocamentos implicava necessariamente em novas formas de adaptação ecológica e social: tornando-se sedentários, como no distrito de Miranda, por influência dos Terena e Kinikinaos, adotando o módulo subsistencial de pescadores e coletores ou tentando manter sua antiga forma adaptativa, os Mbayá foram se depopulando vertiginosamente.

Os Caduveo, em fins do século 18 e princípios do 19 constituíam, numérica e economicamente, o principal grupo tribal Mbayá, o que lhes facilitava sobremaneira as incursões à procura de cativos. Depois do pacto com os portugueses, as trocas adquiriram maior importância. Os assaltos realizados na primeira metade do século 19, objetivavam sempre o apresamento de gado, por se tratar de um dos bens mais apreciados na troca com os "amigos do norte". Era comum, também, a destruição de árvores frutíferas e a queima de plantações, que não podiam ser aproveitadas na subsistência ou nas trocas comerciais.

(18) Susnik, B. - ibidem: 18.

"As relações pacíficas com os brasileiros favoreciam certo desenvolvimento de algumas indústrias com finalidade de troca: cerâmica, tecidos de algodão e lã, etc. Estes elementos culturais adquiriram assim, um novo valor, já que antes obedeciam somente ao padrão de uso imediato e de necessidade cerimonial; os Caduveo demonstraram ser bons discípulos de seus mestres-vassallos Guaná-Aruaque". (19).

Indubitavelmente, a expansão Mbayá no século 17 foi a principal responsável pelo rompimento da estabilidade dos agricultores Chané/Aruaque. Para sobreviver aceitaram a vassalagem, conservando entretanto a autonomia de suas comunidades ("peti") e mantendo seus padrões sócio-estruturais. Quando seus "senhores" ("oquilidi") tornaram-se equestres, iniciaram suas incursões na parte oriental do Chaco, intensificando contatos com as comunidades dominadas das quais retiravam, por vezes, vassallos ("niyolola") especialistas em tecelagem e cerâmica para satisfazer suas crescentes exigências (20).

A sujeição sócio-política, dos Guana/Chané se bem que assumisse caráter de subordinação retributiva, produziu novos aspectos na cultura Mbayá: obtenção fácil dos bens de subsistência; novas formas de estratificação etno-social; afirmação da dominância étnica e guerreira; certo impacto étno-biológico decorrente do intercassamento dos

(19) Segundo dados da Diretoria de Cuyabá, havia, em 1848, 550 Caduveo no Paraguai e 800 no Brasil. (citado por Susnik, B. - "Clasificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña". op. cit.: 20)

(20) Susnik, B. - "Clasificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña". op. cit.: 88).

chefes e guerreiros Mbayá com mulheres Chané.

Um dos melhores exemplos da "chaneização" Mbayá ocorreu entre os Cadigueodi (Caduveo-Mbayá-Guaicuru) que se tornaram excelentes ceramistas e tecedores. Lévi-Strauss em sua descrição dos Caduveo afirma que "homens e mulheres nobres se divertiam nos torneios; estavam desobrigados dos trabalhos subalternos por uma população instalada anteriormente, diferente pela língua e pela cultura, os Guaná. Esses Guaná cultivavam a terra e pagavam um tributo de produtos agrícolas aos senhores Mbayá em troca de sua proteção, isto é, para preservá-los da pilhagem e das depredações exercidas pelos bandos de cavaleiros armados. (...) Os homens são escultores e as mulheres pintoras. Os homens modelavam na madeira dura e azulada do guáiacó, os cornos do zebu que lhes servem de xícaras, com figuras de homens, de emas e de cavalos; e desenhavam às vezes, mas sempre para representar folhagens, seres humanos ou animais. As mulheres são reservadas a decoração da cerâmica, e das peles e as pinturas corporais, nas quais algumas delas são peritas incontestáveis. (...) Estavam organizados em castas: no topo da escala social, os nobres. (...) Vinham em seguida os guerreiros, entre os quais os melhores eram admitidos, depois de iniciação, numa confraria que dava direito ao uso de nomes especiais e ao emprêgo de uma língua artificial, formada pela adjunção de um sufixo a cada palavra, como em certas gírias. Os escravos chamacoco, ou de outra origem e os servos guaná constituíam a plebe, ainda que estes últimos tivessem a dotado, para suas necessidades próprias, uma divisão em

tres castas, imitadas de seus senhores" (21).

Os Mbayá não mantinham idênticas relações com os Chané/Guaná embora as baseassem no padrão "niyolola-vas_salo". Alguns grupos se tornavam prestadores de serviços em troca de proteção e, por isso, conservaram a orientação a-ruaque básica de grupos agricultores enquanto outros, como os Terena, tornando-se equestres, manifestaram diferenças, socio-culturais consideráveis, estendendo o modelo de "dominação" a outros grupos.

O primeiro grupo vassalo foi o dos Layana. Em seu habitat chaquenho tinham conflitos constantes com outros grupos Chané, como os Echoaladi/Chavaraná e Quainoconas/Equiniquinao, motivados pelo rapto de mulheres, prática a que recorriam regularmente. Os Layana eram, de todos os Chané, o grupo mais sedentário e o que mais desenvolveu práticas de cultivo regular. No século XVIII, empreenderam várias tentativas no sentido de livrar-se da vassalagem Mbayá buscando proteção nas missões. No entanto, a proximidade Mbayá, principalmente dos Caduveo, prejudicou essa pretensão, pois os Caduveo assaltavam periodicamente as plantações Layana, impossibilitando sua efetiva independência.

As solicitações Guaná de ajuda e propostas de uma missão-colônia fora do contato Mbayá não foram atendidas, obrigando-os a sucessivos deslocamentos que, por vezes, acarretavam lutas internas no grupo. Com isto, foi-se

(21) Levi-Strauss, Claude - Tristes trópicos. Tradução de Wilson Martins. São Paulo, Anhembi, 1957: 188-191.

acentuando cada vez mais o processo de fracionamento comunal e, já no século 19, "os restantes Layana imitam o exemplo Mbayá, trasladando-se e formando três ou quatro "peti" (comunidades) no Brasil", (22).

A parcialidade Chavaraná-Echoaladi dividia-se em dois grandes "pueblos". Diferentemente dos Layaná, eram respeitados pelos Mbayá, talvez por sua fama guerreira, mantendo boas relações de vassalagem expressas inclusive através de uniões matrimoniais entre os dois grupos. "Essa diferença entre o padrão comportamental Echoaladi e Layana, não é mais que o reflexo do dualismo próprio dos Aruaque e, também dos Tupi-Guarani: grupos guerreiros-agrícolas em formação complexa ao lado de comunidades agrícolas já formadas". (23). Os contatos dos Echoaladi com os demais Guaná se diferenciavam. Com os grupos que hostilizavam, a regra era a de incorporá-los social e economicamente, confirmando a prática expansionista aruaque, representada na tradição sócio-mitológica em que a "irmã" mítica tratava da horta e seus "dois irmãos" viviam errantes. Isto justificava as incursões para o rapto de mulheres, reforçando o ethos tribal inclusivista e dinâmico, que se chocava com os interesses Mbayá e com os propósitos colonialistas espanhóis.

No século 18 (1797), as relações de vassalagem com os Mbayá chegam ao fim, e os Echoaladi tentam fixar-se, enfrentando porém, grandes dificuldades que os levaram a rã

(22) Susnik, B. - "Clasificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña". op. cit.: 90.

(23) Susnik, B. - "Clasificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña". op. cit.: 90.

pida desintegração. No princípio do século 19, seus remanescentes penetram no Brasil formando dois aldeamentos próximos a Albuquerque.

Terena Os Terena conhecidos pelos nomes gerais de Terena, Eterena, e pelas corruptelas Mbayá, Etelena, ou Thelenoos viviam em dois grandes aldeamentos denominados pelos Mbayá Alomegodigi e Nagatag-Egodigi, localizados entre os paralelos 20º 21º. Iniciaram deslocamentos para o sul, ocupando territórios abandonados pelos Layana e Chavaraná. Seu módulo cultural no século XVIII caracteriza-se por uma mistura de elementos Chané-Aruaque próprios e Mbayá/Guaicuru. Continuavam a ser cultivadores com o ethos de heróis culturais gêmeos e sua irmã mítica, horticultora. Praticavam o mecanismo regulador das metades endogâmicas e cerimoniais, não se tratando de um princípio segregativo, mas distributivo, principalmente em ocasiões que envolvessem o controle da aglomeração ou da desordem potencial nas relações intergrupais. As metades, "sukirikiono" e "shumono", procediam do mesmo tronco, de "Yuriko-yuwakai" (herói civilizador que tirou os Terena do fundo da Terra), irmão da horticultura e essa dualidade implicava em rivalidade e etiqueta provocativas. (24).

Diferentemente dos Layana e Chavaraná, tornaram-se equestres, sem desviar sua orientação agrícola. Executando-se os meses de março/abril (meses do palmito), a

(24) Susnik, B. - El indio colonial del Paraguay. El Chaqueño: Guaycurúes y chanés-arawak. Museo Etnográfico "Andrés Barbero". Assunción, Paraguay, 1971: 149.

auto-subsistência Terena dependia, de maio a agosto, da pesca, dos produtos cultivados e aprovisionados (trigo, mandioca, batata-doce, principalmente); de novembro a fevereiro, do aproveitamento de todos os recursos naturais chaquenhos (alfarroba, frutos diversos). Os cultivos regulares se iniciavam, via de regra, nos meses de chuva, setembro ou outubro.

A falta de braços, comum a todos os Chané/Aruaque, fazia com que os Terena se lançassem sobre outros grupos, a fim de aumentar numericamente suas comunidades. A adoção do cavalo, nesse caso, prendeu-se mais à possibilidade de obtenção e incorporação de grupos etnicamente diferenciados do que ao exercício de atividades guerreiras propriamente ditas, podendo-se afirmar que a expansão Terena, foi essencialmente colonizadora e não guerreiro-aquisitiva.

Suas incursões equestres se dirigiam preferentemente para as terras ocidentais habitadas pelos grupos Zamuco/Chamacoco e Maskoy, não estando excluída a possibilidade de coparticipação nos ataques Mbayá, principalmente na margem oriental do rio Paraguai. Talvez pelo fato de serem equestres, suas relações com os "dominadores" eram mais de aliados subordinados do que vassallos plenos.

Susnik considera a possibilidade dos Terena pertencerem a uma nucleação aruaque diferente dos Chané do Sul - Layana e Chavaraná - pelo fato de terem desenvolvido uma sociedade fortemente estratificada, ainda que esse fenômeno representasse uma concretização de tendências chané (25).

(25) Susnik, B. - El indio colonial del Paraguay. op. cit.: 142-143.

O fato é que, estimulados ou não pelos Mbayá, estenderam seu modelo da "dominação" a outros grupos, integrando-os e assimilando-os.

estrut. social Terena

A estrutura social terena compunha-se de quatro estratos: chefes (unati); comuns (Whaere-shane); guerreiros (shuna-asheti) e cativos (kauti). Os "unati" eram geralmente os chefes das metades juntamente com suas famílias; os "Whaere-shane", comuns, essencialmente trabalhadores, cultivadores e gente de serviços; desse estrato era recrutada a mão de obra para os "oquilidi" mbayá. Nem sempre eram étnicamente homogêneos por conterem os contingentes incorporados pela ação expansionista aruaque. Não existia permeabilidade entre os "Unati" e "Whaere-Shane". O estrato "Shuna-asheti", de guerreiros e seus parentes, parecia também incluir capitães menores e, mesmo, chefes de casas comunais. Finalmente, os cativos, obtidos nas capturas, nem sempre aproveitados nos trabalhos agrícolas por serem oriundos de grupos caçadores/coletores, representavam mais uma fonte de prestígio político do que propriamente econômico, principalmente frente aos grupos Mbayá-Guaicuru.

Embora a estrutura social se regesse por dois princípios básicos: o horizontal, integrativo e aberto e o vertical, rígido e restritivo, marcados pela endogamia dos chefes e por tendências endogâmicas dos guerreiros e comuns, a rigidez vertical foi rompida pelo estrato dos guerreiros pois a ele podiam ascender tanto o cativo como o comum.

O fato do cativo e do comum virem a ser guerreiros e serem, assim, socialmente "chaneizados" faz supor que os "shuna-asheti" representavam um mecanismo de identificação etnosocial de integração de grupos e camadas de origens tribais por vezes diferentes. Aliás, a origem do "shuna-asheti" não constituía obstáculo para as uniões matrimoniais com mulheres de outros estratos, pois os filhos seguiam os pais quanto ao título de guerreiros e as mães, quanto à metade.

Ainda que os shuna-asheti fossem caracterizados pela diferenciação étnica e social, sua identificação enquanto estrato se tornou maior principalmente após o rompimento da subordinação aos Mbayá/Guaicuru, quando a orientação sócio-econômica Terena passou a girar em torno de seus próprios líderes guerreiros, e o poder dos chefes das metades assumiu importância residual. Nesse sentido, achamos mais adequado considerar os "shuna-asheti" como um estrato distinto dos demais e, portanto, a estrutura social terena como quadripartida de acordo com as interpretações de Oberg (26), Silva (27) e Susnik (28), contrárias a de Oliveira que as classifica como "destituídas de fundamento, uma vez que os primeiros (referencia aos chefes/unati), como os segundos (referência aos comuns/wharere) e ainda os Kauti pode--

(26) Oberg, Kalervo - The terena and caduveo of southern Mato Grosso, Brazil. Washington, United States Government printing office, 1949: 28-29.

(27) Silva, Fernando Altenfelder - "Mudança Cultural dos Terena". Revista do Museu Paulista, N. S., vol. III, São Paulo, 1949: 278.

(28) Susnik, B. - El indio colonial del Paraguay. op. cit.: 149-150.

riam tornar-se um xuna-xati, desde que matassem um inimigo na guerra" (29).

Essas características estruturais parecem não ter tido condições de continuidade, na medida em que o avanço colonialista nos séculos 18 e 19 tornava cada vez mais instável o nicho ecológico dos Terena, desarticulando os grupos locais, intensificando novos deslocamentos, obrigando a que pedissem proteção como garantia de sua sobrevivência enquanto grupo. Susnik sintetiza bem esta instabilidade afirmando que "quando os Mbayás fizeram pacto de amizade com os espanhóis, os Terena pediram ao P. Sanchez Labrador o envio de missionários, mas resistiram a qualquer intenção de traslado tendo certa consciência de "locais" . Ao estreitar-se seu ambiente de mobilidade e tornarem-se inseguros seus cultivos, os Terena buscaram novamente aliança com os espanhóis (...) (1790). O grupo Terena que solicitou proteção paraguaia, localizou-se perto de Concepción, mas foi exterminado pelos "criollos" no princípio do século 19. Outro grupo Terena se deslocou para o norte, junto com seus amigos, os Equinikinao; a migração final dos Tereno-Ethelena para o Brasil iniciou-se em 1845, segundo as notícias de Castelnau, coincidindo com o movimento do Caduveos-Mbayá para Miranda. Os Terenos são hoje os únicos sobreviventes dos antigos Chané/Guaná/Aruaque" (30).

(29) Oliveira, Roberto Cardoso de - Urbanização e Tribais m Rio, Zahar, 1968: 28.

(30) Susnik, B. - "Classificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña". op. cit.: 93.

Sobre a situação Terena no Brasil, Susnik afirma que "Os Terena emigrantes localizaram-se perto de Miranda; as atas de Cuiabá de 1848 citam um total de 2000 almas; Castelnau estima que nas quatro aldeias Terena haveria umas 3000 almas". (31)

O relatório do diretor-geral dos índios da Província de Mato-Grosso, Joaquim Alves Ferreira, no mesmo ano informa: "os escritos que tratam da Corografia desta Província fazem menção de mais ou menos 70 nações aborígenes; é porém de advertir que algumas deixaram de existir e delas só resta o nome conservado pela tradição; outras muito vistas e noticiadas em épocas mais ou menos remotas por viajeiros e bandeirantes são presentemente desconhecidas e habitavam os sertões que nunca foram ou que deixaram de ser por nós trilhados". (32). Essas nações acham-se reduzidas a 33 sendo que a nação Guaná compõe-se de 4 tribos: os Guaná - 200 índios - que vivem em Albuquerque e nas imediações da cidade de Cuiabá; os Kinikinaos - 1000 - que vivem em Mato Grande próximo a Albuquerque e Miranda; Terena - 2000 - e Maiana - 300 em Miranda exclusivamente.

Alves Ferreira, assim descrevia os Guaná: " as quatro tribos que compõem esta nação pouco ou nada diferem entre si quanto ao modo de existência. Seus costumes são mansos, pacíficos e hospitaleiros, vivem reunidos em aldeias mais ou menos populosas e muitos deles se ajustam para

(31) Susnik, B. - El indio colonial del Paraguay. op. cit.: 163.

(32) Ferreira, Joaquim Alves. Relatório do Diretor Geral dos Índios da Província de Cuiabá ao ministro e secretario do Estado dos negócios do Império . 1848 (Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

serviços de toda espécie em diversos pontos da Província e mormente para a navegação fluvial. Sustentam-se de caça, pesca, mas principalmente da carne de vaca e dos produtos de sua lavoura. Cultivam milho, mandioca, arroz, feijão, batata, hortaliças e igualmente todos os generos de agricultura do país. Suas colheitas não só chegam para o seu consumo, como que lhes resta um excedente que vendem a dinheiro ou permutam por diversas fazendas, ferramenta, aguardente, pólvora, chumbo e quinquilharia. Fiam, tecem, e tingem algodão, e lã do que fazem ótimas redes, panos, cintas e suspensórios. Quase todos entendem e falam o nosso idioma e estão em estado de se curar de sua educação intelectual e religiosa" (33).

De seu "Convívio com os Terenas", em 1866, Tauxay afirma:

"o Terena é agíl e ativo: o seu todo exprime mobilidade: gente de intelligencia astuciosa propende para o mal. Aceita com difficuldade as nossas idéas e conserva arraigados os usos e tradições de sua raça, graças talvez a um espírito mais firme de liberdade . (...) A desconfiança se lhes transluz nos olhares inquietos, vivos, a dobrez dos gestos. Esconde com gosto os sentimentos que o agitam; fala com volubilidade, usando seu idioma sempre que pode, e manifestando o aborrecimento por se expressar em portuguez . No Distrito de Miranda, formavam os Terena a maior parte da população autóctone; as suas aldeias estavam situadas no Naxedade, a seis léguas da vila de Miranda; no Ipegue, a sete e meia; na Cachoeirinha, e em outro lugar a

(33) Ferreira, Joaquim Alves - Relatório citado

tres léguas, constituindo um aldeamento chamado Grande, além de outros pequenos centros. Tres a quatro mil indivíduos viviam nestes diversos pontos" (34).

Essas descrições, por vezes demasiado morfológicas, não fornecem muitos detalhes a respeito da natureza das relações que esses grupos desenvolviam com a sociedade nacional.

Moreira Neto (35), baseado num relatório do diretor geral dos Índios, em 1862, afirma que "a ação indigenista em Mato Grosso concentrou-se na fundação e desenvolvimento de suas aldeias indígenas, a do Bom Conselho, de índios Kinikinao, sob a direção do capuchinho Fr. Angelo de Caramônico e a aldeia de Miranda, de índios Laiana e Terena, colocada sob a direção de Frei Mariano de Bagnaia. Por falta de verbas, o governo provincial viu-se obrigado a suspender algumas obras essenciais ao desenvolvimento da aldeia do Bom Conselho. Apesar de situar-se em lugar pouco apropriado e carente de recursos, e das dificuldades já apontadas anteriormente, o Diretor Geral dos Índios afirma que o aldeamento vem, no caso especial, cumprindo suas finalidades, pois "já se nota algum desenvolvimento intelectual nos índios Kinikinaos, de que se compõe..." Esse progresso é definido segundo os padrões típicos da política indige--

(34) Taunay, Affonso de E. (Visconde de Taunay) - Entre os nossos índios. São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1931:17-20.

(35) Moreira Neto, Carlos de Araujo - A política indigenista brasileira durante o século 19. tese de doutoramento apresentada à Cadeira de Antropologia, da UFCL de Rio Claro. Rio Claro, 1971: 150-152.

nista do Império, isto é, de acordo com o grau de subordinação ou vinculação do índios à sociedade regional à qual presta serviços: "estes índios, de excelente índole, já prestam à sociedade diversos serviços como camaradas das fazendas de cultura e criação, e como remadores das canoas empregadas na navegação entre os portos do Baixo Paraguai e desta capital."

A aldeia de Miranda não tem progredido. Muitos índios foram atraídos e tenta-se agora incorporar outros que existem dispersos nas vizinhanças da Vila de Miranda. São referidos planos para a melhoria das condições da aldeia "cuja prosperidade muito deve interessar a todo o Município, porque os Terenas e Laianas que nela habitam não só prestam-se aos mesmos trabalhos que os de Bom Conselho, mas ainda abastecem a Vila de generos alimentícios que cultivam".

O relatório de 1862 fornece informações sobre alguns dos mais importantes grupos indígenas da Província: "Os Guanás são poucos, aldeados além do Rio Cuiabá, nas vizinhanças do porto da cidade, e prestam serviços como embarcações nas canoas que viajam pelo Baixo Paraguai. São descritos como que se totalmente assimilados" (36).

Essas referências mostram que a ideologia do indigenismo no século 19 se explicitava pela "integração" e que ela deveria ser conseguida mesmo que a hostilidade, a revolta e a agressão das populações indígenas fossem conti

(36) Moreira Neto, C. A. - op. cit.: 151.

das à força. As próprias recomendações do Ministerio da Agricultura aos governadores das províncias permitiam uma certa margem de autonomia para o tratamento a ser dado aos índios. "Em muitas outras decisões do mesmo Ministério, ao qual incumbia a orientação geral dos negocios indígenas, as expedições armadas contra índios, mesmo de particulares (bandeiras) são toleradas, autorizadas ou mesmo incentivadas diretamente por subsídios deste órgão ministerial. Entre muitos exemplos que poderam ser citados, basta a referência à decisão do Ministério da Agricultura, que pôs à disposição da Província de Santa Catarina a verba de 500\$000 reis para a "repressão aos selvagens", quantia usada para "reunir gente suficiente para garantir a população de novos assaltos dos selvagens"(37).

Em 1862, o total dos grupos tribais assistidos perfazia 24.000 índios; a população escrava 6.000 e a livre 35.000. Esses índices criavam problemas permanentes de carência de força de trabalho para o desenvolvimento da Província acrescidos pela dificuldade de assimilação dos contingentes indígenas.

A citação de Moreira Neto do relatório de Albino de Carvalho, presidente da Província em 1863, dá um quadro bem realista do problema: "O número já muito limitado dos escravos tende a diminuir rapidamente. Os nascimentos estão longe de compensarem os óbitos e as alforrias. É de supor-se que dentro de não muitas dezenas de anos esta-

(37) Moreira Neto, C. A. - op. cit.: 156.

rá extinta a escravatura. Não há muito que esperar dos índios. As diversas tribos de Guanás que habitam os distritos de Miranda e Albuquerque já nos prestam valiosos serviços e vivendo, como vivem, entre nós é de presumir-se que as novas gerações serão ainda mais prestáveis e não tar-
darão a fundir-se na massa da nossa população. (...) Não par-
tilho as esperanças que se fundam na vinda de colonos dos países transatlânticos. Persuado-me de que, em quanto es-
ses homens tiveram possibilidade de estabelecer-se no lito-
ral do Império, ou das províncias Argentinas, não hão de
vir a Mato Grosso, ainda quando estivesse aqui tudo prepa-
rado para recebê-los" (38).

A invasão paraguaia, no sul do Mato Grosso, em 1865, ~~iria~~ intensificar o aliciamento das populações indígenas, por parte das autoridades brasileiras. A defesa das fronteiras, a segurança nacional passam a adquirir notável proeminência. "A necessidade de defender as fronteiras implicava, numa região parcamente povoada e onde o índio representava uma força de trabalho essencial, no aceleramen-
to dos contatos com populações indígenas arredias ou mesmo hostis, com vistas a sua eventual utilização no conflito
ou, pelo menos, sua neutralização como elemento útil às for-
ças invasoras" (39).

Embora o fim da guerra não tenha imprimido gran-
des modificações na situação indígena da Província, novas

(38) Moreira Neto, C. A. - op. cit.: 157-159

(39) Moreira Neto, C. A. - op. cit.: 160

frentes expansionistas

frentes econômicas expansionistas - principalmente a extrativista da Amazonia - reativavam o aliciamento da mão de obra indígena e a repressão contra os grupos hostis remanescentes. Moreira Neto cita relatório no qual Francisco José Cardoso Jr., presidente da Província durante os anos de 1871/72, afirmava: "O Serviço com a direção dos índios, na Província, não é o que a lei quer que seja e muito convieria que fosse. Limita-se ao mero serviço de distribuição de brindes a índios que nos procuram na capital, por já estarem a isto avezados, e estes, é mister dizê-lo, têm quase que abdicado os antigos hábitos selvagens. A maior necessidade que há na Província, no sentido de catequisar os índios, é a de missionários. Com êles, estou convencido de que as coisas mudariam de faze, convergindo ao grêmio da civilização uma grande parte das famílias errantes. Lucraria então a lavoura que definha à falta de braços úteis ao trabalho" (40).

No mesmo ano a Diretoria Geral dos Índios de Mato Grosso procedeu a um levantamento dos grupos indígenas da Província onde estimava em trinta o número das "famílias selvagens". A respeito dos Guaná, as informações são as seguintes: "As famílias oriundas dessa tribo pouco diferem entre si no modo de viver. São pacíficas e hospitaleiras. O Guaná facilmente contrata-se a toda a sorte de serviço, mórmente para a navegação fluvial em alguns pontos da Província. Sustentam-se além da caça e da pesca, da carne de

(40) Moreira Neto, C. A. - op. cit.: 165.

vaca e dos produtos dos cereais que cultivam. Sua agricultura é bastante desenvolvida e plantam milho, mandioca, arroz, feijão, cana, batatas, etc, e produzem também farinha de mandioca. Antes da invasão paraguaia, sua produção agrícola não só era usada para a subsistência do grupo como , também, vendiam o excedente ou o permutavam por tecidos , instrumentos de trabalho, aguardente, armas de fogo, etc . Criavam gado vacum e cavalari. Fiam, tecem e tingem o algodão e fabricam redes, panos, cintos, etc. Quase todos entendem e falam a lingua nacional. Existiam duas aldeias de grupos Guaná que conservaram esta designação tribal. O grupo de Albuquerque praticamente desapareceu, pois os paraguaios os conduziram para Assunção onde morreu a maior parte. Os Kinikinao : Grupo Guaná. Os remanescentes, muito diminuidos por efeito da invasão paraguaia, estão hoje dispersados por Albuquerque e Miranda. É impreciso o cálculo de seu número antes desta invasão, porém diz o relatório que seria mais de 1000. Seu diretor em Albuquerque, Fr. Angelo de Caramonico, foi aprisionado e morto pelos paraguaios. Além de à agricultura de cana, arroz, feijão e milho , dedicam-se à caça e à pesca e, principalmente ao aluguel de seus serviços à agricultores, criadores e à navegação fluvial. Foi um dos grupos mais afetados pela guerra: a maior parte foi levada a Assunção, de onde poucos voltaram; os Terena: A informação se resume em dizer que se trata do grupo Guaná e localizado em Miranda. Os Laianas: , também Guaná, de Miranda" (41).

(41) Moreira Neto, C. A. - op. cit.: 167-168.

Pelo referido relatório, os Guaná, Kinikinao, Laiana e Terena estavam compreendidos entre "os que não se furtam ao exame e à observação", pois os índios eram agrupados em outras duas categorias: "os que vivem ainda no estado quase de primitiva independência, mas que, não obstante mais ou menos relacionam-se com os homens civilizados" como os Pareci e os Caduveo, e "os que fogem de qualquer contato com a gente de costumes diferentes dos seus e não se mostram a mudar de vida" como os Coroado, Cajabi, Nambiquara, dentre outros.

Torna-se óbvio que a ação indigenista tinha que se revelar de muitas formas tendo em vista a heterogeneidade dos vários grupos e sua conseqüente integração, assim como a vasta extensão territorial da Província. O relatório de João José Pedrosa, presidente da Província, em 1878, citado por Moreira Neto diz: "Mas, como atrair as correntes da imigração, quando a distância, a falta de segurança para os colonos, entre tantas hordas de índios bravos, apresentam-se como barreiras invencíveis para trazê-los até aqui?.. A experiência tem convencido o Governo mesmo em relação a outras Províncias mais próximas do litoral, e portanto, dos centros da imigração estrangeira, de que os colonos engançados não dão resultados que compensem as enormes despesas que impõem ao Estado. (...) O que cumpre-nos, conseqüentemente, é remover primeiro os obstáculos que se antepõem. Suprima-se a distância, catequise-se o selvagem menos bravo, e afugente-se o mais indomável, se tanto for preciso, e a colonização espontânea, única, profícua, virá

com seus braços e capitais transformar essa terra ainda destêrro num Eden do Brasil. Não vejo outro meio de progresso e engrandecimento para esta Província. Quanto a catequese, julgo que a única medida a adotar-se para realizá-la consiste na criação de muitas colônias militares nas proximidades dos lugares por onde vagueiam os selvagens, de modo que essas colônias tornem-se centros de atração e aldeamento dos mesmos. Servirão então de missionarios os capelães que já nesse intuito se enviem para as mesmas colonias recebendo estas uma organização apropriada ao fim indicado" (42).

Em alguns casos, os próprios índios eram solicitados a cooperar em trabalhos "civilizadores" de grupos hostis, como o que ocorreu com o capitão dos Terena, Alexandre Bueno, em 1877, junto aos Bororo/Coroado. Moreira Neto/^{afirma}que "a escolha desses "auxiliares" indígenas nos esforços ofociais de atração ou de pacificação de grupos arredios ou hostis, é feita ao sabor dos acontecimentos, sem ao menos, o cuidado elementar de escolher grupos mais ou menos assemelhados, cultural e linguisticamente, aos índios que serão objeto de esforço.(...) O insucesso, ocorrido no caso dos Coroado, prende-se ao fato que o grupo "pacificado" é Terena, isto é, Aruak, enquanto o grupo a ser pacificado é Bororo. Naturalmente, nenhum entendimento ou afinidade existia entre os dois grupos indígenas, e a possibilidade de comunicação entre eles estava limitada à eventual

(42) Moreira Neto, C. A. - op. cit.: 176-177-178.

e pouco provável utilização comum, pelos dois grupos, da lingua nacional"(43).

É interessante notar que os Aruaque, em todos os relatórios citados, aparecem como "civilizadores", "pacificadores", agricultores, tecelões, elementos que prestam "valiosos trabalhos"; "contratam -se a toda sorte de serviços" e são referidos a uma série de outros estereótipos, que reforçam expectativas da sociedade regional em relação a esses grupos, seja para abrir estradas, derrubar matas, ou construir fazendas.

Galvão a eles se reporta afirmando que "são comuns os estereótipos do Aruaque como "civilizador", hábil ceramista, tecelão e agricultor" (44).

Beaurepaire-Rohan em suas "considerações" enfatiza as características "dóceis" e "pacíficas" dos Chané / Aruaque: "Esta nação, que se divide em Guanás, Kinikináus, Laianas e Terenas, compõe-se de gente notável por sua índole pacífica, por sua disposição á vida social, por sua amável generosidade e, mais que tudo, por seu aferrado amor ao trabalho. São elles que abastecem o Baixo-Paraguay de farinha, milho, arroz, assucar, fructas, hortaliças, toucinho, aves; e se entregão tambem ao fabrico de redes, toalhas e outros tecidos, á preparação de couros, ao córte de madeiras, e aos mais penosos trabalhos para sustentar suas famí

(43) Moreira Neto, C. A. -op. cit.: 178.

(44) Galvão, E. - op. cit: 2.

lias, objeto de sua constante sollicitude. E, não obstante tão apreciaveis qualidades, vivem aquelles povos entregues a seus proprios recursos, e não conhecem da nossa civilização, senão o que ella tem de verdadeiramente oneroso. Sem directores que se encarreguem da sua educação, que os ponhão ao abrigo da injustiça, no commercio e nas artes, que os organizem emfim militarmente, como convém á sua propria defesa e á da nossa fronteira parecem mais uma excrescencia da sociedade do que uma parte integrante da nação brasileira"(45).

Baseado no desenvolvimento Aruaque frente a outros grupos, Beaurepaire-Rohan sugere a criação de "Departamentos", onde esses índios pudessem ser alojados, ressaltando a contribuição "positiva" que dariam à sociedade regional: "Se tem, portanto, o estado de despender alguma somma em beneficio do Baixo-Paraguay, conviria antes applicá-la ao seu melhoramento moral do que á construcção de inuteis muralhas. Nesta acção, tão patriotica, quanto humana e politica, não encontrará o governo difficuldades que o fação recuar. Clima salubre, terrenos ferteis, boas pastarias, muita caça, peixe e fructas, bellas madeiras, minas de pedra calcarea em Corembá, de ferro magnetico no Morro-Grande, de salgema a cada passo, são outras tantas garantias, em prol do projecto, que tiver por fim opulentar aquella parte da provincia de Matto-Grosso. E, sobre estas vanta--

(45) Beaurepaire-Rohan, H. de - "Considerações a cerca da conquista, catechese e civilização dos selvagens no Brasil". Revista mensal do ensaio philosophico paulistano, 2ª série, nº 6, out. 1852: 101.

tagens physicas, temos ainda a de se poder ali fundar grandes povoações, sem irmos a remotos climas recrutar colonos, que, attrahidos por promessas, que, nem sempre, se cumprem a seu contento, trazem comsigo o presagio da decadencia, e com ella o discredito da empresa. Basta que o governo, no caso proposto, estenda seu braço protector sobre as quinze aldêas de aborígenes, que, de ha muito, ali vivem mansos, mormente os que pertencem á nação dos Chanés. (...) Não é tanto no interesse dos aborígenes que fallo: o preconceito existente contra a raça americana inutilisaria meus esforços; mas, como a proteção prestada a esses filhos primitivos do Brasil reverte toda a nosso favor, como ella contribuirá para tornar inexpugnável a nossa fronteira, ricos os nossos celeiros, povoados os nossos desertos por homens que já substituem os escravos nos trabalhos da agricultura, da navegação e das fabricas" (46).

Por outro lado, a hostilidade de outros grupos, como a dos Bororo-Coroado, possibilitava o exercício pleno de uma política oficial, já repressiva, essencialmente anti-indígena. A criação das "rondas volantes" foi uma tentativa do Governo Provincial para tentar conter incursões de índios, enquanto as colônias militares não fossem efetivamente criadas. Mesmo essas organizações de natureza paramilitar somadas às próprias organizações militares não surtiram o efeito desejado; o isolamento da Província, a ausência de redes de transporte e comunicação pareciam, pelo menos aos olhos dos dirigentes políticos, representar o maior empecilho à solução dos graves problemas que assolavam Ma-

(46) Beaurepaire-Rohan, Henrique de, op. cit.: 101-102.

to Grosso.

Aliás, o estabelecimento de redes de transporte regular constitui condição indispensável para acesso ao principal meio de produção - a terra - e apropriação de importantes recursos produtivos como a caça, os minerais, assim como para a difusão da economia de mercado em territórios de economia natural, o que implica no aniquilamento sistemático das estruturas sociais não-capitalistas com as quais se defronta.

Durante as últimas décadas do século 19, a situação indígena permaneceu praticamente inalterada. Intensificou-se a organização das expedições militares contra grupos hostis, procurando o governo provincial conciliar os interesses dos proprietários de terras com a política indigenista de "integração", seja através da nomeação de proprietários de terras para o cargo de diretores de aldeias, seja através da fundação de colônias indígenas que, no entanto, apresentaram resultados inteiramente negativos.

A alternativa para o trabalho missionário voltava a ser reativada pois este "se dedicava a extinguir os costumes bárbaros a que se achavam aferrados aqueles selvagens que nenhum proveito intelectual podem tirar do contato com os soldados, mantendo com estes familiaridade em que certamente não colhem exemplos de pureza e regularidade de conduta "(47).

(47) Moreira Neto, C. A. - op. cit.: 188.

Embora essas palavras do último presidente da Província de Mato Grosso, F.R. de Mello Rêgo, evidenciem o malogro da política indigenista oficial, a situação em Mato Grosso, particularmente a situação Terena, só se alteraria realmente a partir de 1903/1904 com o início da construção das linhas telegráficas pela Comissão Rondon e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que ligaria Bauru a Porto Esperança, em 1905. Nessa época, a apropriação, às vezes violenta, dos meios de produção e das forças de trabalho indígenas intensifica-se e o índio é "absorvido" compulsoriamente pela sociedade regional, ainda que se iniciem a concessão de terras, a demarcação de reservas e a tutela do Estado, através da criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910 (48).

(48) Nos anos de 1904/1905, graças a Rondon foram demarcadas as quatro primeiras reservas Terena em Mato Grosso, todas elas localizadas no município de Miranda: Cacho eirinha, Bananal/Ipegue e Lalima (povoada inicialmente por remanescentes Guaicuru e que foram superados pelos migrantes Terena). A essas se seguiram: Reserva Francisco Horta, em 1917, localizada no município de Dourados (Kayoá-Guarani população majoritária; algumas famílias Terena); Reserva Capitão Vitorino, em 1922, no município de Nioaque (Terena); Reserva Moreira Passarinho, em 1925, na área suburbana do município de Miranda (Terena); Reserva Buriti, em 1928, atualmente situada no município de Sidrolândia (Terena); Reserva Limão Verde, sem data certa de demarcação oficial (Terena, Paraguaios e neobrasileiros).
Oliveira, R. C. de - op. cit.: 43-47.

3. O Posto e seus habitantes

O Posto Indígena Araribá acha-se localizado no município de Avaí. Sua sede dista aproximadamente 16 km de Avaí, 22 km de Duartina e 41 km de Bauru. A área está circun-
da por propriedades particulares, tendo por limites: ao nor-
te e leste, Fazenda Laranjeiras, ao sul Fazenda Inhumas e
Fazenda Barroção; a oeste, igualmente, a fazenda Barroção,
O Rio Batalha, o mais importante, passa nos fundos da área;
é pequeno, porém de curso permanente.

A superfície total, de 890 alqueires, segundo,
Alvaro Villas Boas (1), inclui roças dos índios, roças de
particulares, área de sede do Posto Indígena, áreas impro-
dutivas e uma área arrendada para pastagens, de 121 alquei-
res. O clima é temperado com mudanças bruscas na temperatu-
ra, estando ainda a região sujeita a secas e geadas. A
maior parte do solo é tabatingoso, havendo terras barren-
tas à margem do Córrego Araribá; o relevo é muito pouco a-
centuado. O rio Batalha, afluente do Tietê, passa pelos
fundos da área e o córrego Araribá percorre quase toda sua
extensão.

(1) Alvaro Villas Boas, encarregado da ajudancia Bauru, Es-
tado de São Paulo.

A criação do Posto Indígena, segundo dados colhidos em jornais, data de 1911. Região virgem, rica em madeira, encontra-se hoje devastada e transformada em pastagem, restando apenas pontas de matas que protegem as duas nascentes da área. Quanto à fauna, restam ainda animais de pequeno porte como tatus, lebres, preás, capivaras, juritís, pombas do ar, gaviões e anus.

Segundo depoimento de Luiz Bueno Horta Barbosa, Inspetor do S.P.I. em São Paulo, (2), a povoação indígena A raribá, estabelecida em terras cedidas pelo Governo do Estado, funciona desde 1911 com uma população superior a 300 índios Guarani. Nimuendaju (3) chegou a conhecê-los em 1905 no oeste do Estado de São Paulo, tendo com eles vivido até 1907, em aldeia situada próxima ao rio Batalha.

Uma das hordas Guarani mais numerosas, a dos A popocuva, situava-se, originalmente, na margem direita do baixo Iguatemi, no extremo sul do Estado de Mato Grosso . "Nenhuma tradição mais conta que a horda tivesse estado , igual as outras, sob o domínio dos Jesuítas, nos séculos 17 e 18. Entretanto, isto deve se supor, por causa da vizinhança imediata da sua região com missões de Ontiveros e Guairá, assim como por causa de alguns vestígios quase apagados de um contato muito remoro com o cristianismo" (4).

(2) Jornal do Comércio, 23/12/1914.

(3) Unkel, Curt Nimuendaju - As lendas da criação e destruição do mundo como base da religião dos Apopocuva-Guarani. (Tradução de F.W. Sommer, datil.)

(4) Unkel, Curt Nimuendaju - op.cit.: 5.

Em princípios do século 19, começou entre os Guarani daquela zona um movimento religioso, até hoje ainda não completamente apagado: "Pagés inspirados por visões e sonhos, apareceram como profetas do proximo fim do mundo, juntaram em seu redor um número maior ou menor de adeptos e saíram com danças rituais e cantos mágicos em busca da terra sem mal, que alguns julgavam situadas, segundo a tradição, no Centro da Terra, a maioria, porém, no leste, além do mar. Sómente deste modo esperavam poder escapar à destruição ameaçadora" (5).

Os primeiros que abandonaram sua terra, migrando para o leste, eram os vizinhos do sul dos Apopocuva, a horda dos Tañyguá, que após várias lutas com os colonos e mesmo com índios Karijó, acabou recebendo do Govêrno, em 1837, uma légua quadrada de terra, no rio do Peixe e no rio Itarir: "Os Tañyguá, naquela ocasião, talvez tivessem cerca de 200 cabeças, mas, devido a epidemia e misturas diminuíram rápidamente. Em 1877 ainda somavam 150 em 1885 sómente 57 cabeças. Os brancos e mestiços se apossaram da terra, e hoje se encontram no Itariry sómente 16 índios,⁹ dos quais Tañayguá de puro sangue. Por duas vêzes recusaram aceitar as propostas do Govêrno, feitas por seu intermédio em 1912 e 1913 para se mudarem para a reservação dos Guarani no Araribá" (6).

Outra horda Guarani, - OGUAUIVA - pouco tempo depois, seguiu as pistas dos Tañyguá paralizzando-se na gran

(5) Unkel, Curt Nimuendaju - op. cit.: 5.

(6) Unkel, Curt Nimuendaju - op. cit.: 6-7.

de via de comunicação de São Paulo/Rio Grande do Sul, na região de Itapetininga. "Os Oguauíva retiraram-se, então, um pouco em direção a oeste entre os rios Taquary e Itararé, mantendo relações pacíficas na Fazenda Pirituba, do Barão de Antonina, o qual pediu para eles um missionário do Govêrno" (7).

Segundo Nimuendaju, embora o Barão de Antonina houvesse doado a ponta das terras entre os rios Itararé e Verde aos índios, os documentos de doação desapareceram e os Oguauíva, depois de dizimados por epidemias e por conflitos regionais, concordaram, em setembro de 1912, com a proposta apresentada pelo próprio Nimuendaju em se mudarem para a reserva dos Guarani no Araribá.

Por volta de 1870, depois de numerosos bandos terem imitado o exemplo dos Tañyguá e Oguauíva, o movimento emigratório estendeu-se aos Apopocuva sob o comando do pagé Guyracambí. Ambas as tentativas de avançar para o mar, liberadas pelo referido pagé, viram-se barradas pelas autoridades brasileiras. "Vivia ele durante certo tempo, no Jatahy, onde abertamente fazia oposição à catequese do missionário Timotheu de Castelnuovo, mais tarde morou no Rio das Cinzas onde cheguei a conhecê-lo" (8).

Depois da morte do pagé Guyracambí, grande parte do seu bando separou-se para voltar para o Rio Verde. Es

(7) Unkel, Curt Nimuendaju - op. cit.: 7.

(8) Unkel, Curt Nimuendaju - op. cit.: 8.

te novo bando estava sob a chefia de Honório Araguayraá, que morava até 1892 na vizinhança dos Oguauíva embora com estes não se misturasse. Acusado pelos Oguauíva de feitiçaria teve que migrar seguindo com o seu bando para o sertão de Bauru.

Vários bandos se uniram a eles, passando todos a serem influenciados pelo capuchinho Frei Sabino - que pretendia fundar uma colonia na foz do rio Dourado no Tietê . As tentativas fracassaram, o missionário acabou sendo retirado do seu posto, e os índios, por fim, abandonaram o local.

De volta, subindo o Tietê e o Batalha, sofreram grandes reduções motivadas pela febre palustre; o bando que retornou ao rio Verde sucumbiu inteiramente, vítima do pela varíola, em 1900.

Araguyraá permaneceu algum tempo com seu bando - cerca de 100 pessoas - nas fazendas da região do Rio Batalha fixando-se, por fim, no ribeirão do Lontra, afluente direto do rio Feio, ainda totalmente inexplorado.

Ao começarem as hostilidades com os Caingangue, os Guarani foram expulsos de suas sedes e fugiram para Bauru. Seguindo o conselho de outro missionário, voltaram ao rio Feio, de onde foram obrigados a se retirar em 1902. Com a morte do cacique Araguayraá, seu filho Joguyroquý se deslocou novamente com sua gente, fundando nova aldeia na foz do Avahy, no médio Batalha. Febre palustre, desinteria, sarampo, associados a falhas de liderança do cacique quase le

varam o bando à extinção. Em 1907, o que restava do bando, abandonou Avari, principalmente devido à aproximação da estrada de ferro noroeste. Diz, ainda, Nimuendaju: "Finalmente em 1910 consegui a muito custo, chamar a atenção do S. P.I., ao qual naquela ocasião eu próprio pertencia, sobre os meus irmãos da tribo, por todo o mundo abandonados e caluniados. Graças ao interesse humanitário e a compreensão, infelizmente raríssima no local competente, para as necessidades dos índios, que encontrei no inspetor dos índios de São Paulo, Sr. Horta Barbosa, o Araribá foi declarado asilo para os numerosos restos espalhados da tribo Guarani, formando hoje seu centro principal. A maioria dos índios desta tribo, habitando em São Paulo, assim como também grande número deles de Mato Grosso e Paraná, aceitaram as minhas propostas de mudança para esta reservação, nos anos de 1912 e 1913" (9).

A estimativa de Nimuendaju (10) fixava a população do Araribá em 200 Apopocuva, 100 Oguauíva e alguns Kayguá (11).

Em 1910, vários grupos Guarani achavam-se localizados em Jacutinga, município de Bauru, em terras da fa-

(9) Unkel, Curt Nimuendaju - op. cit.: 10.

(10) Unkel, Curt Nimuendaju - op. cit.: 11.

(11) De todos os bandos Guarani os Apopocuva, Tanyguá, Oguauíva e provavelmente os Cheiru são considerados os Guarani propriamente ditos em oposição aos Avahuguá, Paiguaçu, Yvytiguá, Avachiripá, que são reunidos sob o nome de Kaiguá (Caiuá). cf. Unkel, C.N.: 11-12.

zenda de Itaporanga, em Piraju e nas proximidades de Itanhaem.

Depois de tomadas medidas mais urgentes no sentido de conter as grandes epidemias de varíola e de impaldismo, com a criação de um hospital em Miguel Calmon e outro em Itanhaem, a Inspetoria do S.P.I. "aplicou-se em crear para estes Guaranys uma situação favorável para o seu desenvolvimento material e consequente melhoria moral" (12).

Para isso, o Governo Estadual reservou as terras da Fazenda do Araribá, abrangendo área de 800 alqueires de florestas virgens. Para lá, conduziram-se os índios de Itaporanga, Pirajú, Salto Grande e do município de Bauru. "A concentração dos Guaranys no Araribá começada em meados do ano passado deu os seguintes resultados: em dezembro tinham-se derrubado e plantado 200 alqueires de terra; existiam 700 porcos, mais de 800 galinhas; 35 cavalos e muares; cabras, carneiros, e outras criações. Já tinham plantado mais de 200 arvores frutíferas. (...) O regimen adoptado na povoação consiste em se dar aos índios absoluta garantia de propriedade sôbre todos os fructos de seus trabalhos. Das plantações que fazem em suas roças e de suas criações, elles dispõem inteira e livremente; quando trabalham em serviços promovidos pela Inspetoria, o que só fazem por livre vontade, sem a menor sombra de coacção mate-

(12) Barbosa, Luiz Bueno Horta - A pacificação dos Caingangs paulistas. Rio de Janeiro. Jornal do Comércio. 1913. (Conferência realizada no salão da Biblioteca Nacional em 19/11/1913 pelo Sr. L. B. Horta Barbosa, inspetor do SPI em São Paulo).

rial ou moral, recebem um jornal como qualquer trabalhador contratado" (13).

Afirma Horta Barbosa que os resultados obtidos pela ação do S.P.I. em pouco mais de um ano foram tão consideráveis que o Araribá poderia ser transformado num Centro Agrícola de trabalhadores nacionais. "Este processo só depende de não se descontinuar nem esmorecer a acção do Govêrno, de modo a ser possível o estabelecimento definitivo do ensino das primeiras letras, a criação do aprendizado prático de agricultura, dos officios de carpinteiro e de ferreiro, bem como a instrodução dos instrumentos próprios ao aperfeiçoamento da arte de tecelagem, a que são muito da das as índias e para cujo desenvolvimento já se fez uma regular plantação de algodão" (14).

Em fins de 1916, pelo relatório de L. B. Horta Barbosa(15) a população do Araribá compunha-se de 232 pessoas, - 73 homens, 79 mulheres, 40 meninos e 40 meninas - todos Guarani exceto um habitante que pertencia à extinta tribo dos Oti.

Residiam na povoação o encarregado geral e o responsável pela farmácia com suas respectivas famílias , além de duas outras famílias de trabalhadores nacionais e, ainda, um brasileiro casado com uma Guarani, todos igual--

(13) Barbosa, L. B. H. - op. cit.: 9.

(14) Barbosa, L. B. H. - op. cit.: 10.

(15) Barbosa, Luiz Bueno Horta - "Relatório dos trabalhos realizados pela Inspeção do SPI aos índios e localização de trabalhadores nacionais em São Paulo, durante o ano de 1916". Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol.VIII, 1954: 59-77.

mente assistidos pela inspetoria.

As plantações de 1915 deram as seguintes colheitas em 1916: 600 sacos de milho; 120 sacos de farinha de mandioca; 186 sacos de açúcar; 500 maços de rapadura ; 100 sacos de arroz; 20 sacos de feijão; 24 arrobas de fumo. A renda total da venda dos produtos da lavoura atingiu 10: 328\$000. Essas vendas foram realizadas pelos respectivos produtores com os negociantes de Jacutinga, sempre assistidos pelo encarregado da povoação.

Além destes produtos, os índios cultivam abóbora, mandioca, batatas de várias espécies, amendoim, diversas e, ainda, criavam galinhas, patos e porcos, destinados à subsistência.

Os trabalhos realizados pela Inspetoria no Araribá, durante 1916, constituíram em: "roçar e derrubar a mata de uma área de 16 alqueires; plantar 10 mil pés de café; destocar, arar e gradear uma área de 5 quartas de terra, na qual foi plantada e colhida, numa parte da terra, alfafa; construir cercas; plantar capim desobstruir o ribeirão do Araribá; limpar o cemitério; conservar as estradas internas; fornecer transportes; fazer trabalhar a máquina a vapor e a moenda de cana, a sevadeira de mandioca, a máquina de arroz e o moinho de fubá; fornecer assistência médica; fornecer sementes; manter a ordem e a moralidade no interior da população; velar pelos índios em suas relações com os civilizadores; auxiliá-los em todas as ocasiões e em especial nos como nas doenças e enterramento de seus mortos. A introdução do arado e da sementeira mecânica

é o primeiro passo que damos no sentido de transformar os métodos obsoletos usados desde tempos imemoriais, pelos índios e pelos nossos caboclos. As primeiras aplicações dessas máquinas, bem como do modo de preparar a terra, foram realizados por um agricultor estrangeiro, contratado para esse fim; atualmente, podemos dispensar seus serviços"(16).

Segundo a correspondência de L. B. Horta Barbosa, disponível no Posto (17), as atas que declaravam reservas para localização de índios as terras do vale do córrego Araribá, no distrito de Jacutinga, município e comarca de Bauru, foram somente publicadas pelo decreto nº2.871, de 30 de maio de 1918.

No entanto, desde 1911 já se vinha processando a utilização econômica da área. O exame da correspondência mostra a quantidade de melhoramentos efetivados, tais como casas para moradia de famílias de índios, residência do administrador, farmácia, instalação de maquinismos acionados a vapor para beneficiamento do arroz, cana, milho e mandica, além da intensificação das lavouras de trigo, cana, arroz, café, alfafa, mandioca e de pastagens para gado bovino, cavalariço, muar e suíno.

Um grave problema ameaçou a povoação durante esta época, em virtude da venda ilícita de lotes de terra feita em Bauru pelo "bacharel" Luiz Alves Costa, que se inti-

(16) Barbosa, L. B. H. - Relatório dos Trabalhos realiza-- dos ... op. cit.: 61-62.

(17) A correspondência disponível no Posto Araribá cobre o período de 10/12/1917 a 22/12/1919.

tulava, juntamente com outros "condôminos", proprietário das terras, negociando e vendendo lotes. O apelo veemente de Horta Barbosa ao Governo do Estado de São Paulo revela grande preocupação quanto ao surgimento de conflitos entre os índios estabelecidos nas terras da Povoação que, "confiantes nas promessas e incentivos dos govêrnos federal e estadual, ali puseram o melhor de seus esforços em 8 anos de ocupação e os indivíduos que se julgam proprietários das terras por tê-las comprado do bacharel Luiz Alvez Costa"(18).

O exame da correspondência (19) de Horta Barbosa e de seu substituto, Luiz Avelar Seixas, revela por vêzes, certo otimismo quanto às atividades dos Guarani. Entre tanto, o conteúdo da maior parte das cartas se restringe à comunicações de morte de animais, de extração de madeira e problemas burocráticos em geral, nada mais sendo dito a respeito do problema de demarcação das terras e dos graves perigos aventados por Horta Barbosa, em 1913.

Conflitos, aliás, já existiam em todo o estado há bastante tempo, havendo grupos indígenas que viviam em estado de guerra permanente com os invasores de suas terras.

"É inútil dizer-se e repetir que esses selvagens atacam para defender-se e sempre em desforra a uma sangrenta provocação dos civilizados. As nações de silvícolas

(18) Barbosa, L. B. - Carta de L.B.H. Barbosa, de 30/5/1918, dirigida ao Sr. Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. (Arquivos do - P.I. Araribá).

(19) Correspondência de L. B. Horta Barbosa disponível no Posto Araribá (1917-1919).

de que ainda restam algumas relíquias, são exatamente as que se defenderam, opondo os seus arcos e flexas ás nossas carabinas de repetição; e por se terem defendido, nós muitas vêzes as classificamos de ferozes e exigíamos do Governo que as mandasse exterminar" (20).

Por outro lado, a opinião do Museu Paulista, a respeito da situação indígena era externada da seguinte maneira por Hermann von Ihering: "Os atuais índios do estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados, e como os Caingangs selvagens são um empecilho para a colonização das regiões de sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu esterminio. A conversão de índios não tem dado resultado satisfatório; aqueles índios que se uniram aos portugueses imigrados, só deixaram uma influência maléfica nos hábitos da população rural. É minha convicção de que é devido essencialmente a essas circunstâncias que o estado de São Paulo é obrigado a introduzir milhares de imigrantes, pois dessas populações indígenas para os trabalhos que a lavoura exige" (21).

Horta Barbosa considera que a ferocidade atribuída aos Caingangue, residia no fato desses índios localizarem-se no estado de São Paulo e nas frustradas tentati--

(20) Barbosa, L. B. - A pacificação dos Caingangs Paulistas, op.cit.: 11.

(21) Ihering, Hermann von - "A Antropologia no estado de São Paulo". Revista do Museu Paulista, VII, 1907: 215.

vas de catequese empreendidas pelo padre Claro. "Mesmo contando com a ajuda dos Guarani, no dia em que começou a subir o Rio Feio, foi a flotilha inopinadamente assaltada pelos Caingangs, que contra ella atiraram uma nuvem de flexas. Um desses tiros acertou o padre; outros mataram e feriram alguns tripulantes das canoas" (22).

A morte do padre Claro aumentou a onda de opiniões contra os Caingangue e, conseqüentemente, "assaltos e morticínios acompanhados de crueldades cada vez maiores" (23).

Antes da chegada dos Capuchinhos, o Padre Frei Mariano de Bagnaia, em Campos Novos do Parnapanema, e o P. Frei Sabino de Rimini, pelo rio Batalha, haviam tentado a catequese, sem resultado.

A morte do padre Claro pelos Caingangue veio despertar a atenção dos missionários para tres ordens de problemas: o geográfico, o etnográfico e o da catequese.

"Estabelecida uma escola de interpretes ao lado de uma colonia militar, no local mais apropriado do sertão, garantido o missionário, com a força moral e o apoio material necessário, não faltarão novos Claros Monteiros, que levem aos rudes filhos das selvas a luz do evangelho e da civilização" (24).

(22) Barbosa, L. B. H. - A pacificação dos Caingangs Paulistas, op. cit.: 13.

(23) Barbosa, L. B. H. - A pacificação dos Caingangs Paulistas, op. cit.: 14.

(24) P. Fr. Modesto Rezende de Taubaté O.M.C. e P. Frei Fidelis Motta de Primerio O.M.C. - Os Missionários Capuchinhos no Brasil. (Esboço histórico prefaciado por Afonso de E. Taunay da A.B.). Convento da Imaculada Conceição, Typographia do Seminario "la Squilla". São Paulo. 1929: 533.

Depois de muitas reuniões e discussões foi finalmente criada a Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios e as primeiras expedições começaram a ser efetuadas.

A catequese empreendida pelos capuchinhos foi subvencionada pelo Governo Estadual, com a verba anual de 10: 000\$00 e as primeiras expedições foram iniciadas em 23 de julho de 1901, com destino a Campos Novos. "De Campos Novos, seguiram para os lados de Platina, onde tinha muitas terras, o Coronel Sancho de Figueiredo, e se estabeleceram à raiz da serra do Mirante, por ficarem mais próximos das mattas habitadas pelos "coroados" (25).

Os Caingangue, denominados coroados por causa do corte de seus cabelos, não excediam 500 pessoas, e achavam-se localizados à margem esquerda dos rios Feio e Agua-peí.

A primeira tentativa de contacto dos missionários foi efetivada em agosto de 1904, não produzindo efeitos positivos e até 1907, nada haviam conseguido. Fixaram-se primeiramente em S. Fidelis, transportando-se depois para o povoado de Conceição de Monte Alegre.

O avanço das estradas de ferro, principalmente da Noroeste, levou o serviço da catequese para as margens do rio Paraná, e para novas tentativas junto aos índios Xavante de Mato Grosso. Aliás, a catequese desses índios se

(26) P. Fr. Modesto Rezende de Taubaté O.M.C. e P. Fr. Fidelis Motta de Primerio O.M.C. - op. cit.: 535.

Prendia a ordens directas do Governo estadual e do prosseguimento das subvenções. "Forçados pelas circunstancias de, para recebermos o auxílio dos 10:000\$00 annuaes que nos dava o Governo Estadual, em benefício da catequese termos que trazer índios do Mato Grosso para este estado, sem considerar que elles não poderiam fixar residencia para cá do rio Paraná, por ser este Territorio tido pelos "coroa--dos" como seu e de mais ninguém, perdemos o nosso trabalho" (26).

Vários conflitos ocorreram entre os Coroados e os Xavante o que demonstrava a impossibilidade da coexistência entre os dois grupos. A partir de setembro de 1914, séria campanha é desencadeada contra a catequese dos capuchinhos, culminando com a suspensão da verba dos dez contos anuais que o governo estadual dava aos religiosos. Finalmente, em 1915, se retiraram das margens do rio Paraná sendo seus trabalhos definitivamente suspensos.

A respeito da catequese, afirma L. B. Horta Barbosa que "em vão collocou o Governo estadual as suas esperanças na catechese, subvencionada desde 1903 até hoje, que devia ser organizada pelos frades capuchinhos em Campos Novos; a situação continuava a piorar de anno para anno. O reconhecimento e o levantamento dos rios Feio, Agua-pehy e Peixe, pela Comissão Geographica e Geologica do Estado, teve de fazer-se à mão armada, e ainda assim não se

(26) P. Fr. Modesto Rezende de Taubaté O.M.C. e P. Fr. Fidelis Motta de Primerio O.M.C. - op. cit.: 542.

conseguiu evitar o sacrificio de vidas em ambos os campos" (27).

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil iria representar uma grande fonte de hostilidades. "Sucediam-se os assaltos cada vez mais violentos, dos índios contra os tralhadores da estrada e o pavor imperava por todo o sertão, onde ninguém se encontrava sem uma carabina de repetição, de que usava dia e noite em descargas a esmo para afugentar o "bugre" (28).

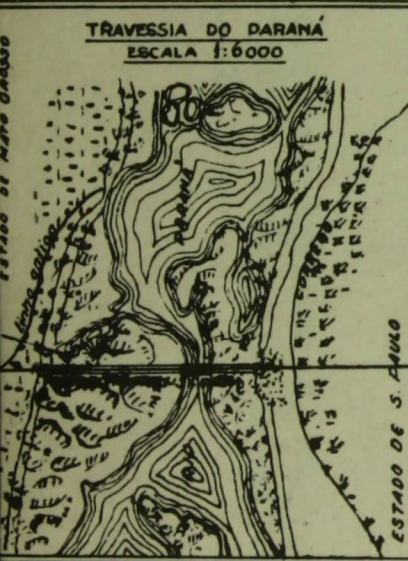
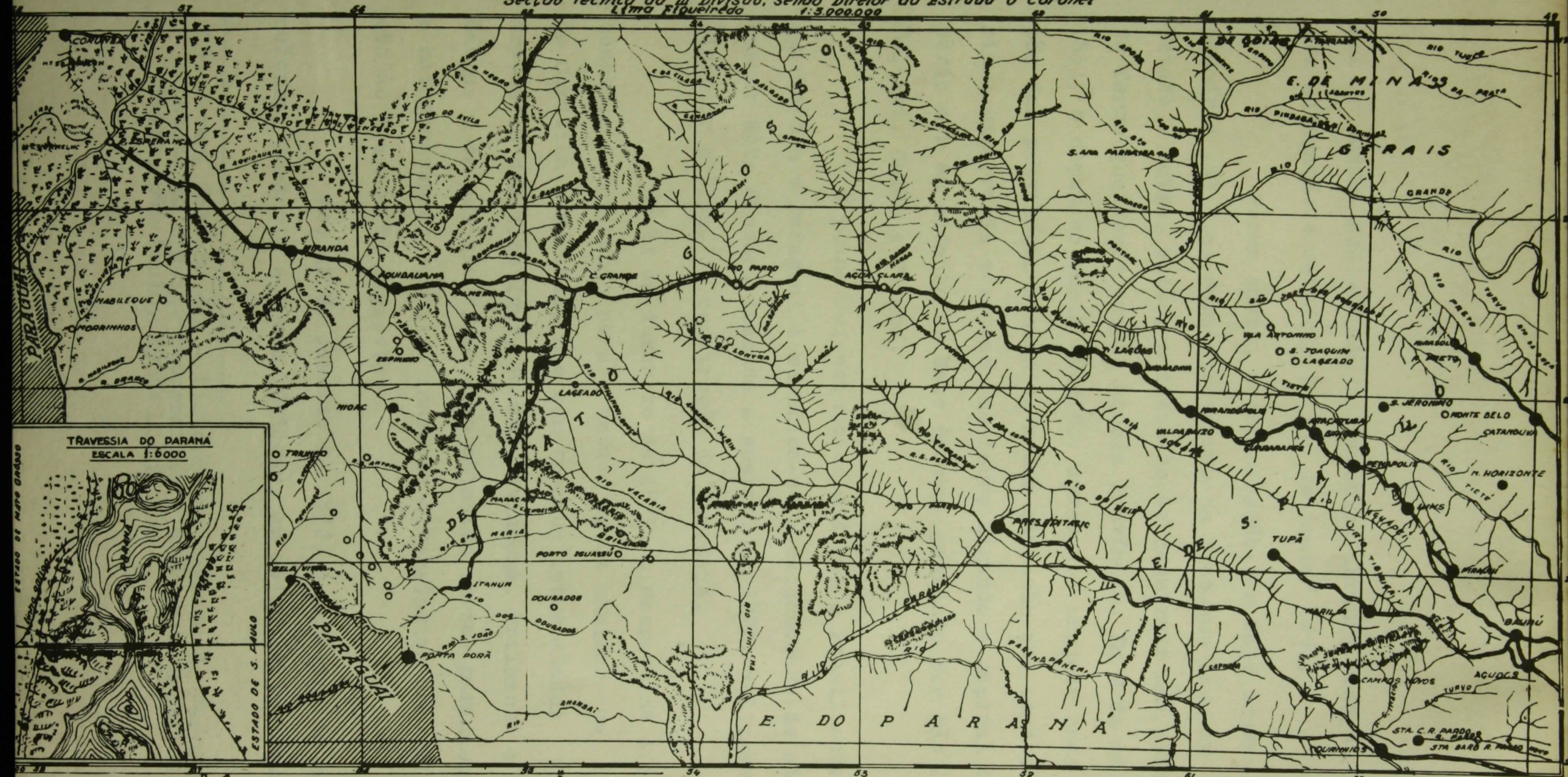
A Noroeste pode ser considerada fruto da expansão cafeeira no estado de São Paulo, mas sua construção também se acha estreitamente vinculada a razões de caráter político e militar que envolviam o acesso rápido a Mato Grosso e a fronteira oeste do país.

Correia das Neves afirma que "Mato Grosso era praticamente isolado do resto do país, atingível apenas pelos rios da Prata e Paraguai. Os rios da Prata e Paraguai, eram de domínio estrangeiro e, por isso, o Brasil tentou de alguns tratados com o Paraguai para ter livre trânsito naquelas águas. O governo do Paraguai, tendo como cabeça Solano Lopez, recusou várias vezes um acordo. Por fim, em 12 de fevereiro de 1858, foi assinado um tratado entre Brasil e Paraguai que declarava livre navegação a todos os país

(27) Barbosa, L. B. H. - A pacificação dos Caingangs Paulista, op. cit.: 14.

(28) Barbosa, L. B. H. - A pacificação dos Caingangs Paulista, op. cit.: 15.

E. F. NOROESTE DO BRASIL
 MAPA
 do traçado geral e perfil longitudinal da Estrada atualizado pela
 Secção Técnica da III Divisão, sendo Diretor da Estrada o Coronel
 Lima Figueiredo 1:5.000.000



FORNTE: Figueiredo Lima - "A NOROESTE DO BRASIL E BRASIL-BOLÍVIA"
 Rio de Janeiro - José Olímpio Editora - 1950

ses do mundo. Nesta data, a Argentina abria também à livre navegação o estuário do rio da Prata" (29).

Mesmo assim, a comunicação com Mato Grosso era precária (45 dias para atravessar os rios que levavam ao Estado). Surge, então, a idéia de se construir uma estrada de ferro que desse acesso àquela Província. Em 9 de maio de 1851, o deputado Paula Cândido, apresenta projeto onde propõe dar privilégio exclusivo a uma câmpanha que construiria e exploraria a estrada de ferro ligando a capital do Império com as cidades do Mato Grosso, passando por São João Del Rei, Goiás e Cuiabá.

O plano foi esquecido até que o Brasil entra em guerra com o Paraguai e verifica-se a dificuldade de atravessar Mato Grosso. Acabada a guerra, em 1870, volta-se a discutir o plano de construção da ferrovia.

Em 23 de dezembro de 1871, o decreto nº 4.851 concedia autorização para o estudo de um caminho que iria de Curitiba a Miranda, mas com trechos intercalados por travessia dos rios Ivaí, Paraná, Ivinhema, Brilhante e Mondengo. O estudo que tinha como objetivo terras paranaenses e matogrossenses suscitou inumeras divergências com relação ao traçado da ferrovia.

Aos 12 de janeiro de 1872, o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em aviso nº 3, comuni-

(29) Neves, Correia das - História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Tipografias e Livrarias Brasil S/A, Bauru, São Paulo, 1958: 11-12

ca ao presidente da Província de São Paulo, que suspendia a resolução de efetuar estudos com relação ao prolongamento da Estrada de Ferro desta Província, pelo Mogi-Guaçu rumo a Sant'Ana do Parnaíba. Ao mesmo tempo, pelos avisos um e sete, o mesmo ministro, em julho de 1872, comunicava aos presidentes das Províncias de Mato Grosso e Paraná que seriam iniciados estudos relativos ao traçado da ferrovia que ligaria Miranda a Curitiba.

Em oito de Setembro de 1868, iniciava-se o tráfego de tóda a linha da estrada de ferro Santos-Jundiaí. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em 11 de Agosto de 1872, inaugura o tráfego de Jundiaí a Campinas, e em 12 de Maio de 1873 obtém concessão para o prolongamento da linha de Campinas a Rio Claro, de acôrdo com a lei Provincial nº 44, de 1869.

Em 29 de Março de 1876, a Companhia Paulista de Viação Férrea e Fluvial pede ao Governo autorização para estender sua linha em direção ao Mato Grosso, passando pelos vales dos rios Mogi-Guaçu e Pardo. Este plano foi criticado e abandonado. Neste ano, a Estrada de Ferro Mogiana já trafegava de Campinas a Amparo, iniciava a construção do trecho de Mogi a Casa Branca e propunha-se a atingir Cuiabá.

Quando veio a República, o Brasil contava com 9.500 quilômetros de vias férreas. Em 1890 foi criada e nomeada uma comissão de viação geral, encarregada de efetuar planos de viação férrea e fluvial. O decreto nº 862, de 16 de outubro de 1890 do governo Provisório, fizera diversas

concessões de estradas de ferro e de redes fluviais dentro do plano geral de viação do Brasil (30).

Desde então, as discussões e os planos para a atingir Mato Grosso alcançaram muita complexidade e sérias divergências. Foi assim que, a fim de explorar a concessão pelo Banco União de São Paulo, (decreto 862) foi organizada uma Companhia em 21 de Junho de 1904, sob a presidência de João Teixeira Soares, com o nome de Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil.

No mesmo ano, a 30 de Julho, pelo decreto nº 5.266, foi transferida para a Noroeste, a concessão da Estrada de Ferro Uberaba-Coxim que deveria atingir o sul de Mato Grosso, tendo como ponto inicial, Bauru. Com algumas cláusulas modificadas, à Companhia foi conferido privilégio por 60 anos para a construção, uso e gozo das respectivas linhas férreas; isenção de direitos nas importações; direito de desapropriações; juros de 6% durante 30 anos sobre o capital de 30:000\$00 por quilometro; opção para criar campos de experiências destinados à educação de operários agrícolas no manejo de instrumentos agrários e na prática de cultura de plantas nacionais e exóticas; direito de adquirir terras para dividí-las em lotes de 30 hectares, vendendo-as pelo custo; obrigação de entregar ao govêrno, após a inauguração de trechos em tráfego, de uma linha telegráfi-

(30) cf Neves, Correia das - op. cit.: 21-22

ca, zelando pela sua conservação. Dentro do prazo de 6 meses, a Companhia era obrigada a apresentar ao govêrno estudos de reconhecimento da linha compreendida entre Bauru e Itapura, e, para a apresentação do estudo análogo e conclusão de outro trecho, ficou estipulado o prazo de 3 anos. A região pela qual deveria passar a estrada constava nos mapas da época como "zona desconhecida e habitada por índios" (31).

Bauru foi escolhida como o ponto mais conveniente para o início da estrada por ser ponto terminal da Sorocabana e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Segundo o engenheiro Silvio Saint Martin, "O ponto inicial da Noroeste é a cidade de Bauru, no Estado de São Paulo, até então localidade de pouca importância, pois estava colocada à 450 quilômetros de São Paulo, no extremo oeste da parte povoada e cultivada do estado, tendo ao ponto uma compacta faixa de matas virgens e inexploradas até então habitada por índios Coroados, muito ferozes e completamente selvagens, e do lado do levante ainda não estava ligada à Capital por nenhuma Estrada de Ferro, bem que a Sorocabana já tivesse mandado os estudos do prolongamento da mesma de Bom Jardim ao Rio Batalha..." (32).

O ponto de partida - Bauru - e a região a ser atingida pela Noroeste formavam a "terra desconhecida". Com a penetração pelo sertão, foram se fixando sertanejos, aventureiros e caçadores de índios, surgindo as primeiras po

(31) Neves, Correia das - op. cit.: 35-36

(32) Neves, Correia das - op. cit.: 38

voações. Entretanto, se tudo isto existia "tudo mais nas planuras desertas ou na vastidão das matas cerradas, não passava de sertão bonito, a "selva-selvaggia" em que povos primitivos, sobretudo os Caingangs, se antepunham, pelas armas em suas correrias e emboascadas, ao avanço dos pioneiros" (33).

Os primeiros cem quilômetros da Estrada foram aprovados pelo decreto nº 5.719, de 10 de Outubro de 1905, e sua construção foi confiada à Compagnie Générale de Chemins de Fer et Travaux Publics. No prolongamento da estrada a partir dos primeiros cem quilômetros, as dificuldades aumentaram principalmente devido a deficiência de entrega das cartas pela falta absoluta de caminhos. Encontraram poucas estradas pela região sendo uma delas a que partia de Sant'Ana do Parnaíba e Piracicaba, passando por Avanhandava.

Bauru foi elevada a categoria de Distrito em 30 de Agosto de 1893, pela lei nº 209. Em 15 de Julho de 1905 foi iniciada a construção das primeiras obras da estrada na cidade, que era uma pequena vila de 600 habitantes. Em 16 de Dezembro de 1910, foi elevada a categoria de Comarca. A vasta zona em que hoje se situam o município e a cidade de Bauru era pouco conhecida antes da metade do século 19. Era habitada por índios Coroado ou Caingangue que viviam sempre em guerra com as tribos vizinhas. Os primei-

(33) Azevedo, Fernando de - Um trem corre para oeste. Estudo sôbre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. Livraria Martins Editora. São Paulo. 1950.: 72.

ros brancos que vieram à região foram Pedro Francisco Pinto em 1840, que morreu flechado pelos índios e Antonio Rodrigues Campos que em 1845 apossou-se de uma parte da bacia do rio Batalha.

Em 27 de Setembro de 1906, a Estrada foi aberta ao tráfego provisório até o quilometro 48 e incluía as estações de Bauru, Tibiriçá e Jacutinga (nome que depois foi mudado para Avaí). O segundo trecho foi aberto em Janeiro de 1907, até o quilometro 92 estação de Lauro Muller.

No Governo Afonso Pena, o Ministro da Viação, Miguel Calmon du Pin e Almeida, determinou que fosse executado o traçado da estrada com rumo Corumbá-Bolívia. Ao invés de atingir Cuiabá a estrada deveria seguir até Corumbá, atravessando o Rio Paraná na altura de Jupiaá, passando por Aquidauana, "a fim de atender melhor ao comércio político com a Bolívia e ao plano continental de um ferro-carril do Atlântico ao Pacífico" (34).

A medida que os trilhos da estrada avançavam, os índios Coroados eram empurrados para longe. "Em 26 de Julho de 1907, as duas horas da madrugada os índios assaltaram o acampamento do quilometro 184, composto de 20 homens. Os índios se utilizaram de machados e foices dos próprios operários para o assalto. Houve luta, quatro empregados foram mortos e outros ficaram feridos" (35).

(34) Azevedo, Fernando de - op. cit.: 70.

(35) "O Bauru". 28/7/1907.

Em 27 de Julho de 1908, no quilometro 259, trabalhadores portugueses tiravam dormentes para o leito da estrada quando se viram cercados por numerosos índios Coroados. Os trabalhadores, embora armados, não puderam reagir, tal foi a surpresa do ataque. "Os silvícolas utilizaram-se de arcos, flechas e tacapes. A carnificina foi tremenda. As vítimas tiveram as cabeças, braços e pernas decepadas e os ventres rasgados. Apenas dois conseguiram escapar à sanha dos índios, chegando aterrorizados e exaustos ao acampamento mais próximo" (36).

Em 20 de Julho de 1909, os índios Coroados atacaram a turma 23, no quilometro 179 no mesmo lugar onde, mêses antes, haviam massacrado 5 trabalhadores. Desta vez os trabalhadores conseguiram repelir os índios e exigiram a proteção de militares para continuar trabalhando. Em Setembro do mesmo ano, no quilometro 310, a turma 38 foi atacada.

Em 31 de Dezembro de 1909, a situação dos trabalhos já executados na estrada, era a seguinte: linha colocada, 371 km; em construção, 163; em assentamento de trilhos, 56; e locada, estudada e por estudar, 777.

O presidente da Companhia, João Teixeira Soares, informava: "Do lado de São Paulo, as febres de mau caráter se desenvolveram a tal ponto, que, apesar de organizado o serviço profilático e hospitalar, vitimou um grande

(36) "O Bauru". 2/8/1908.

número de operários e empreiteiros, criando e espalhando uma tal impressão de pavor contra a região, que impedia o recrutamento de novas turmas para substituir as inutilizadas. Os índios, de seu lado, atacando por diversas vezes o pessoal e fazendo correrias, morticínios e incêndios, muito concorreram para agravar a má impressão conservada pelas moléstias. Não foi, pois, sem grandes sacrifícios, que a Companhia conseguiu concluir os trabalhos nesta insípida região, que, felizmente, foi atravessada" (37).

Em 18 de Fevereiro de 1910, chegaram ao perímetro urbano de Bauru os trilhos da Cia. Paulista de Estrada de Ferro.

"Em 11 de Março de 1910, os índios atacaram a turma 21, nas proximidades de Hector Legré. A turma era composta de 4 homens e os índios eram mais de 100. Um operário foi morto e os outros conseguiram escapar. Neste ano houve vários assaltos de índios, danificando postos telegráficos e os trilhos. Os assaltos se intensificavam, a ponto de paralizar a construção da estrada. Por outro lado, os índios eram provocados pelos bugreiros, que queriam apossar-se de suas terras e escravizá-los" (38).

Desde o início dos trabalhos de construção, em 1905, até a pacificação dos índios em 1914, de acôrdo com o plano traçado por Rondon, os Caingangue não deram sos

(37) Neves, Correia das - op. cit.: 64.

(38) cf Azevedo, Fernando de - op. cit.: 113 e seguintes.

sêgo aos trabalhadores da estrada. Vários conflitos ocorrem durante a década 1910/1920 sendo mais significativos os de 1910, em Baguaçú, um pouco antes de Birigui e o de 1914, em Araçatuba.

Em virtude destas dificuldades, a Noroeste avançava com bastante lentidão atingindo Araçatuba em 1906, e Itapura em 1910. Com este avanço o panorama sócio-econômico da região foi se modificando dando origem ao surgimento de vários nucleamentos urbanos como Lins, Penápolis, Birigui e Araçatuba, que se destacou como o principal centro de comércio da mais importante zona agro-pecuária de toda a região (39).

A influência da estrada, porém, se faz sentir mais na area situada entre Bauru e as margens do rio Paraná. A intensificação dos fluxos migratórios - italianos, espanhóis, portugueses e sírios para o café e japoneses para o algodão e cereais - aumenta a densidade populacional modificando a situação da região.

Stauffer (40) mostra de maneira clara como a penetração ferroviária servia para levar os pensamentos e atividades do governo da República em direção ao oeste, às terras indígenas.

Durante a República se acentuou a tendência de passar ao controle governamental a construção das estradas.

(39) cf. Azevedo, Fernando de - 120 e seguintes.

(40) Stuffer, David Hall - "Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios". Revista de história, nº^s 37, 42, 43, 44, 46. 1959, 1960, 1961.

Além disso foi retomado um plano que surgiu ainda no Império, de integrar em sistemas as vias de comunicação férrea. Dessa forma, foram programadas as linhas de "penetração" e as linhas "estratégicas", juntamente com um plano de ligar ramais e linhas independentes.

As linhas de "penetração" foram planejadas para ligar as partes do sistema ferroviário costeiro com os vales do Paraná, do São Francisco e do Amazonas. As linhas "estratégicas" (ou "militares"), foram planejadas para ligar a capital do país com os pontos relativamente isolados das fronteiras: por exemplo, com Livramento (fronteira com o Uruguai) e Corumbá (fronteira com a Bolívia).

A construção dessas estradas dependia de apoio governamental. Foi o Governo Federal que forneceu armas e munições aos trabalhadores, que estipulou o número de colonizadores que deviam se estabelecer ao longo das linhas e que se responsabilizou, em grande parte, pelo fornecimento de imigrantes. A finalidade das construções era atrair povoadores e não servir as populações já existentes,

O custo dessas construções foi aumentando cada vez mais e exigindo intervenção governamental, na medida em que o andamento das obras era bloqueado por índios. O governo teve que mandar soldados para proteger as construções e, às vezes, chegou a substituir o trabalho braçal pelos batalhões especializados.

Os estados frequentemente cederam ao Governo Federal, os direitos de propriedade das terras que ficavam às margens das linhas em 100 km de cada lado. Assim a pene

tração ferroviária, durante a primeira década do século , foi uma empresa comum entre os homens de negócio e Governo.

Quando as tribos hostis tentaram sustar o avanço ferroviário, elas desafiaram não apenas as forças de expansão econômica, mas principalmente o Governo Federal. A resistência indígena estava especialmente localizada em São Paulo e nos estados meridionais. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, uma linha "estratégica", "é um exemplo da guerra estabelecida entre índios e civilizados, onde se praticou bárbaras crueldades de ambos os lados" (41).

As notícias sobre os conflitos entre trabalhadores e índios criaram situação embaraçosa para os interesses comerciais e para o governo. Apesar disso, a expansão ferroviária tornou-se o símbolo do progresso econômico, do aumento da densidade demográfica, do avanço industrial e do cultivo, da segurança e unidade nacional. O governo estava tão envolvido com a expansão e com os benefícios daí decorrentes, que o problema com um número pequeno de índios hostis, não podia ser olhado com objetividade.

A Noroeste atende a outras necessidades enquanto linha estratégica do sistema viário nacional, pois permite ao governo central levar de maneira mais fácil sua ação político-militar até as fronteiras meridionais e ocidentais do país. Como as outras iniciativas (Sorocabana, Mojiana, Araraquarense) malograram neste objetivo, a Noroes-

(41) Stauffer, David Hall - "Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios" - Revista de história, nº 37, 1959: 82.

te adquiriu importância estratégica para a unidade política nacional da época, acrescida a importante "função civilizadora" de pacificação dos índios. O encontro das frentes expansionistas com populações indígenas ocasionou depopulação progressiva destas, à medida que o contato se efetivava.

Horta Barbosa admite que a totalidade da população Caingangue paulista na época da pacificação reunia se tecentos indivíduos para os seis grupos constituintes (42).

"Se a 31 de Dezembro de 1916, pudéssemos ter levantado uma estatística nominal desses índios, muito provavelmente reconheceríamos que ela já se eleva a 200. Tão dolorosa, quanto imprevista consequência das relações desses silvícolas conosco, resultou de dois fatos, um que era bem de esperar, e outro que talvez nunca terá explicação razoável.

O primeiro fato, é a nenhuma resistência do organismo desses povos primitivos às doenças comuns entre nós. Causas que para nós não passa, de incômodos sem importância como a influenza, neles assumem proporções de terríveis epidemias, de altíssima letalidade. Só esse incômodo, a influenza, ou cofuro, como eles o denominaram, pois o não conheciam antes das relações conosco, matou até agora mais da metade das crianças, mulheres e homens que existiam em princípios de 1912. Houve mesmo um grupo, o do Congue-Hui, que foi totalmente aniquilado no curto espaço de al

(42) cf. Barbosa, Luiz Bueno Horta - "Relatório dos trabalhos realizados...", op. cit.: 70.

guns dias. Isso se deu de março a abril de 1913. Quando nos chegou, no Ribeirão dos Patos, a notícia de estar o povo da aldeia daquele chefe morrendo de cofuro, para lá partiram os abnegados auxiliares da Inspetoria, José Cândido Teixeira e Augusto de Avellar, intérprete; mas ao chegarem nada mais encontraram senão ossadas à flor da terra.

Ainda de março a fins de maio de 1916, a influenza fez numerosas vítimas, tanto entre os índios que estavam em nosso acampamento do Ribeirão dos Patos, como nos dos grupos de Iacry, Charim e Dorarim.

Porém, um golpe ainda mais terrível do que esse nos estava reservado para os fins do mesmo ano. A epidemia de sarampo a que me referi neste relatório chegou até nos sertões do Aguapehy, levado pelos colonos espanhóis que por lá se estão estabelecendo nas terras que têm adquirido do sr. Senador Luiz Piza. Essa epidemia atingiu os índios do Iacatu, e por dois deles foi levada para a aldeia do Iacry, alastrando-se então por todos os outros.

O que daí se seguiu, é impossível de ser evocado por uma descrição qualquer. A mortandade dos doentes atingiu proporções enormes e a nação Caingang ficou reduzida, ainda se está reduzindo, a uns míseros restos do que era em março de 1912" (43).

O Dr. Geraldo de Paula Souza em sua visita aos acampamentos Caingangs, realizada em julho de 1916 fazia as

(43) Barbosa, Luiz Bueno Horta - "Relatórios dos trabalhos realizados...", op. cit.: 70-71.

seguintes informações a respeito dessas populações: "O Cain gangé um pobre coitado, atacado por muitos males, alguns dos quais trazidos pelos civilizados. Ao contrário do que se poderá pensar, os seus recursos therapeuticos, são muito rudimentares. Como já foi dito, não conhecem índio com a função de médico, pois não há o pagé de outras tribus.

A maleita tem feito grande mortandade entre essas miseras criaturas, e quando lhes assalta a febre, recorrem naturalmente a agua fria. Palpámos baços de vários índios, porém não sendo as nossas observações, em número su ficiente, preferimos não dar relação entre palpáveis e não palpáveis. Citaremos apenas, que mesmo entre adultos, encontramos esplenomegalia. Isso nos induz a crer, ser a maleita do lugar, relativamente recente, entre esses índios, pois se assim não fora, essa reação esplenica teria aparecido na infancia desses indivíduos, que hoje, já deveriam ter adquirido uma certa imunidade" (44).

Darcy Ribeiro afirma que "muito mais letais fo ram as formas graves de gripe, como aquela que, com o nome de espanhola, grassou por todo o País a partir de 1918 fazendo vítimas em toda a população. Os relatórios do S.P.I., referentes àquele período mostram claramente a marcha da e pidemia que, começando pelos grupos vizinhos das grandes ci dades, prosseguiu sempre com a mesma violência até alcançar tribos arredias nos confins das regiões mais afastadas" (45).

(44) Souza, Geraldo de Paula, dr. - Notas sobre uma visita a acampamentos de índios Caingangs. São Paulo, Typografia do Diário Oficial, 1918: 11.

(45) Ribeiro, Darcy - Convívio e Contaminação. (Os Índios e a Civilização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970): 275.

Por volta de 1919, os Guarani foram atingidos por esse tipo de gripe e sua maior parte foi dizimada, provocando, com isso, o despovoamento quase total do Posto Indígena Araribá.

Esse despovoamento, aliado à ameaça de penetração de elementos civilizados, contribuiu para que já na década de 1920, se optasse por uma idéia do marechal Rondon de se trazer para lá os Terena de Mato Grosso.

Pela cópia do relatório do Diretor interino do S.P.I. em 1929, José Bezerra Cavalcanti (46), pode-se constatar que a ação dos grileiros deve ter ocasionado uma série de incidentes que reclamavam a intervenção direta do Governo do Estado de São Paulo. No referido relatório, o diretor do S.P.I. afirma que "não somente os grileiros pretendiam apossar-se de terras da povoação do Araribá. Também os vizinhos dessa povoação, allegando imaginarios direitos, perturbaram a posse pacifica dessas terras por parte do Serviço de Proteção aos Indios".

Contra essa segunda ordem de ambições muito valeu a intervenção direta do General Rondon junto à presidencia do Estado de São Paulo.

"Foram recolhidos ao Araribá, os índios Guarany que se achavam no littoral em numero de 110 individuos. Essa remoção teve a dupla vantagem de por esses indios mais

(46) Cavalcanti, José Bezerra - Ministro da Agricultura, Industria e Commercio. Serviço de Proteção aos Indios. Relatório dos Trabalhos da Diretoria deste serviço relativo ao anno de 1929. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1930. (copia termofax).

à mão em uma situação onde ha recursos de dar sangue novo à população do Araribá melhorando assim as futuras gerações. A população ficou elevada a 230 indios. Além da lavoura de cereaes desenvolveu-se ahi a do café, que já no anno passado attingiu a 33.613 pés. Intensificou-se igualmente a criação do bicho da seda, iniciada em 1927" (47).

Quanto aos Postos de Icatu e Vanuire, o referido relatório afirma que nenhuma alteração considerável ocorreu a não ser experiência de entregar exclusivamente aos indios as atividades da lavoura e criação.

"A inspetoria mandou vir de Matto Grosso alguns indios Terenos, excellentes vaqueiros e os alojou em Icatu e Vanuire para servirem de mestres aos Caingangs, medda essa que será ampliada si a experiência der, como é de esperar, bom resultado.

Os terrenos são também bons artifices dos officios comuns, o que certamente será de muito proveito, para os seus irmãos Caingangs, cujo atraso é ainda grande" (48).

Segundo relatório do inspetor da 5ª Inspetoria Regional do S.P.I., sr. Antonio Martins Viana Estigarribia, de 7 de fevereiro de 1928, os Terena parecem ter vindo do aldeamento de Lalima. Em relação ao ano de 1927, o relatório faz um balanço das alterações demográficas dos vários Postos. Só em relação a Lalima se indica a diminuição do montante em virtude de "indios retirados para outros pos

(47) Cavalcanti, José Bezerra - op. cit.: 30-31.

(48) Cavalcanti, José Bezerra - op. cit.: 31.

tos" (49) sendo então transferidos 23 índios e restando 220.

O relatório Estigarribia de 1928 contém no corpo principal e em muitos anexos importantes indicadores do nível de desenvolvimento Terena em relação aos demais grupos. Os vários aldeamentos Terena, ao lado da produção comercial de alimentos, importante para o suprimento do mercado regional (farinha, milho, arroz, polvilho, rapadura, melado, etc.) elaboravam também outras utilidades como, por exemplo, o artesanato de penas de prata e outros metais como adornos ou complementos de vestuário.

O relatório menciona também produtos de olaria, não só cerâmica de uso doméstico como também telhas, tijolos, etc, produzidos comercialmente. Além disso, é mencionada a tecelagem de rês de algodão e de chapéus de palha de carandá, selaria e sapataria. No começo do relatório, Estigarribia indica também a participação dos Terena como operários semi-especializados em obras de engenharia civil: "Em caminho visitamos os serviços da estrada de automóveis de Campo Grande/Ponta Porã, a cargo da Comissão Rondon, cujos operários são índios Terena" (50).

(49) Estigarribia, Antonio Martins Vianna - Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Serviço de Proteção aos Índios. Relatório do Inspetor Interino da 5ª Inspeção Regional, 1928: 68.

(50) Estigarribia, Antonio Martins Vianna - Relatório citado: 7.

Particularmente significativa é a parte do relatório que se refere à implantação em vários aldeamentos Terena mais desenvolvidos de um sistema de administração interna absolutamente novo, baseado na auto-gestão das comunidades por uma comissão de três índios. Isso se deve particularmente à necessidade de conciliar interesses e reduzir tensões internas que se exprimem pela identificação dos grupos opostos como católicos e protestantes. O relatório acentua também a tendência de certos chefes Terena assumirem um poder pessoal bastante grande, servindo de intermediários a serviço dos interesses regionais, acumulando bens econômicos a custa de exploração do trabalho de outros índios e compelindo-os à obediência com o uso discricionário da política interna dos aldeamentos (51).

Outro dado importante é fornecido pela tentativa de destruição do aldeamento de Burity, ditada por interesses regionais e particulares que justificariam a ocupação dessas terras em nome do progresso e do desenvolvimento da colonização da área. Acentua-se que a região de Burity era virgem e deserta tendo sido aberta à colonização pelos próprios índios. Afirma-se que, ao contrário das concepções usuais que valorizam a colonização por elementos nacionais ou estrangeiros de áreas indígenas por serem estes irremediavelmente incapazes de trabalho e de progresso, os índios Terena tem se revelado diligentes, produtivos e ino

(51) Estigarribia, A. M. Viana - Relatório citado, anexo 3: 89 e seguintes.

grupo Aruak

vadores como "seus parentes japoneses" (52) e são objetiva
mente melhores que os alemães ou italianos.

Embora a transferência de índios constituísse prática tradicional no Brasil, os primeiros deslocamentos Terena para o estado de São Paulo podem ser atribuídos não só à possibilidade da utilização de sua força de trabalho, como do papel inovador que podiam representar, dada a singularidade de seu desenvolvimento cultural.

Referências aos Aruaque como inovadores e trans
missores de cultura eram usuais. Carvalho, em sua "Pre-His
tória Sul-Americana" afirma: "de todos os povos primitivos que habitaram o território do Brasil actual, os do grupo Aruak foram os que atingiram um gráo de cultura mais elevado, possuindo mesmo noções agricolas mais que primitivas. Assim é que cultivavam a mandioca e fabricavam farinha, cul
tura e processo que certamente trouxeram de sua patria de origem, nas encostas orientais da Bolivia, pois a mandioca não era indigena na região tropical que elles depois povoa
ram, sendo de presumir que houvessem recebido o processo de transformar em alimento esse tuberculo venenoso, de algum povo mais altamente civilizado, como que existia nos planal
tos andinos. Distinguiam-se ainda os Aruaks pela sua peri
cia nas artes ceramicas, feição tão rasgadamente peculiar, que Karl von den Stein propoz comprehender todos os indige
nas do Brasil Central, procedentes delles, sob a denomina-

(52) Estigarribia, Antonio Martins Vianna - Relatório citado: 52.

ção generica de tribus oleiras. Finalmente, não eram anthropophagos; o que nos induz a procurar os seus antepassados entre as nações relativamente cultas que, muitos séculos antes da fundação do imperio dos Incas, habitavam os planaltos da cordilheira dos Andes" (53).

Galvão, embora duvidando dessas características, informa: "não obstante são comuns os estereótipos do aruaque como "civilizador", hábil ceramista, tecelão e agricultor" (54).

Fato que nos parece fundamental é o consenso existente em relação a supostas virtudes dos Aruaque. Ainda que se possa duvidar desses estereótipos, o fato é que, ao longo da história, e não só no Brasil, esses indios tiveram tratamento diferencial e, sempre que possível, foram engajados na tarefa de "amansar", "civilizar", ou mesmo, "reduzir à vida civil" outros indios mais "primitivos".

Aliás, a comparação entre Terena e japoneses como agentes civilizadores é retomada por Nicolau Horta Barbosa em carta de 6 de agosto de 1941, dirigida ao diretor do S.P.I., Antonio Estigarríbia. Horta Barbosa, como chefe da 5ª Inspetoria Regional do S.P.I., em Cuiabá, ressalta que o progresso alcançado pelos Caingangue de São Paulo, especialmente em Icatú deve-se ao papel inovador dos indios Terena, complementado pela presença "civilizadora" de colo

(53) Carvalho, Alfredo de - "Pré-História Sul-Americana". (Em Bibliotheca Exotico-Brasileira, Eduardo Tavares, dir., vol III. Empresa Graphica Editora, Paulo, Pongetti & C. Rio de Janeiro, 1930: 90).

(54) Galvão, Eduardo - op. cit.: 2.

nos japoneses na região.

A fixação dos Terena em São Paulo parece ter ocorrido primeiramente no Icatú, conforme se depreende do relatório de Estigarribia e só posteriormente ter se estendido ao Araribá e ao Vanuire.

Segundo Altenfelder Silva, em 1946, os dois ultimos aldeamentos somavam 541 e 176 Terena, respectivamente (55).

Informações constantes dos relatórios do chefe atual do Araribá (56) localizam a chegada dos primeiros Terena ao Posto por volta de 1930. A princípio, apenas cinco famílias de Mato Grosso, ali se estabeleceram inclusive a do atual "capitão" Teotonio Pio.

A partir de então, a população Guarani se reduziu continuamente, estando hoje composta por 35 pessoas, enquanto os Terena totalizam 240. O Araribá é, portanto , praticamente Terena, formando os Guarani /minoria mais ou menos isolada. Suas relações com os Terena são amigáveis, ainda que reservadas principalmente por entenderem que a terra do Posto lhes pertence.

As atividades do Araribá antes de 1940 centravam-se basicamente na extração de madeira e no café. No tempo em que os Guarani eram a maioria a reserva era uma grande mata, havendo inclusive uma serraria para corte de ma-

(55) Silva, Fernando Altenfelder - Mudança Cultural dos Terena, op. cit.: 273.

(56) Silva, Antonio da - Chefe atual do Posto Indígena Araribá.

deira.

Em reportagem intitulada "No Convívio dos Silvícolas", outubro e novembro de 1931, do jornal "A Noite", do Rio de Janeiro, informava-se que o Araribá possuía "mais de 800 alqueires de terras fertilíssimas, dos quais 50% pelo menos completamente virgens, formando uma floresta de árvores magestosas que representam fortuna apreciável; os troncos das perobas seculares e dos altaneiros jequitibás representam às vezes 5m de diâmetro. Há, entretanto, ordens terminantes do cel. Nicolau Horta Barbosa que não se desvie um metro sequer de lenha ou de madeira para construção, infringindo-se, dessarte, aquela gente conformada e laboriosa um verdadeiro suplicio de tântalo. Por isso que a burocracia os fez mergulhar numa crise tremenda, não correndo por ali, desde janeiro, um só centavo dos cofres do Estado. Mas como o patrimônio da fazenda é inviolável, nega-se-lhes permissão para serrar a madeira de lei que existe nas matas e transportá-las para as localidades vizinhas, onde não faltam compradores. Explica-se porém, os escrúpulos do chefe do Serviço; o cel. Nicolau Horta Barbosa sofre com os selvagens que ele ajudou a pacificar, o período de crise que ao que tudo indica será passageiro. O dinheiro para saldar as dívidas do Posto e pagar o funcionalismo foi seguro pelo sr. Cristiano Luz, inspetor do Serviço de povoamento da região sulista, que escreveu um relatório ao Ministerio em que, da primeira à última página mostra a paixão tendenciosa, distilando ódio de morte contra os índios. Ele prega a tese de que os índios já integrados sejam expulsos de suas terras e que para estas sejam enca-

minhados colonos estrangeiros" (57).

A respeito da presença de estrangeiros na área do Posto, o jornal afirma: "vimos no Araribá elementos estrangeiros que vivem a mesma existência dos índios, exercendo atividades na lavoura ou manejando instrumentos de mecânica e eletricidade. O sr. Germano Bernardes, alemão, instalou-se na antiga fazenda muito antes da formação da atual colônia e ali constituiu um lar sob a proteção das leis brasileiras. É o encarregado da seção de energia elétrica e da serraria, ministrando ainda os seus conhecimentos eletrotécnicos a vários índios Terena e Guarani. Outro curioso personagem é o japonês Shimamura Juqiti, que se dedica a cultura do bicho da seda. Vários índios recebem diariamente suas lições e conselhos, trabalhando ao lado do colono nipônico" (58).

Quanto às atividades econômicas a reportagem enfatiza que "os serviços da colônia indígena do Araribá estão bem organizados. Existem ali cerca de 62 mil pés de café, dos quais 42 estão inteiramente entregues aos índios, seus proprietários. Os cafezais rendem 56 a 66 mil quilos beneficiados que se pode avaliar na média de 37 a 50 contos anuais, segundo os baixos preços da atualidade vigorante no mercado de Avaí. As terras foram divididas em lotes e distribuídas às famílias indígenas reservadas as necessidades para a administração e uso em comum da população. Há, por-

(57) Jornal "A Noite" - Reportagem: "No convívio dos silvícolas", 22/10/1931.

(58) Jornal "A Noite" - Reportagem citada.

tanto, os lotes de reserva florestal, os de pastagem, os de ensino agrícola e demonstração, além daqueles em que se instalaram as máquinas, oficinas, casas de ensino, farmácia, administração e o campo de futebol.

A criação do bicho da seda, ainda incipiente, promete desenvolver-se progressivamente. A produção dos casulos, o ano findo, orçou em cerca de 1000 kg e rendeu 7 mil e 696 réis, importância paga pelo estabelecimento sericícola de Campinas. Há no Araribá engenhos de açúcar, de farinha, fabricas de beneficiamento de arroz, mandioca e milho. Uma serraria prepara facilmente o material necessário para a construção de casas, servindo-se de madeiras de peroba e canelão que ali existem em abundância, na floresta virgem. Os índios possuem invernadas para criação de bois, cavalos e outros animais que lhes são distribuídos pela administração da colônia. A colônia indígena fundada, há 22 anos, possui também dois chefes de tribo, aos quais se concedem regalias de capitão" (59).

Na descrição da saída dos jornalistas ainda há referência ao bicho da seda: "logo na curva do caminho, ao deixarmos a casa do administrador, avistamos o sítio de Shimamura Juqiti, o colono japonês que se estabeleceu na povoação há cerca de 8 anos e ali se dedica à cultura do bicho da seda. Em volta da casa do colono nipônico existe uma esplendida plantação de amoreiras" (60).

(59) Jornal "A Noite" - Reportagem citada.

(60) Jornal "A Noite" - Reportagem citada.

Sôbre Avaí, informa que " fora outrora centro de atividade comercial, vivendo dias gloriosos, mas veio o declínio do café, o mercado entrou em crise e a povoação vive hoje da lembrança dos tempos idos, em que o dinheiro circulava com abundância. A crise, que é um mal universal, não abateu a fibra do paulista, mas nota-se que há um certo de sânimo no comércio e entre os moradores da cidade. O contraste é chocante: ontem a opulência e a riqueza, hoje a penuria e escassez do numerário. Cidades que foram outrora centros de vida intensa e trepidante, estão hoje transformadas em burgos pacatos e tristonhos, com a fisionomia própria dos lugares que estacionaram" (61).

Luiz Bueno Horta Barbosa, em entrevista à "Folha da Noite", em 28.1.1931 enfatizava que "maquinaria a vapor, para beneficiamento do café, cereais e madeira, luz elétrica, apiário, criação de bicho da seda, gado de toda espécie, cafezais, escola primária, abrigo e educação para os órfãos, eis uma enumeração resumida da assistência e dos recursos que o governo oferece, no Araribá, aos índios. Estes, cada vez mais vão se transformando em sitiantes, donos de seus lotes cultivados, outros vivem de salários, muitos de uma e outra coisa, isto é de suas roças e lavouras e das diárias que os muitos serviços da Povoação proporcionam.

Os cafezais entregues aos índios somam cerca de 42.000 pés e existem ainda mais cerca de 20 mil em formação

(61) Jornal "A Noite" - Reportagem citada. (A reportagem de "A Noite" circunscreveu-se exclusivamente ao Araribá, não se referindo ao Ikatu e Vanuire).

e aos cuidados de um empreiteiro até que a Inspetoria possa passá-los às mãos dos índios que foram competentes e me recedores. Após muitos anos de sossego, a vida da povoação começou a ser perturbada por particulares, que pretendendo ser proprietários das terras do Araribá e outras, moveram ações judiciais para reavê-las. A eles se juntaram vizinhos ambiciosos, sonhadores que são de um dia haverem lotes de tais terras, que são ótimas. Ainda no ano passado, em abril ou maio, surgiu uma nova ação especialmente contra o governo federal para reaver uma faixa de terra abrangendo uma zona que a Noroeste percorre em 60 km. de Bauru, ou suas proximidades, até Presidente Alves. Despeitados de toda sorte ou classe, juntam-se e reúnem seus esforços inglórios para um mesmo objetivo - a espoliação - invertendo as coisas, se fazem de compadecidos do estado dos índios, tentam desmoralizar o Serviço, tudo na esperança inútil que o Governo venha abrir mão da notável povoação indígena do Araribá" (62).

(62) Entrevista de Luiz Bueno Horta Barbosa ao jornal "Folha da Noite". São Paulo, 28/1/1931.- (Jornal disponível nos arquivos atuais do P.I. Araribá, cedidos pelo Chefe do Posto).

4. Os Terena Atuais

Segundo depoimento de um entrevistado (1) "de 1930 para cá a situação do índio modificou-se radicalmente. Antes suas lavouras eram menores e havia pouco serviço; hoje trabalham para fora, para as fazendas. Antigamente, o Posto dava tudo ao índio e é por isso que se chamava de proteção ao índio. Do tempo do Prado (2) para cá acabou esta proteção e os índios começaram a trabalhar. O Prado abriu roças para eles, pois em Mato Grosso todos tinham a sua. As roças mediam entre 1 e 2 alqueires dependendo do tamanho da família. O Prado também abriu o crédito através de uma venda que havia no Barracão. A venda fornecia mantimentos e os índios trabalhavam, trocando o serviço. Com a colheita, os índios saldavam suas dívidas e continuavam trabalhando. Com a morte de Prado ficou esse negócio de agora: os pedacinhos de roça e o trabalho para fora. Houve época em que o Posto girou em torno do café, chegando a existir lavouras de 18 mil pés.

Esses 18 mil pés representam 9 alqueires de chão plantado de 15 em 15 palmos. O café foi tocado mais de doze anos. Eu toquei este café uns dez, doze anos: no tempo do Hugo Flores, do Pimentel, do João Leão. Depois

(1) Araújo - civilizado que vive na área há mais de 40 anos.
(2) Prado - encarregado do Araribá por volta de 1930.

veio o Sebastião Lucena e depois de um ano achou que era melhor arrancar o café e fazer terras de cultura, terras de plantação, pois, segundo ele, o café estava fraco e não dava mais nada. O encarregado Lucena deu o café para os índios cuidarem e a produção foi caindo, caindo até se extinguir completamente há mais ou menos 6 ou 7 anos. Outros encarregados intensificaram a exploração das terras do Posto a cargo de arrendatários, que chegaram a ter áreas de até mais de 16 alqueires cada uma, utilizando a mão de obra indígena. Há mais ou menos 4 anos, os arrendatários acabaram, restando um que explora área de 121 alqueires para a criação de gado". Embora Araújo não tenha precisado datas, os boletins do extinto S.P.I. confirmam a importância do café na economia do Posto, ainda nas décadas de 50 e de 60: " O progresso desta dependência do S.P.I., nestes últimos tempos, tem sido bastante acentuado. Sua agricultura e pecuária estão apresentando desenvolvimentos. Assim, o milho, arroz, feijão, abóbora, estão sendo cultivados em larga escala. A produção destes produtos agrícolas já começa interessar comercialmente ao encarregado do P.I. A referida produção não só satisfaz o consumo dos habitantes do Posto , como sua sobra é vendida no comércio local. A pecuária é outra fonte de receita que esta interessando ao encárregado daquela repartição. Existem ali cerca de 130 cabeças de gado zebu, 40 animais de montagem, A criação de suínos está dando resultados satisfatórios. Ainda no ano passado , (1958), foi aumentado o plantio de 25 000 pés de café: já se colhe desse produto cerca de 360 sacos (...) No Araribá ,

bem como no Icatu, os índios encontram proteção que vai desde a escola, a concessão de terrenos e ferramentas, o alimento na fase inicial, até ensinamento dos métodos racionais de trabalho. E os silvícolas que ali vivem, creio que não se queixam. O trabalho que a Inspetoria tem tido não resultou inútil. Basta dizer que os ferozes silvícolas de 1910, que estabeleciam a intranquilidade na Noroeste, são hoje pacíficos, trabalhadores, produtivos" (3).

Ribeiro (4) que visitou a área em 1953, constatou que toda a região é uma velha zona decadente de café onde a imensa maioria dos cafezais foi substituída pelos capinzais e a criação de gado toma lugar cada vez mais proeminente na economia local.

Villas Boas confirma a visão de Ribeiro: " A atividade econômica de toda a região diminuiu. Antes de Duartina, os lugares mais próximos do Araribá eram Nogueira e Avaí, dois grandes centros produtores de café. Mais tarde, o café foi substituído pela pecuária e, em consequência, houve uma queda da população rural e outros problemas provocados por esse retrocesso da lavoura para a pecuária. O Posto se ressentiu disso. Diz-se que em 1930 era comum, aos sábados, aparecerem de 200 a 300 índios para fazerem compras nas 30 casas comerciais que funcionavam em Avaí. Hoje nenhum índio vai mais à cidade, e Avaí tem apenas quatro casas comerciais. Isso dá uma idéia do que a pecuária fez num Estado como São Paulo. Uma grande

(3) Serviço de Proteção aos Índios - Boletim Interno nº 26 março 1959.

(4) Ribeiro, Darcy - Diário de Campo (Inédito)

ameaça que existe para o Araribá é a intenção da FUNAI de transformar a área numa vasta pastagem, acompanhando assim as tendências agro-pecuárias da região. Com o gado, o índio passará a trabalhar para o fazendeiro vizinho e a FUNAI se tornará o INPS do índio: socorrendo-o quando doente, e devolvendo-o curado ao fazendeiro, que assim, nenhuma despesa terá" (5).

Relatórios atuais disponíveis no PI, confirmam a chegada dos Terena ao Araribá por volta de 1930: "Os Terena foram transferidos de Mato Grosso por volta de 30: Teotônio Pio, atual capitão, Calixto e Hipólito foram os primeiros" (6).

Quanto às atividades do Posto, o mesmo relatório menciona que "auxilia os índios com o fornecimento de sementes, remédios e alimentos, estes últimos para os velhos que não tem mais condições de trabalhar. Cede arado e bois para o preparo das terras e para o plantio. A produção indígena é negociada em Duartina e Avaí, as duas cidades mais próximas, estando sempre presente o chefe do Posto para orientá-los no que for preciso. O Posto de saúde de Avaí atende aos índios em pequenas consultas, vacinação e no fornecimento de leite em pó, sempre que possível presente o chefe do Posto. Em casos de internação, faz-se na Santa Casa de Misericórdia de Duartina. Casos de tuberculose consegue-se internamento em Bauru no sanatório. Os cuidados

- (5) Entrevista realizada com Álvaro Villas-Boas. Out. 1972.
 (6) Silva, Antonio da - atual encarregado do Posto. Relatório sobre o Posto Indígena Araribá, 1972; enviado à Chefia da Ajudância Bauru.

do Posto resolvem 80 por cento dos casos de doença: são os curativos, injeções e distribuição de remédios. O Posto possui 4 alqueires de milho para atender às necessidades da criação de porcos; 1 alqueire de mandioca, que é distribuída aos índios. Atende também às necessidades do Posto uma pequena área de cana, que serve de alimentação para o gado e porcos. Pretende-se montar um engenho com tração animal, para a fabricação de melado, rapadura e vinagre, servindo o bagaço de ração para o gado. Existe plano de um alqueire de terra preparada para plantação de feijão. No pomar do Posto existem: 30 pés de goiaba, tres de abacate, tres de mamão, dez de manga, um de jaca, tres de banana, quatro de pitanga e um de castanha do Pará"(7).

Villas Boas confirmou em entrevista que "antigamente, a economia do Posto girava em torno da extração de madeira e também da lavoura cafeeira, muito rica na área. Hoje elas não existem mais. Além da lavoura do milho, arroz, feijão, etc., surgiu apenas uma atividade nova: a do bicho-da-seda, aprendida pelos Terena diretamente com os japoneses que vivem nos arredores. Houve um período, por volta de 1940, em que japoneses foram levados para o Posto a fim de incentivar a lavoura. Os resultados não foram estimulantes e eles se retiraram. No entanto, deixaram ensinamentos relacionados com o bicho-da-seda, ensinamentos que se difundiram e que atualmente se concretizam na prática da criação.

(7) Silva, Antonio da - rel. cit.:2

Hoje existem apenas cinco ranchos de bicho-da-seda; é pouco, mas já é um início. Se a FUNAI pudesse organizar uma espécie de cooperativa, com bases sólidas, talvez se criasse um núcleo econômico importante. Por enquanto tudo está inteiramente nas mãos dos índios. O auxílio e as melhorias dados pela FUNAI resumem-se praticamente na assistência médica. Já é alguma coisa, pois há quatro anos nem isso existia e o pouco que o índio ganhava era gasto com médicos, transportes, etc. Com a chegada da assistência, os índios deixaram de ter uma preocupação mais e puderam desenvolver os ranchos. Foi um auxílio indireto da FUNAI que proporcionou aos índios melhores condições de trabalho. Diretamente, porém, ela não interferiu em nada não ajudou a construir ranchos, nada comprou, não auxiliou na plantação de amoreiras. Estes trabalhos foram iniciados com os próprios recursos indígenas. Além do bicho-da-seda, há a comercialização de outros produtos. Em 1971, houve comercialização de mandioca, feita diretamente pelo índio com a assistência do chefe do Posto. Planta-se também arroz, feijão e milho. Alguns índios possuem galinhas. Procuramos estimular isto: com o dinheiro da comercialização do milho, por exemplo, fizemos uma espécie de granja na sede do Posto. Um plano que está em andamento é o da aquisição de 45 mil mudas de abacaxi, que serão plantadas em janeiro, com recursos vindos da Legião Brasileira. A finalidade é produzir outras mudas para serem distribuídas aos índios. A área é propícia para o cultivo do abacaxi; as terras são arenosas e o índio poderá ter sua própria lavou

ra sem prejuízo de suas atividades regulares de auto-subsistência.

Os índios do Araribá praticamente não consomem carne e proteínas. A FUNAI tem um rebanho de 100 cabeças no Posto, mas o gado só é abatido em épocas autorizadas, um ou outro dia do ano. Há também uma pequena lagoa natural, mas os Terena não se interessam pela pesca.

Para assistir os Postos de São Paulo (Araribá, Icatu e Vanuire), custear eventuais despesas com os Guaraní do litoral e manter o escritório, recebemos Cr\$ 4.000,00 da FUNAI. O escritório praticamente não dá despesa, pois funciona junto com o escritório mantido pelo Parque Nacional do Xingu. Utilizamos todos os serviços que o Parque dispõe.

A Ajudância manda entre 25 e 30 mil cruzeiros por ano à FUNAI. Nos últimos três anos foram enviados de 70 a 80 mil cruzeiros.

A renda indígena do Araribá é pequena, atingindo cerca de Cr\$ 6.000,00 por ano. Provem do arrendamento de área de 121 alqueires, separada do resto das terras do Posto pelos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro" (8).

O quadro de Villas Boas parece caracterizar adequadamente a atual situação Terena no Araribá. Numa região onde a agro-pecuária assume proporções cada vez maio

8) Villas Boas, Álvaro - entrevista citada

res, os Terena, tidos como "integrados" procuram extrair da terra tudo o que necessitam para reproduzir sua existência social.

Do modo de vida anterior, guardaram a língua e a dança do bate-pau, revivida para moradores das circunvizinhanças no "Dia do Índio". Da antiga estrutura social, regida pela endogamia das metades e camadas, do poder dos "unati" e dos "xuna-asheti", nada mais restou. Nem os mais velhos dela tem lembrança.

Na ocasião da nossa visita ao Posto, além dos Terena, a população era formada de índios Guarani e alguns Caingangue. Ao todo 44 casas com a seguinte distribuição:

<u>GRUPOS</u>	<u>NÚMERO DE CASAS</u>
Terena	27
Guarani	9
Terena/Civilizado	4
Terena/Guarani	1
Caingangue	2
Guarani/Caingangue	1
TOTAL	44

O mapa, cedido pela chefe do Posto, apresenta a localização aproximada das casas e a filiação étnica dos moradores.

Nossa investigação restringiu-se aos Terena cuja população atual engloba 173 pessoas; 84 homens e 89 mulheres, distribuídos em 27 casas. (Quadros n^{os} 1 e 2).

QUADRO Nº 1

DISTRIBUIÇÃO DOS TERENA POR SEXO E IDADE

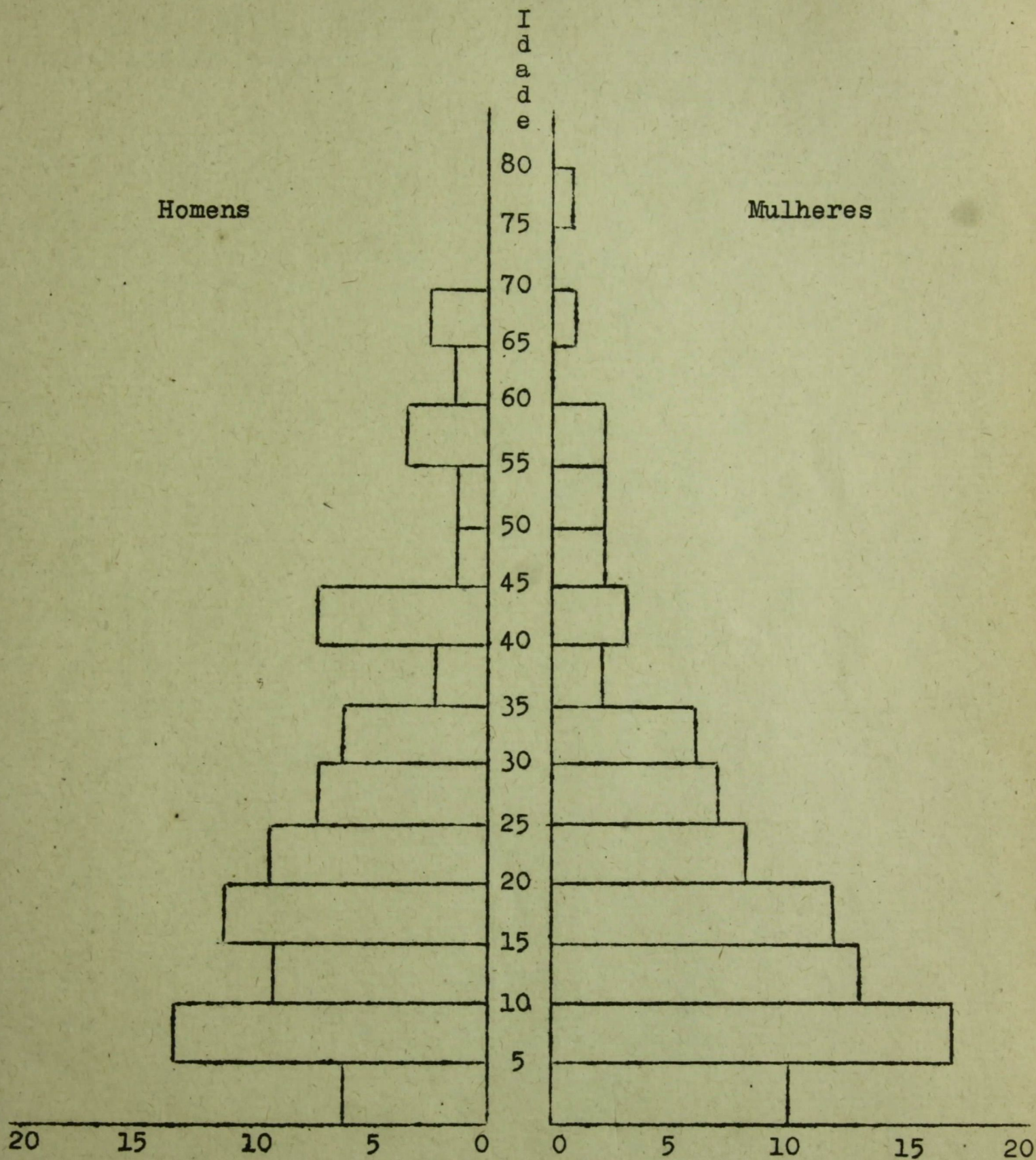
POPULAÇÃO TERENA 27 CASAS

Classes de idade	SEXO	
	Masculino	Feminino
0-5	6	10
6-10	13	17
11-15	9	13
16-20	11	12
21-25	9	8
26-30	7	7
31-35	6	6
36-40	2	2
41-45	7	3
46-50	1	2
51-55	2	2
56-60	3	2
61-65	1	0
66-70	2	1
71-75	0	0
76-80	0	1
Ignorado	5	3
TOTAIS	84	89

Fontes: Pesquisa de Campo, 1973.

Levantamento realizado pelo Posto.

QUADRO Nº 2 - Piramide de Idade da População Terena

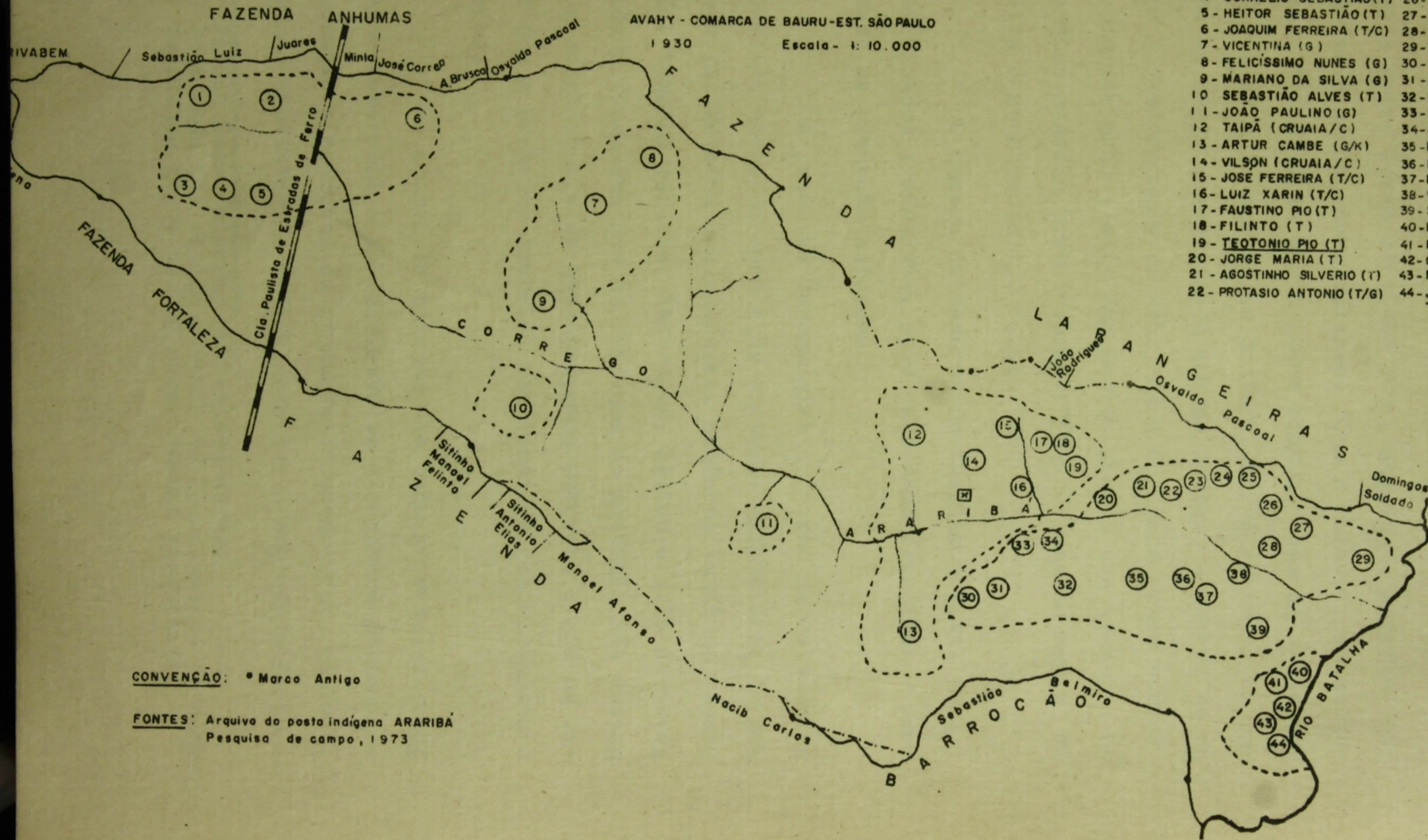


idade ignorada: 5

idade ignorada: 3

Fonte: Pesquisa de Campo, 1973.

MAPA DA POVOAÇÃO INDÍGENA ARARIBÁ



- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| 1 - CIRIACO LULU (T) | 23 - LEVINO ANTONIO (T) |
| 2 - GUILHERME LULU (T) | 24 - LUCIO DE SOUZA (T) |
| 3 - ACÁCIO LIPU (T) | 25 - LUIZ DE SOUZA (T) |
| 4 - CORNÉLIO SEBASTIÃO (T) | 26 - JOÃO LIPU (T) |
| 5 - HEITOR SEBASTIÃO (T) | 27 - OLÍMPIO DE SOUZA (T) |
| 6 - JOAQUIM FERREIRA (T/C) | 28 - BENJAMIN SILVÉRIO (T) |
| 7 - VICENTINA (G) | 29 - HUGO DE SOUZA (T) |
| 8 - FELICÍSSIMO NUNES (G) | 30 - OSWALDO FELICIANO (T) |
| 9 - MARIANO DA SILVA (G) | 31 - JOSÉ FELICIANO (T/C) |
| 10 - SEBASTIÃO ALVES (T) | 32 - BALBINO SEBASTIÃO (T) |
| 11 - JOÃO PAULINO (G) | 33 - BERNARDO LIPU (T) |
| 12 - TAIPÁ (CRUAIA/C) | 34 - JASONE DE CAMILO (T) |
| 13 - ARTUR CAMBE (G/K) | 35 - EUNÍCIO SEBASTIÃO (T) |
| 14 - VILSON (CRUAIA/C) | 36 - MARIA C. LIPU (T) |
| 15 - JOSE FERREIRA (T/C) | 37 - FLORENCIA A. PIO (T) |
| 16 - LUIZ XARIN (T/C) | 38 - VÍTORIO PIO (T) |
| 17 - FAUSTINO PIO (T) | 39 - SERGIO LIPU (T) |
| 18 - FILINTO (T) | 40 - LEOCARDIO MARCOLINO (G) |
| 19 - <u>TEOTONIO PIO (T)</u> | 41 - MARIA LUCIANA (G) |
| 20 - JORGE MARIA (T) | 42 - ORESTE MARCOLINO (G) |
| 21 - AGOSTINHO SILVÉRIO (T) | 43 - FRANCISCO MARCOLINO (G) |
| 22 - PROTASIO ANTONIO (T/G) | 44 - <u>JOSÉ RIBEIRO (G)</u> |

CONVENÇÃO: • Marco Antigo

FONTES: Arquivo do posto indígena ARARIBÁ
Pesquisa de campo, 1973

Villas Boas nos informou que os surtos de sarampo e gripe foram contidos com a adoção de medidas sanitárias e médico-hospitalares. "Com a melhoria da assistência, o índice de mortalidade baixou. Além da gripe de 1919 que atingiu apenas os Guarani, houve um surto de sarampo em 1933, que provocou muitas mortes, e outros de sarampo e desidratação em 1962, 64 e 66. Hoje estes surtos não ocorrem mais e este ano morreu apenas uma criança de seis dias nascida prematuramente"(9). O tamanho médio da família é atualmente 4,2 filhos (10).

O número de membros da família é vital para as atividades produtivas, pois cada casa constitui uma unidade de produção autônoma.

A produção Terena gira em torno da cultura comercial do bicho-da-seda e de culturas alimentares de subsistência. Métodos rudimentares, ausência total de mecanização, tamanho reduzido das roças, baixos níveis de produtividade fazem com que as unidades de produção não assegurem a subsistência de seus próprios membros, o que os impulsiona a procurar trabalho nas fazendas que circundam o Araribá.

O exercício interno das duas atividades econômicas - comercial e de subsistência - engendra formas de cooperação e relações de produção diferenciadas, assim como graus distintos de articulação com a sociedade nacional

(9) Villas-Boas, Alvaro, entrevista citada.

(10) Esse dado foi obtido através do levantamento do número de filhos vivos nas 27 casas Terena pesquisadas.

motivo pelo qual as trataremos em separado.

A sericicultura é uma atividade em franco desenvolvimento, no Estado de São Paulo, cuja a produção equivale a 98% do total produzido no Brasil. Consorte afirma que "em 1968-1969 havia no Estado de São Paulo, 60.573.450 pés de amora ocupando uma área de 4.387 alqueires paulistas e 1.462 sirgarias para a criação do bicho-da-seda; 78,9% dos pés de amora, 70,5% dos alqueires paulistas e 75,8% das sirgarias situavam-se na área compreendida pelos municípios de Agudos, Pederneiras, Bauru, Piratininga, Cabrália, Duartina, Lucianópolis, Ubirajara, Gália, Garça, Marília, Guarantã, Pirajuí, Presidente Alves e Avaí, destacando-se entre eles o município de Gália que, sozinho, reunia 20,4% pés de amora, 17,7% dos alqueires paulistas e 20% das sirgarias. O número de pessoas trabalhando na sericicultura, naquele ano, era de 4.479, das quais 76% nos municípios atrás referidos, concentrando-se em Gália 21% do total"(11)

Produção de ovos, produção de casulos e fiação do fio de seda, "A primeira e a última etapas do processo desenvolvem-se longe das zonas rurais, a primeira nos compartimentos dos Institutos de Sementagem e a última no ambiente das Fiações, segundo padrões de trabalho que nada

(11) CONSORTE, Josildeth Gomes - "Relações de trabalho na sericicultura". Tese apresentada como exigência parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Humanas (Antropologia) à Comissão Julgadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1973.

tem a ver com os da 2ª etapa, toda ela transcorrida no campo, em meio aos amoreirais" (12).

A quantidade de ovos necessária à produção liga-se ao tamanho do rancho e da chocadeira, assim como a força de trabalho disponível. A base, para pedido de ovos, citada por Consorte, é a seguinte:

BASE PARA PEDIDO DE OVOS (13).

<u>Rancho (m)</u>	<u>Gramas</u>
30 x 7	80
40 x 7	100
50 x 7	130
60 x 7	160
70 x 7	180
<u>80 x 7</u>	<u>200</u>

O cultivo de amoreiras, única fonte de alimentação das larvas é fundamental para o sericultor. Em São Paulo são cultivadas amoreiras nacionais e estrangeiras ou "nobres", sendo essas as que apresentam melhores qualidades de folhas e reprodução. Dentre as nacionais, a que produz maior quantidade de folhas é a variedade Catania Paulista: 18 a 20 toneladas por alqueire, em cada safra (14).

Bem conduzida e organizada tecnicamente, a sericultura é atividade agrícola de ciclo produtivo rápido podendo fornecer até nove criadas anuais. A comercializa-

(12) Consorte, Josildeth Gomes - op. cit.: 20.

(13) Consorte, Josildeth Gomes - op. cit.: 23.

(14) O Estado de São Paulo possui 61 milhões de amoreiras. Gália tem em seu município 13 milhões de pés, o que a coloca em 1º lugar do Estado com cerca de 25% do total.

ção do produto é imediata, e os riscos envolvidos na sua produção são menores que nas demais culturas agrícolas.

A criação do bicho-da-seda passa por fases específicas até a formação do casulo. Seu ciclo vital compreende de 40 a 50 dias, maior parte dos quais é passada na chocadeira, pequena construção próxima ao rancho, para onde é finalmente transferida a larva, dias antes de iniciar a produção do fio.

Não havendo interferência do homem, a larva, no interior do casulo, transforma-se em crisálida para, em seguida, tornar-se borboleta, rompendo o fio de seda que a envolve. Essa segunda etapa é interrompida pelos compradores de casulo, sem o que a produção ficaria inutilizada.

Boa alimentação, higiene e temperatura estável são os fatores mais importantes para o perfeito desenvolvimento do bicho-da-seda.

Pebrina, calcinose, flacidez e amarelão são as doenças mais comuns. A flacidez e o amarelão são causados por distúrbios alimentares e pela falta de higiene nos ranchos. A calcinose é provocada por fungo de grande disseminação nos municípios sericícolas e a pebrina é uma doença genética que se transmite através do ovo.

Feita a colheita, os casulos são limpos e submetidos a rigorosa escolha, retirando-se os defeituosos, moles e manchados. Depois disso, são acondicionados e

transportados para os secadores ou para as fiações de seda no máximo até oito dias (15).

No Araribá, a criação do bicho-da-seda era exercida apenas por Terena; recentemente, entretanto, um Guarani começou a participar dessa atividade.

O quadro nº 3 mostra os cinco criadores, o tamanho aproximado de suas roças, o total de pessoas residentes na casa, a mão de obra ativa, a procedência do chefe da família e a data aproximada da chegada ao Araribá.

Entrevistas foram realizadas com todos os criadores, e delas pode-se deprender algumas regularidades da atividade: família nuclear como unidade de produção; cooperação de todos os membros da unidade produtiva, dos mais jovens aos mais velhos; utilização esporádica de mão de obra assalariada; dependência de financiamento bancário para a construção dos ranchos, geralmente avaliados pelo "capitão" Terena ou pelo chefe do Posto; conhecimento técnico quanto à prevenção de pragas que podem ser fatais ao desenvolvimento das criadas e relativa complexidade dos instrumentos de produção.

(15) Na Indústria de Seda Rivaben, em Gália, os casulos são colocados em água fervente e batidos com uma vassoura de ramos para libertar a extremidade do fio, que é enovelado pelas dobraduras (aparelhos que enovelam o fio). O fio dobrado de seda crua é torcido e limpo das impurezas, o que aumenta a sua resistência. Os fios assim obtidos passam por uma operação chamada repasse e vão para a sala de fios. Lá suas extremidades são amarradas e depois são empacotadas para exportação.

QUADRO Nº 3 - CRIADORES DE BICHO-DA-SEDA NO ARARIBÁ

Área aproxima- mada das ro- ças (alquei- res)	Residentes na casa	Mão de obra ativa	Chefe da família	Procedência do chefe da famí- lia	Data aproximada da chegada
2	9	9	Jorge Maria	Mato Grosso	1932
2.1/2	13	9	Lucio de Souza	Mato Grosso	1957
5	11	8	Sergio Lipu	Mato Grosso	1932
1	6	5	Levino Antonio	(*)	-(*)
2	8	8	Vitorino Pio	Mato Grosso	1953

* ignorado

* ignorado

Fonte: Pesquisa de Campo, 1973.

Sergio Lipu, informou que iniciou sua criação há mais ou menos quatro anos, sendo praticamente o transmissor da técnica aos demais índios (16).

Segundo ele, a técnica é simples mas melindrosa pois exige cuidados especiais, sendo entretanto do domínio de toda sua família, com exceção de seu pai já muito idoso e de um filho de 2 anos de idade. Para Nercidia, sua mulher, os grandes segredos do bicho-da-seda são: alimentação por igual (isto é, quando todos estão acordados) para harmonizar o desenvolvimento dos casulos; boa chocadeira; boas folhas de amora, muito silêncio, calma e higiene(17).

Toda sua produção é comercializada em Duartina, ao preço do mercado. Possui ainda cerca de um alqueire de milho, feijão e mandioca cuja a produção destina-se à subsistência familiar.

Sergio possui atualmente dois ranchões de 40 x 7 metros cada um; num deles trabalha seu irmão, dono de uma das maiores lavouras de amora, com cerca de quatro alqueires. Da produção obtida 30% pertence a Sergio. A complementação da força de trabalho é feita através do emprego de outros índios, pagos à razão de Cr\$ 8,00/10,00 por dia, sem comida.

Levino, outro criador, forneceu-nos informações mais detalhadas. Informou-nos que o investimento

(16) Quando perguntamos a Sergio Lipu onde aprendeu a técnica, negou-se a dizer para "não abrir o jogo".

(17) Segundo a mulher de Sergio, não se pode entrar no ranchão com a roupa suja, nem muito nervoso.

inicial para a construção do ranhão orçou em cerca de Cr\$ 600,00 e que o preço atual das sementes em Duartina é de Cr\$ 1,00 por grama. Possui 1/2 alqueire de amora cultivado e acredita que para cada 70 gramas de semente é necessário um alqueire de amora.

Levino prescinde da mão de obra assalariada, trabalhando com sua família que se compõe de seis pessoas das quais apenas sua mãe, de 78 anos, não trabalha. Em 1972, não plantou nada para o próprio consumo a não ser mandioca. Tudo que necessita é comprado em Duartina - roupas e mantimentos. O gasto mensal da família situa-se entre Cr\$ 130,00 e Cr\$ 180,00.

Segundo suas informações confirmadas através das notas da Fiação, a produção obtida na última criada de 50 grs. de sementes, ao preço unitário de Cr\$ 1,00 foi:

<u>RANCHO</u>	<u>CASULOS DE</u>	<u>QUILOS</u>	<u>PREÇO P/KG</u>	<u>TOTAIS Cr\$</u>
25 x 7	1a.	54.200	11,00	596,20
	2a.	10.400	2,50	26,00
	duplos	<u>1.000</u>	1,80	<u>1,80</u>
	TOTAL	65.600		624,00

Jorge Maria trabalhava nas fazendas antes de começar a criar. "Agora com o bicho-da-seda, não trabalho fora; lá é muito duro; planto um pouquinho de arroz, milho e feijão só para a família".

O investimento inicial para a construção do rancho de 25 x 7 metros foi de Cr\$ 840,00: "Tudo das economias que eu e a mulher fizemos". Família numerosa, sete

filhos solteiros, e uma filha casada, Jorge emprega em "época de aperto" seu genro, pagando Cr\$ 10,00 por dia a seco.

Até agora obteve duas criadas de 80 grs. cada com os seguintes totais:

1a. criada

<u>Casulos de</u>	<u>Quilos</u>	<u>Preço por Kg.</u>	<u>Totais em Cr\$</u>
1a.	145	11,00	1.595,00
2a.	59	2,50	147,00
duplos	9.200	1,80	16,56
TOTAL	213,200		1.759,06

2a. criada

<u>Casulos de</u>	<u>Quilos</u>	<u>Preço por Kg.</u>	<u>Totais em Cr\$</u>
1a.	144.500	11,00	1.589,50
2a.	59.000	2,50	147,50
duplos	5.600	1,80	10,08
TOTAL	209,100		1.747,08

Se considerarmos a possibilidade de Jorge chegar a obter quatro criadas, como nos informou, mantendo fixa a quantidade de gramas (80 grs.) e o preço total da produção (Cr\$ 1.700,00), seu ganho bruto anual poderia atingir Cr\$ 6.800,00, o que corresponderia a uma média mensal de Cr\$ 566,00.

Vitorino Pio, irmão do capitão Teotônio, é o criador mais recente. Iniciou-se na atividade em 1972. Sua família compõe-se de oito pessoas, mas apenas sete estão

na criação, pois seu filho Mariano, de 24 anos, trabalha para fora. Com um alqueire de amora, conseguiu criar 40 grs embora afirme que precise de 3 alqueires. Em 1972 só conseguiu duas criadas pois "a amora demorou para crescer, o dinheiro estava curto, deu doença no bicho". Através das notas da Fiação verificamos que em sua última criada, com 60 gramas de semente, ao preço de Cr\$ 1,00 por grama, obteve:

<u>Casulos de</u>	<u>Quilos</u>	<u>Preço p/Kg.</u>	<u>Totais em Cr\$</u>
1a.	88	10,50	924,00
2a.	13	2,50	32,50
duplos	3,50	1,80	6,30
TOTAIS	104,50		962,80

Dos dados obtidos pelas entrevistas, pode-se afirmar que a criação do bicho-da-seda no Araribá, se suficientemente incentivada e amparada, poderia levar os Terena ao abandono do trabalho em fazendas, concentrando sua força de trabalho na própria reserva. Entretanto, problemas de várias ordens cercam a atividade: dificuldades financeiras para a construção das instalações pois, via de regra, os financiamentos bancários necessitam de avalista; dificuldades técnicas, uma vez que os índios não dominam todas as fases do processo de produção, mesmo no caso do maior criador; dependência total das Fiações no que diz respeito à compra de ovos e a venda dos casulos.

Como as unidades operam com níveis incipientes de tecnologia, os casulos são constantemente afetados

por doenças, reduzindo-se a produtividade. A produção de nenhum dos criadores chega a atingir a proporção de dois quilos e quinhentas gramas de casulo para uma grama de semente, nenhum rancho utiliza a capacidade produtiva total baseada na relação tamanho do rancho/gramas de semente, nenhum criador atingiu até hoje oito criadas anuais, número considerado usual para a produção nacional, segundo os dados de Consorte (18).

Com o exercício da sericicultura, houve aumento no nível de consumo das famílias produtoras: máquinas de costura, rádio transistor, sapatos de couro, etc. As moradias, entretanto, em nada se alteraram. São do tipo semelhante a dos que trabalham apenas na agricultura de subsistência (19).

Milho, feijão, mandioca, amendoim e arroz são os tipos de cultivo mais comuns entre os Terena. Com essas lavouras temporárias procuram, em primeiro lugar, garantir a subsistência e, em segundo, possibilitar o envio de excedentes para o mercado.

Duartina e Avaí são os centros regionais mais

(18) Consorte, Josildeth G., op. cit.: 23/33

(19) Foi possível agrupar as 27 casas Terena em níveis, segundo a presença de determinados elementos, a saber:

<u>Nível das casas</u>	<u>Total</u>
1. Barrote com sapé, chão de terra batida s/fossa	6
2. Barrote c/sapé, chão de terra batida com fossa	9
3. Madeira c/sapé, chão de terra batida s/fossa	1
4. Madeira c/sapé, chão de terra batida c/fossa	1
5. Madeira c/telha, chão de terra batida c/fossa	6
6. Madeira c/telha, chão de tijolo sem fossa	1
7. Madeira c/telha, chão de tijolo com fossa	3
Total	27

importantes para a comercialização, seguidos de Gália e Garça.

O quadro nº 4 mostra as doze famílias entrevistadas, o tamanho aproximado de suas roças, o total de pessoas residentes na casa, a mão de obra ativa, a procedência do chefe da família e a data aproximada da chegada ao Araribá.

Como no bicho-da-seda, a unidade básica de produção é a família nuclear. Em alguns casos, as mulheres se encarregam somente das atividades domésticas; via de regra porém, todos cooperam nas atividades da lavoura: chefes de famílias, esposas e filhos acima de 4 anos.

Sementes, enxadas, fertilizantes são, em geral comprados em Avaí e Duartina, e o Posto só os distribui ocasionalmente.

Aqueles que possuem roças maiores - de cinco a tres alqueires - chegam eventualmente a empregar mão de obra assalariada, variando o pagamento entre Cr\$ 8,00 e Cr\$ 10,00 por dia, a seco; os demais, dependem exclusivamente da força de trabalho familiar recorrendo, por vezes, a parentes.

O trabalho externo, nas fazendas, é sempre tido como muito pesado. Hugo, por exemplo, diz que "é melhor passar um pouco apertado, do que ter de trabalhar fora". Ciriaco pensa diferente: "o trabalho fora, na colheita, dá para tirar mais renda, só que carpir e semear é muito duro".

QUADRO Nº 4 - AGRICULTORES DE SUBSISTÊNCIA NO ARARIBÁ

Área aproxima- mada das ro- ças(alqueires)	Número de famílias	Pessoas re- sidentes na casa	Mão de obra ativa	Chefe da família	Procedência do chefe da famí- lia	Data aproximada da chegada
entre 5.1/2 e 5	2	5	5	Hugo de Souza	Mato Grosso	1953
		5	4	Ciriaco Lulu	Mato Grosso	1959
3	3	5	4	João Lipu	Mato Grosso	1958
		6	6	Ólimpio de Souza	Mato Grosso	1957
		8	7	Balbino Sebastião	Mato Grosso	1950
2	1	5	2	Benjamim Silvério	Mato Grosso	1969
entre 1 e 1.1/2	1	2	2	Guilherme Lulu	Mato Grosso	1959
1/2	2	6	5	Heitor Sebastião	Mato Grosso	1936
		3	2	Florencia Pio(viúva)	Mato Grosso	
menos de 1/2	3	8	4	Cornélio Sebastião	Mato Grosso	*
		7	5	Acácio Lipu	Mato Grosso	*
TOTAL	12	5	1	Bernardo Lipu	Mato Grosso	1953

* ignorado

* ignorado

Fonte: Pesquisa de Campo, 1973.

O emprego da mão de obra assalariada, admitido abertamente por Hugo, é negado por Ciriaco: "não contrato camarada e também não trabalho para ninguém, aqui no Posto: quando preciso, peço ao João Caetano e a Eva, que tem obrigação de me ajudar" (20).

Entre os agricultores "médios" - com roças de tres a dois alqueires - não ocorre o emprego de mão de obra assalariada; por outro lado, o trabalho nas fazendas se torna mais constante. De João Lipu, conseguimos obter dados sobre a produção de sua roça: "em 1972, vendi 12 sacas de feijão a Cr\$ 65,00 cada uma e 10 de milho, a Cr\$25,00 o resto da terra foi só mandioca para meu gasto. Trabalho muito para fora porque preciso. Ganho Cr\$ 10,00 por dia, a seco". Se o total da sua produção foi de Cr\$ 1.030,00, a média mensal da família, composta de cinco membros, é de Cr\$ 85,50, sem computarmos as parcelas obtidas pelo trabalho dos membros diaristas, difícil de calcular.

Olimpio de Souza diz ser muito experiente. Família numerosa, com cinco filhos, todos cooperam na produção, inclusive sua mulher. Olimpio planta banana, laranja, cria galinhas (afirma ter 30), porcos (3) e ainda pesca. Guardados os números, talvez um tanto exagerados, afirma que o que planta dá para viver; "O resto vendo em Avaí e Duartina e ainda dá para as sementes". Olimpio enfatiza

(20) Eva Lulu Caetano é a filha mais velha de Ciriaco, (25 anos) casada com João Caetano, civilizado, negro. Segundo nossas observações, a residência é neolocal sempre próxima da casa dos pais da noiva.

que "é difícil trabalhar para fora: Terena tem que ficar aqui dentro, porque aqui é sua nação".

Balbino Sebastião, casado com uma irmã do Ciriaco, possui uma das maiores famílias do Araribá. Alguns filhos casados se mudaram: Cassiano está em Baurú, Eunicio se casou, saiu, depois voltou; Araci está fora, mas seu filho reside com o avô. Atualmente, sete trabalham na roça. Em 1972, sua produção de milho chegou a 20 sacas. A julgar pelas informações de João Lipu, o total de milho deve ter atingido Cr\$ 500,00, sem computarmos a mandioca. Balbino acha que o trabalho externo destina-se exclusivamente aos homens. "O que eu quero é começar com o bicho. Já trabalhei junto com o Eunicio, para o Sergio e aprendemos. O negócio não foi bom, porque ele não pagou em dia e a gente abandonou o serviço".

Benjamim possui roça de 2 alqueires: um para feijão, meio para milho, o resto é mandioca e arroz para a subsistência. "A roça eu toco com a Leonidia (esposa). As meninas não podem trabalhar". Sua produção de milho, em 1972, atingiu Cr\$ 400,00. "Com vinte quilos de semente que comprei por vinte contos, tirei dois carros de milho que valem Cr\$ 200,00 cada um. Moço, esse ano foi só milho, ano que vem vou ver se dá pro feijão".

Com família composta de cinco pessoas, vê-se obrigado a trabalhar numa fazenda de arroz, perto da área: "ganho Cr\$ 10,00 por dia, mas é muito puxado, se a gente chega atrasado o administrador reclama, paga menos, o que

não acontece quando a gente trabalha na terra da gente. Se eu a Leonidia conseguir plantar mais, vou deixar de trabalhar nas fazendas".

Guilherme Lulu é irmão de Ciriaco, vive com sua mulher e não tem filhos. "Só planto milho, para vender. Arroz e mandioca é pra comer". Em situação pior que os anteriores, Guilherme não trabalha para fora, pois sua mulher está doente desde abril de 1972. Algumas das suas afirmações revelam como reage à vida no Posto: "O Teotônio, nem visita nós; não dá conselho, é contra a união. O índio é atrasado mesmo. Eu e os meus não gosta de dançar o bate-pau, não suporto, é sinal de atraso".

Na entrevista com Guilherme, estava presente um Terena muito velho - Valentino - que chegou no Araribá junto com o Prado, e que reside atualmente em Mato Grosso: "Quando cheguei aqui, havia muitos Guarani que eram bravos e andavam nu no mato. Não plantavam nada e viviam dos mantimentos que o Posto dava". É particularmente interessante sua versão sobre o pequeno número de índios Guarani que ainda estão no Araribá: "Quando o Prado cortou o fornecimento de mandioca, 800 Guarani resolveram fugir da reserva mas foram presos em Duartina. O Prado trouxe eles de volta e deixou que pensassem: quem quis ir embora foi, e é por isso que tem pouco agora. O Prado era mau, batia nos índios, só nos Guarani, que não queriam trabalhar e precisavam aprender. Depois do Prado piorou. Os encarregados não paravam no Posto. Só mandavam. Hugo e Itamar (21) pegavam o

(21) Encarregados que sucederam ao Prado.

que os índios plantavam e vendiam. Só o que os padres davam é que eles deixavam. Com o seu Alvaro e o Antonio não é mais assim".

Os Terena que possuem roças de 1/2 alqueire, Heitor Sebastião e Florencia Pio - não comercializam nada e o trabalho externo é mais regular que nos casos anteriores. Os filhos de Heitor, residem fora da área, razão pela qual o trabalho, mesmo com a roça pequena, fica mais apertado. "Eu gostava muito do bicho, mas estou ficando sozinho, todo mundo está indo embora".

Florencia, irmã de Teotônio, tem situação diferente. Viúva, seu marido foi funcionário da Noroeste. Sua família compõe-se de quatro pessoas: um está em Araçatuba, trabalhando na Noroeste; uma filha é empregada doméstica em Baurú. Só dois filhos residem com ela. Um não trabalha e o outro, além de trabalhar na roça de mandioca e milho, é assalariado do criador Sergio, do qual recebe Cr\$ 8,00 por dia.

A entrevista com Florencia, dificultada pelo fato dela falar pouco português, revelou que a renda familiar deve oscilar entre Cr\$ 380,00 e Cr\$ 400,00, sem computar o que Bernardo ganha com o bicho-da-seda:

Pensão da Noroeste	Cr\$ 150,00
Contribuição de Paulo (funcionário da Noroeste, em Araçatuba)	Cr\$ 200,00

Ajuda de Angela (empregada em Baurú)..Cr\$ 30,00
 TotalCr\$380,00

Os Terena que possuem menos de 1/2 alqueira, trabalham mais nas fazendas que nas roças. "Um pouco de mandioca e milho dá para viver", diz Acacio; Bernardo, não tem roça, não planta nada. Sua casa, a mais pobre de todas. "De vez em quando vou até Avaí; de pé demora muito, quase seis horas. Sabe moço, no passado, plantei um pouquinho só de feijão, mas o cavalo e o gado comeu tudo. Já voltei para o Mato Grosso tres vezes nesses vinte anos, mas lá tá tudo mudado e tenho que ficar aqui mesmo. Esse ano o Posto vai dar semente de feijão, acho que vou plantar. Seu Alvaro disse que abacaxi também (22). Eu planto arroz lá na fazenda do japonês; ele me paga Cr\$ 9,00, sem boia, mas eu só trabalho 3 a 4 dias na semana". A julgar pelas informações de Bernardo, trabalhando 3 dias por semana, consegue obter num mes Cr\$ 144,00, para o sustento de 5 pessoas.

A venda dos produtos do Araribá se realiza diretamente nos armazens da cidade ou nas próprias roças dos índios. No primeiro caso, o transporte, do Posto ao asfalto, é feito em carroças de leite e o restante em ônibus. No segundo, o comerciante ou seus intermediários, chegam com caminhões às roças e aí realizam as transações.

Muito embora a exploração agrícola não seja incentivada ou amparada pela FUNAI e os cultivos se processem

(22) Alvaro Villas-Boas informou que no mes de agosto, foram plantados 3.000 pés de abacaxi e a produção será dos índios.

por métodos rudimentares, o índio tem necessidade de vender o que produz, a fim de adquirir as mercadorias que necessita. Por outro lado, a agricultura Terena tem pouca importância para o mercado consumidor que, aliás, pode prescindir dela. Trata-se portanto, de uma agricultura de subsistência, essencialmente familiar, embora envie excedente ao mercado regional.

No caso das roças menores - as de menos de dois alqueires - a produção é tão pequena que não atende a própria subsistência da família. Nesse caso e naqueles em que o comércio de excedentes é muito limitado, a mão de obra se desloca para atividades assalariadas em fazendas. Vendendo a força de trabalho, comumente como diaristas, pelo preço de Cr\$ 8,00 a 10,00, os índios compensam a insuficiência de sua produção participando, instavelmente, de estabelecimentos agrícolas que circundam o Araribá.

A agricultura comercial e a agricultura de subsistência são, portanto, as bases da economia Terena. Embora a posse da terra seja comunitária, o trabalho está a cargo dos membros de cada família que formam uma unidade de produção. A força de trabalho alheia ao quadro familiar, é utilizada para suprir deficiências do número de membros ativos da família nuclear. Usualmente, parentes afins são os mais convocados para essa relação de trabalho. Dessa maneira, o trabalho familiar e o trabalho assalariado coexistem sem que se altere a característica interna das atividades econômicas, marcadas pela ausên-

cia de relações de exploração e coerção. Entretanto, vemos que no caso dos maiores produtores, já se manifesta tendência à dissociação destas duas modalidades.

No caso do bicho-da-seda, por se tratar de atividade que vem sendo exercitada há apenas quatro anos, observa-se que nenhum produtor a ela se dedica exclusivamente, mantendo sempre cultivos alimentares que, eventualmente, possam vir a ser comercializados.

Na agricultura de subsistência, apenas o aumento das áreas cultivadas, quando associado à carência de força de trabalho, poderá ensejar o surgimento do trabalho assalariado.

No entanto, quer na comercialização do bicho-da-seda, quer na comercialização de excedente das culturas alimentares, é o mercado externo que determina o destino dado à produção indígena. No primeiro caso, a expansão ou retração da sericicultura poderá acarretar aumento ou extinção da atividade; no segundo caso, o mercado externo, podendo prescindir da produção indígena, faz com que as culturas alimentares se desenvolvam dentro de limites viáveis à comercialização.

Por isso, o índio se vê compelido a participar como assalariado no âmbito ocupacional do sistema envolvente, em qualquer situação onde isso seja possível. Os efeitos dessa participação se refletem internamente, desarticulando a economia cooperativa familiar, individualizando a força de trabalho, tornando a comunidade indígena mais

vulnerável à penetração das instituições do sistema dominante.

O fim da atividade econômica Terena se realiza, assim, em duas tendências opostas: produzir para o consumo e produzir para o mercado. A primeira, remanescente da economia tradicional dos núcleos indígenas, compreende a troca, ainda que monetária, como um meio de obter o que não se produz. Ao contrário, na produção para o mercado, compra e venda passam a ser, ainda que de forma incipiente, o princípio e o fim do processo econômico.

5. Participação e Integração

Os nexos econômicos que os Terena desenvolvem com a sociedade nacional se expressem fundamentalmente em duas atividades: comercialização da produção e participação assalariada em estabelecimentos agrícolas. Responsáveis pelo desaparecimento progressivo de atividades econômicas tradicionais e de formas comunitárias de trabalho, provocam o surgimento de novas relações fundadas em interesses individuais e moldadas pelo sistema dominante.

Em verdade, esses fatores correspondem a duas modalidades de exploração que marcam a absorção da economia indígena pela economia capitalista: a exploração direta e a exploração indireta.

① A exploração é direta quando se realiza através dos meios de produção e da compra da força de trabalho, a fim de aplicá-la à produção econômica. A participação do índio como diarista, empreiteiro ou assalariado regular marca a superação das relações interétnicas pelas relações capitalistas de produção, ou melhor, o predomínio das relações de classe sobre as relações étnicas.

Apesar dos índios deterem a posse da terra, a agricultura tradicional não lhes garante produção suficiente para a subsistência, obrigando-os a buscar nas fazendas vizinhas oportunidade para a prestação de trabalho remunerado.

(H) A exploração indireta se realiza nas relações comerciais. Para os índios, comércio significa levar mercadorias ao centro mais próximo, convertê-las em dinheiro, adquirir o que não produzem e, assim, satisfazer suas necessidades. Para os comerciantes, a produção indígena, desvalorizada, prescindível, mas negociável, representa viabilidade de venda de bens de consumo, cujos mecanismos de fixação de preços transcendem a esfera regional.

As duas modalidades de exploração expressam a contradição fundamental - propriedade privada dos meios de produção/forma social de produção econômica - característica central do sistema capitalista. Essa contradição abrange toda a estrutura nacional e determina a divisão da sociedade em classes. Como decorrência, pode ocorrer oposição entre índios e o restante da população, entre rural e urbano, entre línguas indígenas e língua nacional e, principalmente, entre trabalho baseado na cooperação e ajuda mútua e trabalho assalariado.

O processo de mudança se estabelece segundo um movimento caracterizado, de um lado, pela integração orgânica dos conglomerados indígenas na economia global e, de outro, pela destruição de seus conteúdos sociais e penetração de novos modos de produção e troca, condição da integração.

Nas últimas décadas, o marco teórico que norteou as análises de mudança ora enfatizava aspectos propriamente culturais e alterações decorrentes do contato, ora se deslocava para a dinâmica das relações interétnicas, onde a

sociedade global, definida como plural, englobava duas etnias a tribal e a nacional - que, ao se confrontarem, tendiam a se negar.

Trabalhos mais recentes procuram operacionalizar a categoria camponês, e torná-la aplicável a populações indígenas ditas integradas, isto é, àquelas que mantem relações regulares com a sociedade nacional. O fulcro principal dessas tentativas é justificado pela necessidade de construção de "um modelo bastante geral que permita explicar, por meio de um certo jogo de permutações, a variedade empírica de sociedades camponesas" (1).

A composição do modelo, em tipos polares, torna possível o enquadramento das sociedades indígenas como sub-tipo do campesinato brasileiro, a partir de tres variáveis: posse comunal e uso da terra, mercado de mão de obra e dependência política. No extremo oposto teríamos: propriedade individual da terra e seu emprego para a produção de excedentes, mercado de bens (comércio local ou regional) e independência política, variáveis que caracterizariam as sociedades Maya da Meso-América.

Embora o foco da análise se situe nas relações internas aos modelos, pois "configuram efetivamente a dinâmica social de interesse primordial da investigação" (2), entre os dois tipos "há um "gradient" em que sempre se po-

(1) Oliveira, Roberto Cardoso de - A Sociologia do Brasil Indígena, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Editôra da USP, 1972: 147.

(2) Oliveira, R.C. de - op. cit.: 148.

derá situar as sociedades camponesas concretas" (3).

A comprovação empírica do "tipo" camponês se verificaria através da presença de fatores, concebidos como variáveis independentes. Abundância de terra, mão de obra escassa, baixa integração no sistema nacional (e internacional) definiriam o máximo de campesinidade e o mínimo de proletarização. Inversamente, escassez de terra, mão de obra abundante, alta integração no sistema nacional (e internacional) constituiriam o máximo de proletarização e o mínimo de campesinidade.

Por se tratar de um "gradient", camponeses e proletários não constituem oposição mas "um continuum com dois casos limites entre os quais teriam que ser colocadas todas as situações em que parceiros, meeiros, arrendatários, etc. podem ser encontrados" (4).

A primeira aplicação desta tipologia a uma sociedade indígena - Os Potiguara de Baía da Traição - permitiu identificar dois tipos de campesinato indígena: o agrícola e o pescador.

Relações de produção simétricas na agricultura e assimétricas na pesca, geradas pela existência de "classe" detentora dos meios de produção, (embarcações, redes, etc...) criam relações de mercado diversas: "Duas diferenças importantes devem ser apontadas entre as relações de

(3) Oliveira, R.C de - op. cit.: 148.

(4) Velho, Otávio Guilherme C. A. - "O Conceito de Camponês e sua Aplicação à Análise do Meio Rural Brasileiro". América Latina, nº 1 (ano 12) jan.-mar. 1969: 102.

mercado na agricultura e as relações de mercado na pesca . A primeira delas refere-se à circulação dos dois tipos de produtos indígenas: enquanto os agrícolas transitam exclusivamente no interior do sistema local, o pescado o extrapasa e alcança o sistema abrangente. A segunda, diz respeito à natureza do papel desempenhado pelos Potiguara num e nou tro mecanismo de mercado: naquele que acolhe os produtos a grícolas os índios assumem o papel duplo de vendedor-comprador, isto é, na mesma praça-de-mercado eles adquirem os bens de consumo postos ao seu alcance pela economia nacional; ao contrário, no mercado de peixe os índios que se de dicam a esta atividade funcionam apenas como vendedores , ali recebendo a moeda que será aplicada na compra de itens de subsistência através de relações em outros mecanismos de mercado, nos quais eles operam exclusivamente como com pradores (o comércio de Baía da Traição, mais frequentemente a feira de Rio Tinto)" (5).

Essas diferenças revelam a existência de duas estruturas autônomas e, ao mesmo tempo, unificadas em termos da oposição subsistema indígena/subsistema nacional."O campesinato surge em dado momento como uma resposta do sub sistema indígena à compulsão que emana do seu relacionamen to com o subsistema nacional, ou seja, como decorrência do processo de integração ao qual se acha submetido"(6).

(5) Amorim, Paulo Marcos de - "Índios Camponeses" (Os Potiguara de Baía da Traição). Revista do Museu Paulista , N. S., vol. XIX, São Paulo, 1970/1971: 89.

(6) Amorim, Paulo Marcos de - op. cit.: 91.

Considerados os Potiguara como "part-society" rural, dotada de potencial de integração específico, caracterizada pela dicotomia rural/urbano, e regida pela oposição subsistema indígena/subsistema nacional, chega-se a seu enquadramento como sub-tipo indígena do campesinato brasileiro.

Embora reconhecido o caráter geral e rudimentar do modelo (7), a utilização do conceito como categoria formal possibilita sua aplicação a quaisquer situações empíricas onde as variáveis independentes possam ser identificadas, mais ou menos próximas ao "caso limite".

Parece-nos que existe, de um lado, um modelo abstrato, desenvolvido idealmente; de outro lado, uma realidade que dele se aproxima mais ou menos e que comporta condições acidentais, quer dizer, dados externos que possibilitam a constatação de tantos casos intermediários quantas forem as variáveis intervenientes a serem determinadas.

Outros trabalhos, já considerados clássicos, procuram estabelecer uma tipologia para o campesinato latino-americano. Wolf (8) por exemplo, parte da diferenciação prévia entre o camponês e o "farmer". O camponês proprietário ou não da terra que trabalha, tem como atividade principal a agricultura e, por isso, se diferencia do resto da

(7) Oliveira, R. C. de - op. cit.: 147 e Velho, O. G. C. A. - op. cit.: 102.

(8) Wolf, Eric - "Types of Latin America Peasantry: a preliminary Discussion". American Anthropologist, vol. 57, 1955: 452-471.

população do campo - artesãos, pescadores, mineiros, etc... Seu objetivo é simplesmente subsistir. O "farmer" considera a terra como bem de produção e se dedica à agricultura como empresário capitalista.

Wolf se move em plano descritivo, identificando dois tipos básicos de "part-cultures" camponesas: o tipo de comunidade corporativa (9) dos altiplanos da América Latina, em que a produção campesina destina-se mais a subsistência do que ao mercado e o tipo de comunidade aberta, das planícies úmidas e terras tropicais, onde a comercialização varia entre 50 e 75% do total produzido. Esse tipo, por sua vez, se desdobra em quatro sub-tipos "grandemente diferenciados em suas configurações funcionais básicas dada a forma de integração em sistemas sócio-culturais mais amplos e a histórias diferentes dessa integração" (10).

Oberg, em sua tipologia dos estabelecimentos agro-pecuários no Brasil rural ("plantation", fazenda de criação, fazenda tipo granja, pequeno proprietário ou arrendatário produtor de culturas alimentares) inclui o tipo camponês marginal, definindo-o como "o pequeno produtor de subsistência ou roceiro, que produz culturas alimentares primárias tais como o milho, o arroz, o feijão e a mandioca, criando alguns porcos e galinhas e possuindo, algumas vezes, um burro ou um cavalo que lhes serve de montaria. É la-

(9) Wolf, Eric - op. cit.: 456.

(10) Wolf, Eric - op. cit.: 467.

vrador instável que vive a roçar e queimar o mato, o protótipo clássico do produtor brasileiro de alimentos; originalmente, era o agregado ou quase servo. Nos dias que correm, pode ser um meeiro, às vezes um trabalhador agrícola, dependendo dos caprichos do proprietário, mas tem sempre direito de lavrar um pedaço de terra para o seu próprio uso" (11).

Esses modelos se, por um lado, ignoram as constantes históricas que caracterizam as sociedades submetidas ao domínio colonial, as formas que marcaram sua transição ao período pós-colonial, por outro, permitem definir qualquer comunidade concreta, indígena ou não, como mais ou menos campesinas. Trata-se de tipologias descritivas que não enfatizam relações causais e, mais que isso, não apanham o real em sua projeção histórica.

Dalton, em ensaio recente, (12) procura mostrar a grande complexidade e diversidade de características existentes em várias sociedades camponesas, através da reconstrução dos estágios percorridos pelo campesinato europeu. Para Dalton, esses estágios são necessários "pois as sociedades camponesas do terceiro mundo são o resultado da combinação de características tradicionais e modernas" (13).

Recusando-se ao emprego da categoria "campeinato em geral", estabelece uma formulação sistemática dos

(11) Oberg, Kalervo - "O Campônio Marginal no Brasil Rural". Sociologia, vol. XIX, nº 2, maio 1957: 118-119.

(12) Dalton, George - "Peasantries in Anthropology and History". Current Anthropology, 13 (3-4), jun.-oct. 1972: 385-416.

(13) Dalton, George - op. cit.: 385.

tipos subsequentes de sociedades camponesas do oeste europeu, tornando possível sua utilização na análise do campesinato do terceiro mundo.

Uma das diferenças substantivas que estabelece entre sociedades camponesas feudais e tribais refere-se à forma da posse da terra. Nas sociedades camponesas, a posse era a expressão econômica de um status servil e inferior que se refletia em toda a existência social. Os camponeses, ao contrário dos membros das sociedades tribais, compunham a classe mais baixa de uma sociedade rigidamente estratificada.

Alem dessa diferença, Dalton salienta que a caça, a pesca e a agricultura eram mais importantes nas economias tribais pré-coloniais do que nas economias camponesas da Europa Medieval. E, finalmente, que na sociedade inclusiva, da qual faziam parte as aldeias camponesas, existiam cidades, mercados e transações monetárias.

Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil, a criação de mercados nacionais e crescimento da comercialização da agricultura, a Europa se vê profundamente afetada. Essas mudanças estruturais alteraram as relações camponeses/não camponeses. "Politicamente os camponeses passaram a ser cidadãos de estados-nações. Economicamente, a comercialização crescente da agricultura fez com que aumentassem os mercados de trabalho e de terra, (...) se expandisse o uso do dinheiro e, finalmente, surgissem novas alternativas ocupacionais para os camponeses" (14).

(14) Dalton, George - op. cit.: 394.

Diferenças no nível da renda e na educação são, para Dalton, as mais importantes para distinguir o camponês do não-camponês.

O capitalismo industrial iria minimizar substancialmente essas diferenças ao forçar a integração nacional, através das "Políticas do Estado do Bem Estar", favorecendo a agricultura, estimulando o desenvolvimento regional e aumentando os serviços diretos de bem estar (15).

Após essas considerações, Dalton volta-se para a análise das sociedades não europeias. Segundo seu ponto de vista, as sociedades camponesas da América Latina diferem de todas as demais e diferem largamente entre si. Surgiram mais recentemente, e se configuram como sociedades híbridas (combinação do arcaico com componentes camponeses) ou sociedades compostas (combinação de instituições e tecnologia de dois ou três estágios evolutivos do campesinato europeu).

A tentativa de Dalton para definir o conceito de economia campesina, mesmo que realizado através de uma "combinação de análises histórica, econômica e antropológica" só chega a reter apenas algumas das características comuns às sociedades cuja produção é primordialmente agrícola, submetidas a um poder político organizado.

Essas determinações gerais e abstratas não se mostram suficientes para explicar que o campesinato não constitui uma sociedade, nem uma sub-cultura, nem uma so-

(15) Dalton, George - op. cit.: 395-397.

cidade parcial, mas um grupo dominado e que a natureza da dominação depende das relações de produção específicas com a classe dominante.

Nesse sentido, outro trabalho de Wolf se situa em plano analítico diferente. Descartando a preocupação de estabelecer tipologias, define os camponeses como "cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços" (16).

Esses grupos que não cultivam a terra expropriam o excedente gerado pelo setor camponês, reivindicando direitos sobre a terra. É esse direito que Wolf chama de domínio: "tais pessoas exercem um domínio que significa posse ou controle efetivo sobre o uso de determinada área. A propriedade privada da terra, dando direito de vender ou dispor livremente de uma determinada extensão (...) é apenas uma forma de domínio. Uma pessoa pode não ter permissão de vender a terra sobre a qual tem direitos, ou expulsar dela os camponeses que a ocupam; contudo, continuam a exercer direitos sobre ela, expressos na cobrança de tributos em troca da permissão de usá-la" (17).

(16) Wolf, Eric - Sociedades Camponesas, Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970: 16.

(17) Wolf, Eric - Sociedades Camponesas, op. cit.: 75-76.

Distinguindo o domínio patrimonial, ou feudal, onde o direito sobre a terra é recebido pela herança, o domínio prebendal, onde o Estado concede a terra a funcionários e esses exigem tributos dos camponeses, e o domínio mercantil, caracterizado pela propriedade privada da terra que pode ser vendida ou comprada em mercado, Wolf adiciona o domínio administrativo (18), como os Kolkhozes e Sovkhozes russos e as comunas chinesas ou os ejidos estabelecidos após a Revolução Mexicana, onde o Estado controla o processo de produção agrícola.

Pode-se depreender que Wolf percebe que o campesinato sempre constitui um setor explorado, embora essa exploração tenha variado segundo os tipos de domínio a que se viu submetido.

O que nos parece crucial é que sugere - ainda que não de maneira suficientemente explícita - que a massa de produtores, mesmo em sociedades sem classes, não aparece como detentora de todos os meios de produção, pois o principal deles - a terra - já não lhes pertence efetivamente. A pequena produção individual pouco a pouco cede lugar à produção social, onde a apropriação passa a ser realizada não por aqueles que realmente movimentam os instrumentos de produção e criam os produtos, mas pelos capitalistas.

Marx, ao referir-se aos pequenos agricultores franceses, disse que formavam uma grande massa da população cujos membros viviam em condições que oscilavam entre uma

(18) cf. Wolf, Eric - Sociedades Camponesas, op. cit.:85-87.

organização de auto-consumo e uma economia mercantil simples.

Nesse sentido, pertenciam a um sistema de produção que não continha contradições de classe. Na medida em que se mercantiliza, ou seja, ao estabelecer relações com outro sistema de produção - o capitalista - engendra um enfrentamento classista. Com isso, se estabelecem as bases para uma aliança política entre os explorados da cidade e do campo.

Os campesinos só formam uma classe na medida em que passam a fazer parte de um sistema mais amplo. "Los campesinos parcelados forman una masa enorme, de quien todos los miembros viven en la misma situación, pero sin estar unidos, ligados por numerosas relaciones. Su modo de producción los aisla a los unos de los otros, en lugar de establecer entre ellos un comercio reciproco. Este aislamiento es todavia aumentado por el mal estado de los medios de comunicación y la pobreza de los campesinos. Su campo de producción, la parcela, no permite a su cultura ninguna división del trabajo, ninguna aplicación de la ciencia. Cada familia campesina se satisface casi a sí misma, produce directamente la mayor parte de su consumo y logra así su medios de existencia por un cambio con la naturaleza, mas bien que por un comercio con la sociedad. La parcela, el campesino y su familia; otra parcela, otro campesino y otra familia. La grande masa de la nación francesa está así constituida por una simples adición de partes del mismo nombre, casi como un saco de manzanas de tierra. Pero el hecho de vivir en

las condiciones económicas de existencia, los intereses y la cultura de las otras clases los colocan reciprocamente como enemigos, los millones de familias constituyen una clase. Y por lo hecho de no estar unidos mas que por un nexo puramente local, por el hecho que la identidad de sus intereses no crea la comunidad, ni la unión nacional, ni la organización política, los campesinos parcelados no se constituyen en classe" (19).

Marx mostra como o camponês historicamente foi o pretexto para que o capitalista usufruisse o sobreproduto social advindo da renda da terra, já convertida em mercadoria.

O desenvolvimento da agricultura estabelece a base de uma verdadeira divisão do trabalho e da separação entre cidade e campo. A terra deixa de ser um meio de se obter subsistência e passa a ser a base para a produção de mercadorias agrícolas, cuja renda deve propiciar lucro.

Com a substituição do senhor feudal pelo usuário da cidade, dos encargos feudais pelas hipotecas, da propriedade territorial aristocrática pelo capital burguês, concentra-se a propriedade do solo, tornando instável o estabelecimento de novos campesinos e fazendo que aqueles já empobrecidos percam suas pequenas propriedades.

"En este estado de esclavitud a que el (o campesino) está reduzido por el capital, y que es el resulta-

(19) Marx, Karl - El 18 Brumario de Luis Bonaparte. Buenos Aires, Editorial Claridad, 1971: 122.

do inevitable de su evolución, la propiedad parcelaria ha transformado a la mayor parte de los campesinos franceses en trogloditas" (20).

O processo de desagregação dos pequenos agri cultores autônomos torna possível a concentração da produção nas mãos de uma minoria, ao mesmo tempo que leva à for mação de novos tipos de populações rurais, que passam a vender sua força de trabalho, em troca de salário.

Pelo nível de vida, grau de dependência e cons ciência político-social dificilmente se distingue o pro prietário de uma pequena parcela de terra, de um parceiro ou arrendatário. O camponês tem que dividir-se entre os cultivos da própria parcela, insuficientes para sua sub sistência, e qualquer trabalho que lhe seja oferecido, mes mo que em locais diferentes.

Um bom exemplo da polivalência do trabalho campesino é fornecido pelo estudo do CIDA sobre o Equador (21). O camponês da zona de Santo Domingo de los Colorados na costa equatoriana, cultiva sua parcela, trabalha como peão nas fazendas de banana, e prepara os embarques - quan do os há - para o exterior. A maioria dos adultos exerce, simultaneamente tres ou quatro atividades.

Esse estilo de vida não advem de sua "mentali-
dade" especial e de sua sub-cultura caracterizada pela des

(20) MARX, Karl - op. cit.: 126.

(21) CIDA, Equador, "Tenencia de la Tierra y Desarrollo So-
cio-Economico del Setor Agrícola". Washington, D.C.,
1965:168.

confiança mútua", "fatalismo", "aspirações limitadas", etc. mas da estrutura agrária dominante, que não permite outra coisa. Em todo caso, viver dentro dos limites da subsistência constitui o caráter primário do campesinato latino-americano.

A "agricultura da arbitrariedade" como definiu Feder a agricultura latino-americana, marcada por forte concentração da terra, consolida-se em mecanismos de repressão empregados pelos proprietários e em medidas provenientes dos governos central e local, que neutralizam a ação campesina impedindo-os de formar associações e reforçando sua impotência política.

"La falta de organización de los campesinos resalta en comparación con la acción colectiva unificada de los grandes productores que están organizados en associaciones según el grupo de mercancías que producen o en organismos generales de los terratenientes. Estos grupos tienen mucha influencia sobre las políticas agrícolas locales o nacionales, incluyendo la dirección de los trabajadores rurales" (22).

As características - nível de vida ao limite da subsistência, trabalho polivalente e mobilidade geográfica - geram alto grau de atomização e desintegração social do camponês, para o qual, as relações familiares parecem representa

(22) FEDER, Ernest - Violencia y Despojo del Campesino: el Latifundismo en America Latina. México, Siglo Veintiuno Editores S/A., 1972: 162.

tar a última forma de segurança.

Em seu conteúdo concreto, a categoria campesinato refere-se a trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, ocupando a terra a títulos diferentes - proprietários, arrendatários, parceiros - exercem atividade por conta própria. Nesse sentido, distinguem-se dos trabalhadores assalariados que não trabalham por conta própria, mas sim para o proprietário da terra, vendendo sua força de trabalho.

No Brasil, ainda que ocorram relações de produção propriamente camponesas, não ~~se~~^{pode} aplicar livre e precisamente a categoria campesinato à população rural como um todo (23).

Com efeito, a expansão capitalista no campo afeta fundamentalmente o trabalho agrícola, com a gradativa proletarização do trabalhador rural, a destruição das comunidades de caboclos, do mutirão e a crise dos pequenos e médios proprietários demonstram a crescente desorganização da economia e das formas comunitárias tradicionais(24).

Ianni, que classifica os trabalhadores agrícolas em várias categorias - sitiante, arrendatário, camarada, volante - mostra como apesar da variabilidade existen-

(23) PRADO Jr., Caio - A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1966: 204/207.

(24) Candido, Antonio - Os parceiros do Rio Bonito. (Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1964: 175/183.

te no sistema de remuneração (salário propriamente dito , pagamento em espécie, quarta parte), o sistema como um todo acusa formas efetivas ou dissimuladas de salários e , portanto, de venda e compra da força do trabalho. Na verdade, a estrutura social agrária se compõe de duas classes sociais fundamentais: os assalariados, sob diversas formas e os proprietários dos meios de produção (25).

A impropriedade da aplicação da categoria cam-pesinató a comunidades indígenas se fundamenta basicamente no problema da terra. O fato de não deterem sua propriedade, mas sua posse, impede que sejam caracterizados como pequenos produtores autônomos. Por outro lado, as relações que mantem com o Estado atual se configuram como um prolongamento das relações coloniais do passado. Nesse nível, a exploração se dá entre grupos culturais heterogêneos e, assim, se estabelece um paralelismo de situações entre comunidades indígenas/Estado e países colonizados/países colonizadores.

A "situação colonial" definida por Balandier, engloba "la domination imposée par une minorité étrangère, "racialement" et culturellement différente, au nom d'une supériorité raciale (ou ethnique) et culturelle dogmatiquement affirmée, à une majorité autochtone matériellement inférieure; la mise en rapport de civilisations hétérogènes (...) le caractère antagoniste des relations interve-

(25) IANNI, Otávio - " A Constituição do Proletariado Agrícola no Brasil". Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 12, out. 1961: 27 - 46.

nant entre les deux sociétés qui s'explique par le rôle d'instrument auquel est condamnée la société dominée; la nécessité, pour maintenir la domination, de recourir non seulement à la "force" mais encore à un ensemble de pseudo-justifications et de comportement stéréotypés" (26).

Em essência, o colonialismo interno envolve o monopólio de um centro reitor sobre comércio e crédito indígena, ^{assim como exploração da população indígena} pela população global. "A exploração é combinada, como em todas as colônias da história moderna - mistura de feudalismo, capitalismo, escravagismo, trabalho assalariado e forçado, parcelaria e peonagem, serviços gratuitos. Os despojos das terras das comunidades indígenas tem as duas funções que tem cumprido nas colônias: privar os indígenas de suas terras e convertê-los em peões ou assalariados" (27).

Nesse nível de análise, a noção de colonialismo interno é fecunda pois enfatiza que o colonialismo se apresenta como etapa de expansão do capitalismo mercantil e o colonialismo interno como manifestação concreta da dominação colonial nos países a ele submetidos, onde o domínio do sistema é exterior ao espaço dominado.

Críticas dirigidas ao colonialismo interno, centram-se no argumento ^{de} que sua formulação envolve a noção de sociedade dual. Os setores que compõe a dualidade, são excludentes e entre eles se mantem apenas um vínculo

- (26) BALANDIER, Georges - Sociologie Actuelle de L'Afrique Noire. Paris, Presses Universitaires de France, 1962:34.
 (27) CASANOVA, Pablo Gonzales - A Democracia no México. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967: 93.

colonial que garante as possibilidades de apropriação - extração do excedente por parte dos setores dinâmicos. Para Casanova, "não participar no desenvolvimento econômico, social e cultural, pertencer ao grande setor dos que não tem nada é particularmente característico das sociedades subdesenvolvidas. Não só apresentam elas uma distribuição muito desigual da riqueza, de renda, de cultura, como também, com frequência abrigam dois ou mais conglomerados sócio-culturais, um super participante e outro marginal, um dominante-chame-se espanhol, caboclo ou ladino - e outro dominado - chame-se nativo, índio ou indígena" (28).

As comunidades indígenas, como colônias internas, caracterizadas basicamente pela economia de subsistência, agricultura e pecuária, com baixo índice de produtividade, revelam a "essência da estrutura colonial" (29).

Parece-nos que esse paralelo pode ocorrer apenas em um momento em que o tribal serve ao nacional, seja como mão de obra ou como fornecedor de produtos agrícolas.

Mesmo assim, a colônia interna não reproduz a essência da estrutura colonial, mas apenas uma de suas constantes: dominação de uma minoria estrangeira sobre uma maioria autóctone. Índio traduz-se por colonizado e constitui o setor subjugado pela estrutura de dominação onde a exploração econômica se justifica, ideologicamente, pela superioridade étnica e cultural.

(28) CASANOVA, Pablo Gonzales - "Sociedad Plural y Desarrollo el Caso de México". América Latina nº4, out/dez. 1962:31
 (29) CASANOVA, Pablo Gonzales - Democracia no México, op.cit 94

Na colônia propriamente dita se cria um enclave estrangeiro capitalista, ligado à economia dos países capitalistas industrializados. A economia de subsistência constitui parcela dessa infraestrutura subordinada ao enclave (30).

Por outro lado, o período neo-colonial, não elimina as formas de exploração, dado que a estruturação da dominação apenas é redefinida. Assim, a economia interna se rearticula para se integrar a outros centros hegemônicos. Nesse sentido, a transição ao período neo-colonial não se opera por ruptura, mas por consolidação, em outro nível, da antiga totalidade estruturada.

Na nova totalidade, encontramos nova conjuntura: o tribal não serve ao nacional, mas o nacional dissolve e ultrapassa o tribal, e toda estrutura se submete a uma estrutura típica, a do modo de produção capitalista. Características anteriores do sistema geraram o aparecimento de centros com relativo desenvolvimento industrial e tecnológico. Com isso, constata-se a simultaneidade de relações de produção correspondentes a etapas diferentes da história econômica, desde a agricultura de subsistência à grande indústria das economias desenvolvidas (31).

(30) cf. Singer, Paul I. - Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo, CEBRAP, 1970: 21/27

(31) cf. Singer, Paul I. - "Campo e cidade no contexto histórico latino-americano". Cadernos CEBRAP nº7: 3/27, Tavares, Maria da Conceição - "Alem da estagnação". Em Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1972:153/208 e Gorz, André - "El colonialismo por dentro y por fuera". Em La Sociedad industrial contemporanea. Mexico. Siglo Veinteuno. 1969: 168/188.

No plano das relações econômicas reais, essas etapas se realizam em estruturas econômicas diferentes ou particulares. Não constituem, porém, justaposições de modos de produção diferentes, mas uma estrutura complexa, - única, onde outras relações de produção podem coexistir sem afetar o sistema global.

As sociedades indígenas nesse caso, embora situadas numa dessas etapas, não constituem "impurezas" ou "sobrevivências", nem se realizam a margem do sistema, como acreditam Bonfil (32) e Frank (33). Ao contrário, articulam-se a ele, através de mediações das quais o mercado e o comércio são as mais significativas.

Stavenhagen sintetiza bem essa idéia afirmando que "el mundo económico indígena no es un mundo cerrado. Las comunidades indígenas sólo están aisladas en apariencia. Por el contrario, participan en sistemas regionales y en la economía nacional. Los mercados y las relaciones comerciales representan el eslabón principal entre la comunidad indígena y el mundo de los ladinos, entre la economía de subsistencia y la economía nacional. Es cierto que la mayor parte de la producción agrícola de los indígenas es consumida por ellos. También es cierto que el ingreso gene-

(32) BONFIL, Guillermo - Del Indigenismo de la Revolución a la Antropología Crítica". (Em: De Eso Que Llamam Antropología Mexicana; México, Editorial Nuestro Tiempo, 1970): 49.

(33) FRANK, André Gunder - Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología. Barcelona, Ed. Anagrama, 1969: 74

rado por los indígenas sólo representa una proporción mínima en el producto nacional (incluso en Guatemala en donde la población indígena es mas de la mitad de la población total). Pero la importancia de estas relaciones no se encuentra en la cantidad del producto comercializado, o en el valor de los productos comprados; se halla más bien en la calidad de las relaciones comerciales. Estas son las relaciones que han transformado a los indios en una "minoría" y que los han colocado en el estado de dependencia en que se encuentran actualmente" (34).

Através do mercado e do comércio se estabelecem os nexos econômicos determinantes da participação indígena na sociedade nacional, o que elimina o conteúdo básico do dualismo ou pluralismo. A produção indígena, mesmo residual, é inseparável da produção regional (e global) e, nesse sentido, as relações de classe, que se produzem no interior das relações interétnicas, tornam-se o referencial básico para a análise da mudança. As etnias passam a se definir através de uma série de atributos culturais localizados numa escala hierárquica onde os índios se situam no escalão mais inferior.

Dado, porém, o caráter desigual e, ao mesmo tempo, combinado da estrutura complexa e a consequente heterogeneidade econômica espacial, surgem conglomerados regionais dinâmicos mais ligados aos centros hegemônicos externos, e

(34) STAVENHAGEN, Rodolfo - "Classes, Colonialismo y Aculturación". América Latina, nº 4 (ano 6), out-dez. 1963: 78.

conglomerados dependentes ligados pela exploração a que se submetem.

Ainda que não seja possível um paralelismo estreito entre as populações indígenas do Brasil e as da América Latina em geral, acreditamos que a situação estrutural de ambas se assemelhe. Nos dois casos, a maioria dos índios ainda que detendo a posse de seus territórios, situam-se nos níveis mais baixos desses conglomerados dependentes, submetidos à exploração direta e indireta. Desempenham, portanto, papel na organização do trabalho e ocupam lugar no sistema de produção social. Ocupar esse lugar, participar limitada-mente da produção econômica implica em seu ingresso na base da estrutura de classes.

6. Conclusão

Desde os mais recuados tempos coloniais aos dias presentes, as tentativas de integrar o índio constituíram o objetivo quase único da política indigenista oficial.

Os Terena não escaparam a esse processo, sendo atingidos quer pela catequese religiosa, como pela inserção forçada em trabalhos agrícolas.

Relatos históricos informam que no período pre-colonial chegaram a atingir nível de produção que os distinguiu dos demais grupos nativos, dada a excepcionalidade de seus cultivos agrícolas, de seu artesanato e de sua tecelagem. Com a expansão da colonização, viram-se privados de sua infra-estrutura econômica, perderam autonomia enquanto grupo, passando a formar uma configuração social dependente dos interesses dos exploradores.

A consolidação dessa dependência, realizada pela apropriação intensiva de seus meios de produção, obrigou-os a deslocamentos sucessivos, a fim de se apossarem de territórios em que pudessem desenvolver atividades produtivas e reproduzir sua existência social. Sua produção, centrada na agricultura de auto-subsistência, suscita interesse dos colonizadores que, assim, a convertem em setor de

subsistência integrado à estrutura econômica colonial.

X Essa primeira modalidade de passagem é marcada pela supremacia étnica e cultural dos colonizadores, que imprime às relações índio/civilizado caráter essencialmente colonial, regido pela oposição: etnia colonizadora/etnia colonizada; oposição que nortearia a apropriação cada vez maior da produção indígena e a manutenção do grupo como reservatório de mão de obra, subordinado aos interesses da economia colonial.

A neutralização dos Terena, efetivada pela fixação em terras demarcadas pelo Estado, determinou a segunda modalidade de passagem. Se sua estrutura, na passagem anterior, reteve remanescentes culturais nativos, neste processo de dissolução das expressões culturais se acelera, como decorrência da integração na estrutura mais ampla, neocolonial.

Fixados no Estado de São Paulo para equilibrar a depopulação indígena dos anos trinta, esperava-se que aqui desempenhassem papel civilizador. A suposta superioridade cultural dos Aruaque, frente aos demais grupos indígenas, faz com que os Terena se convertam em agentes de difusão de conhecimentos agrícolas e artesanais.

X Confinados espacialmente, submetem-se à estrutura nacional. Em decorrência, as mudanças que experimentam se realizam mediante um processo contraditório, em que a estrutura do modo de produção capitalista impõe suas regras às estruturas particulares que compõem o resto do sis

tema e que com êle coexistem.

Nesse contexto, a produção interna dos conglomerados indígenas assume caráter residual e prescindível para a economia como um todo, mas mantém com ele relações orgânicas que se realizam através de mediações. Comércio e mercado possibilitam aos Terena estabelecer articulações com centros regionais sem que isso afete o sistema global.

X Não afetar o sistema global significa submeter-se a êle, mediante relações de exploração. Em essência, a exploração como categoria adotada para a explicação da situação Terena se reveste das mesmas características quando utilizada para análise de outros setores submetidos. Só que a historicidade do setor indígena possibilita que a exploração se realize em duas modalidades: a direta e a indireta, e que o domínio econômico seja totalmente exterior ao conglomerado indígena que, por sua vez, é objeto de legislação tutelar discriminatória.

Internamente, a estrutura econômica Terena se movimenta através do setor de subsistência e do setor de comercialização, expressos respectivamente pelas culturas alimentares (milho, feijão, mandioca, etc.) e pelas culturas não-alimentares (bicho-da-seda). Ambos englobam uma única estrutura de produção, submetida às mesmas determinações da estrutura capitalista.

+ Mesmo que o domínio econômico seja exterior, o papel fundamental de criação de riqueza se concentra na produção e o trabalho é a única fonte criadora de valor. É justo

tamente aqui que os conglomerados indígenas se aproximam das formações econômicas coloniais. A colônia não possuía um modo de produção hegemônico, dado que o domínio era exterior e o nexo do sistema residia na relação colonial.

As relações comerciais que os Terena mantem com centros regionais, e que fazem com que participem efetivamente da produção social se aproximam, de certa forma, das relações colônia/metrópole. Por outro lado, as relações de classe, realizadas nas relações interétnicas, fundam-se na incorporação generalizada ao mercado, onde não só os índios constituem setor explorado.

Nas circunstâncias atuais, as mediações representam as alternativas viáveis aos Terena enquanto grupo, desde que mantida a posse comunitária da terra. Isso permite assegurar a unidade étnica, ao lado de alguns elementos culturais tradicionais, assim como relações de produção exercitadas, ainda que não exclusivamente, dentro do quadro familiar.

A transformação, porém, será marcada pela dissolução dessas características, com a generalização das trocas mercantis e do trabalho assalariado.

7. Bibliografia

- AMORIM, Paulo Marcos de - "Índios Camponeses" (Os Potiguara de Baía da Traição). Revista do Museu Paulista, N.S., vol. XIX, São Paulo, 1970/1971: 7-94.
- ANDRADE, Edgard Lage de - Sertões da Noroeste. São Paulo, Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda., 1850-1945.
- AZARA, Félix de - Viajes por la America Meridional. Calpes, 1923.
- AZEVEDO, Fernando de - Um Trem Corre Para o Oeste. Estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. São Paulo, Livraria Martins Editora S.A., 1950.
- BALANDIER, Georges - Sens et Puissance. Paris, Presses Universitaires de France, 1971.
- _____ - Sociologie Actuelle de L'Afrique Noire. 2a. édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- BALDUS, Herbert - "Lendas dos Índios Tereno". Revista do Museu Paulista, N.S., vol. IV, nº 5, 1950: 217-232.
- BALIBAR, Étienne - "Elementos para una Teoria del Tránsito". (Em: ALTHUSSER, Louis y BALIBAR, Étienne- Para Leer el Capital. Tradução de Marta Harnecker. 4a.ed. México, Siglo XX Veintiuno, 1970).
- BARBOSA, Luis Bueno Horta - "A pacificação dos Caingangues paulistas" (hábitos, costumes e instituições desses índios). Conferência realizada em 19 de novembro de 1913, pelo Sr. L. B. Horta Barbosa, Inspetor do Serviço de Proteção ao Índio em São Paulo. Rio de Janeiro, Jornal de Comércio, 1913.

- Comissão Rondon. Pelo Índio e pela sua proteção oficial. Exposição apresentada ao Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin, em janeiro de 1923. Rio de Janeiro, Tipografia Macedo, 1923.

- "Relatório dos trabalhos realizados pela Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e localização de trabalhadores nacionais em São Paulo durante o ano de 1916". Revista do Museu Paulista, vol. VIII, N.S. São Paulo, 1954: 59-77.

- O problema indígena do Brasil. Conferência. 2a. edição ... com acréscimo de outra conferência ... sobre a pacificação dos índios Caingangues paulistas: hábitos, costumes, instituições desses índios. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.

BELAIEFF, Juan - "The present-day Indians of the Gran Chaco". (Em: Handbook of South American Indians. Julian H. Steward, ed. vol. I. New York, Cooper Square Publishers, 1963).

BELSHAW, Cyril S. - Troca Tradicional e Mercado Moderno. Modernização de Sociedades Tradicionais. Tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

BERQUE, Jacques - La Dépossession du Monde. Paris, Mouton, 1970.

BETTELHEIM, C. - "Problématique de L'Économie de Transition". Et. de Plan. Socialistes, nº 3, mar. 1966: 124-155.

BOGGIANI, Guido - Os Caduveo - Tradução de Amadeu Amaral Junior. Biblioteca Histórica Brasileira (XV). São Paulo, Livraria Martins Editôra, s.d.

BONFIL, Guilherme - "Del indigenismo de la revolución a la antropología crítica". (Em: vários autores - De Eso que Llamam Antropología Mexicana. México, Nuestro Tiempo, 1970).

- CABEZA de Vaca, Alvar Nunes - Relacion dos Naufragios y Comentarios, tomo I. Madrid, Libreria General de Victoriano Suárez, 1906. 2v.
- CALDAS, João Augusto - Memória histórica sobre os indígenas da Província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Typ.Polytecnica de Moraes & Filhos, 1887.
- CANDIDO, Antonio - Os Parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro. José Olympio. 1964 .
- CARVALHO, Alfredo de - Bibliotheca Exotico-Brasileira. vol . III, Rio de Janeiro, Empreza Graphica Editora, 1930 .
- CASANOVA, Pablo Gonzales - A Democracia no México. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967 .
-
- Sociologia de la Explotación. 3a . ed. México, Siglo Veintiuno, 1971.
-
- "Sociedad Plural y Desarrollo: el Caso de México". América Latina, nº 4, out.-dez. 1962: 31-51.
- CASTELNAU, Francis de - Expedições às regiões centrais da América do Sul. Coleção Brasiliana. vol. 266-A, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1949 .
- CIDA, Equador, "Tenencia de la Tierra y Desarrollo Socio-Economico del Setor Agrícola". Washington, D.C., 1965.
- CONSORTE, Josildeth Gomes - "Relações de Trabalho na Sericicultura". Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutor em Ciências Humanas (Antropologia) à Comissão Julgadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1973 .
- DA PRADE , Frei Benjamino Santin- "Una Spedizione ai 'Coroados' nello Stato di S.Paolo nel Brasile". s.l.p., s.d .

- DALTON , George - "Economic Theory and Primitive Society" .
 (Em : Economic Anthropology, Readings in Theory and Analysis. Edward E. LeClair, Jr. e Harold K. Schneider eds. ,
 New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968) .
-
- "Peasantries in Anthropology and History".
 Current Anthropology, 13 (3/4), jun. oct. 1972: 385-416 .
- FEDER, Ernest - Violencia y Despojo del Campesino: el Latifundismo en America Latina. México, Siglo Veintiuno, 1972 .
- FIGUEIRÉDO, Lima - A Noroeste do Brasil e a Brasil-Bolívia .
 (Conferência pronunciada no Instituto de Engenharia de São Paulo, em 21 de dezembro de 1949). São Paulo, Livraria Jose Olympio Editora, 1950.
- FIRTH, Raymond - "Capital, Saving and and Credit in Peasant Societies: A Viewpoint from Economic Anthropology". (Em : FIRTH, R. and YAMEY, B.S. - Capital, Saving and Credit in Peasant Societies. London, George Allen and Unwin Ltd . , 1964).
- FIORAVANTI, Eduardo - El Concepto de Modo de Producción. Barcelona, Ediciones Península, 1972.
- FRANK, Andre G. - On the "indian problem" in Latin America .
 (Em: Capitalism and underdevelopment in Latin America. New York, Monthly Review Press, 1967:)
- FREITAS, Affonso A. de - Os Guayanás de Piratininga. Ethnographia Paulista. São Paulo, Typ. Laemmert & C., 1910 .
- FURLONG S.J., Guilherme e CAMANO S.J., Joaquim y su "Noticia del Gran Chaco" (1778). Buenos Aires, Libreria del Plata, S.R.L., MCMLV.
 (Série - Escritores Coloniales Rioplatenses- v. VIII) .
- GALVÃO, Eduardo - "Áreas Culturais Indígenas do Brasil 1900-1959". Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém , Brasil, N.S. Antropologia, nº 8, jan. 1960: 1-41 .

- GAZMURI, Jaime - Asentamientos campesinos - Buenos Aires. Ediciones Troquez. 1970 .
- GODELIER, Maurice - L'Anthropologie économique. Em L'Anthropologie: science des sociétés primitives. Paris, Denoël, 1971: 175-244.
- _____ - L'evolution de la pensée de Marx et d'Engels sur les sociétés sans classes et les formes de passage aux sociétés de classes. Em Sur les sociétés précapitalistes (textes choisis de Marx, Engels et Lenine). Paris, Editions Sociales, 1970 : 19-105.
- GORZ, André - "El colonialismo por dentro y por fuera". (Em la Sociedad industrial contemporanea. México, siglo veintiuno, 1969: 168/188.)
- GOUGH, Kathleen - "Anthropologie et impérialisme". Les Temps Modernes, 27^e année, deejan, 1970-71, 293-294: 1123-1139 .
- HERBERT, Jean Loup e outros - Indianité et lutte des classes. (especialmente caps. VIII-XIX). Paris, Union generale d'editions, 1972 .
- IANNI, Otávio - "A Constituição do Proletariado Agrícola no Brasil". Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 12 , out. 1961: 27-46 .
- IHERING, Hermann von - "Antropologia no Estado de São Paulo . A questão dos índios no Brasil". Revista do Museu Paulista, nº 7 , 1907: 202-257 nº 8, 1911 .
- JUNQUEIRA, Carmen - The Brazilian Indigenous Problem and Policy: The Example of the Xingu National Park. Copenhagen / Geneva, Amazind/ Iwgia Document, 1973 .
- KAUTZKY, Karl - A Questão Agrária. Rio de Janeiro. Ed. Laemmert . 1968 .

- LABRADOR, P. José Sánchez - El Paraguay Católico. Buenos Aires, Imprente de Coni Hermanos, 1910. 3v.
- LANGNESS, L. L. - História de vida na ciência antropológica. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1973 .
- LANNA, Amadeu Duarte - Economia e Sociedades Tribais do Brasil. Uma contribuição ao estudo das estruturas de troca . Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1972 .
- LECLERC, Gérard - Anthropologie e Colonialisme . Paris, Fayard, 1972 .
- LEHMAN, David e Zemelman, Hugo - El campesinado : clase y conciencia de clase. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972 .
- LIMA, Carmem S. Junqueira de B. e CAMARGO, Candido Procopio F. de - "Análise da Fertilidade Kamaiurá". (mimeo.), 1971 .
- LUXEMBURG, Rosa - A Acumulação do Capital. Rio de Janeiro , Zahar, 1970 .
- MAGALHÃES, Basílio de - Em defesa do índio e de sua propriedade. Rio de Janeiro, Congresso Legislativo, discurso de 31/10 e 12/11 de 1924 .
- MANDEL, Ernst - "L'Agriculture". Em traité d'economie marxiste. Paris, Union Générale D'Éditions, 1962, Tome II: 163/220.
- MARX, Karl - El 18 Brumario de Luiz Bonaparte. Buenos Aires, Editorial Claridad, 1971 .
- _____ - Contribution à la critique de l'economie politique. Paris, Éditions Sociales, 1957 .
- _____ - Las Luchas de Clases em Francia. Buenos Aires , Editorial Claridad, 1968 .

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich - Materiales para la Historia de la America Latina. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1972 .
- MARX, Karl - Formaciones economicas precapitalistas. Buenos Aires, Ediciones Pasado y Presente, 1971 .
- MEILLASSOUX, Claude - Anthropologie Economique des Gouro de Côte D'Ivoire . 2a. ed. Paris, Mouton, 1970 .
-
- "Recherche d'un niveau de détermination dans la société cynégétique". L'homme et la société, nº 6, oct-dec. 1967: 95-106 .
- MEMMI, Albert - Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador. Tradução de Roland Cerbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- MÉTRAUX, Alfred - "Indians of the Gran Chace" (Em: Handbook of South American Indians. Julian H. Steward, ed. vol. I. , New York, Cooper Square Publishers, 1963).
- MOREIRA NETO, Carlos de Araujo - A política indigenista brasileira no século 19. Tese de Doutorado apresentada a F.F.C.L. de Rio Claro. Rio Claro, São Paulo, 1971 .
-
- "The Situation of the Indian in South America". Contributions to the study of inter-ethnic conflict in the non-andean regions of South America. Geneva, World Council of Churches, 1972 .
- NEVES, Correia das - História da Estrada de Ferro-Noroeste do Brasil. Bauru, São Paulo, 1958 .
- NORDENSKIÖLD, E. - La vie des indiens dans le chaco. (Amerique du Sud). Paris, Librairie Ch. Delagrave, s.d.
- 3 OBERG, Kalervo- "O Campônio Marginal no Brasil Rural". Sociologia, vol. XIX (nº 2), maio 1957: 118-132.

- 5 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de - A Sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1972 .
- 4 _____ - Urbanização e Tribalismo. (A integração dos Terena à sociedade de classes). Rio de Janeiro, Zahar, 1968 .
- POLANYI, Karl - "The Economy as Instituted Process". (Em: Economic Anthropology, Readings in Theory and Analysis. Edward E. LeClair, Jr. e Harold K. Schneider edts., New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968).
- PRADO, Francisco Rodrigues de - "História dos índios cavaleiros ou da nação Guaycurú". Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, vol. I, 1839: 25-57.
- PRADO Jr., Caio - A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1966 .
- PREOBRAZHENSKY, Evgenii - Peasantry and the Political economy of the early stages of industrialization. (Em Peasants and peasant societies, Teodor Shanin, ed. Middlesex, Penguin Books, 1973).
- RIBEIRO, Darcy - Diário de Campo, inédito.
- _____ - "Línguas e Culturas Indígenas no Brasil", Separata de Educação e Ciências Sociais, nº 6, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, 1957 .
- _____ - "O Indigenista Rondon". Rio de Janeiro, MEC, Serviço de Documentação, 1958 .
- _____ - "Os Índios e a Civilização. Rio de Janeiro , Ed. Civilização Brasileira, 1970 .
- SÁ Jr., Francisco - "O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência". Estudos CE-BRAP 3, jan. 1973: 87-147.

SANTOS, Silvío Coelho dos- Índios e Brancos no Sul do Brasil. A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis, Edeme, 1973 .

SILVA, Fernando Altenfelder - "Mudança Cultural dos Terena" . Revista do Museu Paulista, vol. III, N.S., São Paulo, 1949: 271-380.

SINGER, Paul I - "Campo e Cidade no contexto histórico lati - no-americano". Cadernos CEBRAP, nº 7: 3-27.

_____ - Dinâmica Populacional e Desenvolvimento. São Paulo, Edições CEBRAP, 1970.

SOUZA, Geraldo de Paula, Dr. - "Notas sobre uma visita a acampamentos de índios Caingangs". São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1918 .

STAUFFER, David Hall - "Origem e Fundação do Serviço de Proteção ao Índio". Revista de História, nº 37, cap. I, 1959; 73/95 .
 nº 42, cap.II, 1960: 435/453.
 nº 43, cap.III, 1960: 165/183.
 nº 44, cap. IV, 1960: 427/450.
 nº 46, cap. V, 1961 : 413/433.

STAVENHAGEN, Rodolfo - "Clases, colonialismo y aculturación . Ensaio sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica". América Latina, nº 4, out.-dez. 1963: 63-104.

_____ - Las clases sociales en las sociedades agrarias. Mexico, Siglo Veinteuno, 1969 .

_____ - "Las Relaciones Interétnicas en Algunas Areas de América Latina": América Latina, nº 3, jul. - set. 1964: 103-108.

_____ - "Marginalidad, participación y estructura agraria en América Latina". (Em: STAVENHAGEN, Rodolfo- Sociologia y Subdesarrollo. México, Nuestro Tiempo , 1972).

- STEWART, Julian H. e FARON, Louis C. - Native Peoples of South América. New York, McGraw-Hill Book Company, 1959 .
- SUSNIK, Branislava- El Índio Colonial del Paraguay. El chaqueño: Guaycurures y Chanes/Arawak. vol. III. Assuncion, Paraguai, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1971 .
- TERRAY, Emmanuel - Le Marxisme devant les sociétés primitives. Paris. Maspero. 1969 .
- TAUNAY, Affonso de E. - Entre os nossos Índios. São Paulo , Comp. Melhoramentos, 1931 .
- TAVARES, Maria da Conceição - "Além da Estagnação". (Em da Substituições de Importações do Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro. Zahar. 1972: 153-208).
- UNKEL, Curt Nimuendajú - "As lendas da criação e destruição do mundo como bases da religião dos Apapécúva-Guaraní". Tradução de F.W. Semmer. Datil, s.d.
- VELHO, Otávio Guilherme C.A. - "O Conceito de Camponês e sua Aplicação à Análise do Meio Rural Brasileiro". América Latina, nº 1 (ano 12), jan.-mar. 1969: 96-104 .
- WARMAN, Arturo - Los Campesinos Hijos Prediletos del Regimen. México, Ed. Nuestro Tiempo, 1971 .
- WOLF, Eric - Aspects of group relations in a complex society. Em Peasants and peasant societies, Teodor Shanin, ed. Middlesex, Penguin Books, 1973: 50-68 .
- _____ - "On Peasant Rebellions" (1969). (Em: Peasant Societies. Teodor Shanin ed., Middlesex, Penguin Books, 1971)
- _____ - Sociedades Camponesas - Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva . Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970 .
- _____ - "Types of Latin America Peasantry: a preliminary discussion". American Anthropologist, vol. 57, 1955: 452 - 471 .

WORSLEY, Peter - El Tercer Mundo. Una Nueva Fuerza Vital en los Asuntos Internacionales. 2a. ed. México, Siglo Veintiuno, 1971 .

ZAHAR, Renate - Colonialismo y Enajenación. Contribución a la teoría política de Frantz Fanon. Tradução de Enrique C. Suárez. México, Siglo Veintiuno, 1970 .

ZALUAR, A. Emílio - Peregrinação pela Província de São Paulo- (1860-1861). São Paulo, Edições Cultura, 1943 .

jornais

A NOITE - "Defendendo seus Irmãos de Raça". Rio de Janeiro , 7/2/1931.

A NOITE - "No Convívio dos Silvícolas". Rio de Janeiro,
20/10/1931
22/10/1931
26/10/1931
9/11/1931

A NOITE - "Um Brado Angustioso de 500 Selvícolas". Rio de Janeiro, 4/3/1931.

A PLATEIA - "SPI- uma explicação". Bauru, 8/12/1930.

BARBOSA, Luis Bueno Horta - "No aldeamento de Araribá luta de índios contra índios: mortos e feridos". JORNAL DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO, 23/13/1914.

DIARIO NACIONAL - "Como vivem os nossos aborígenes nas povoações da Inspeção do SPI". Rio de Janeiro, 28/7/1931.

FOLHA DA NOITE - "Informações do Chefe da Inspeção Federal de Proteção aos Índios, Sr. Nicolau Bueno Horta Barbosa" . São Paulo, 28/1/1931 .

"O BAURU" - 28/7/1907
2/8/1908

O ESTADO DE SÃO PAULO - "Câmara Municipal se Congratula pela Criação do Posto Araribá pelo Serviço de Proteção aos Índios de São Paulo" . São Paulo, 20/2/1913.

- "Índios de Bauru"- Caingangs, Nambi -
quaras ... 26/3/1913
27/3/1913

- "Municipalidade de Bauru congratula-se com o Serviço de Proteção aos Índios de São Paulo". São Paulo, 20/2/1913 .

O JORNAL - "O Serviço de Proteção aos Índios e uma Carta do General Cândido Rondon". Rio de Janeiro, 14/3/1931 .

relatórios e boletins internos

BARBOZA, Júlio Agostinho Horta - Relatório do Posto Indígena Curt Nimuendaju. 27/1/1950 .

BRANDÃO, Antonio Luiz - Relatório do Diretor Geral dos Índios de Mato Grosso. Cuiabá, Ms. da Biblioteca Nacional, 13/ 3/ 1872. 17p.

CAVALCANTI, José Bezerra - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios. Relatório dos Trabalhos da Diretoria deste Serviço relativo ao ano de 1929. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1930. (cópia termo fax).

ESTIGARRIBIA, Antonio Martins Vianna - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios. Relatório do Inspetor Interino da 5a. Inspeção Regional, 1928 .

FUNAI- Ajudância de Bauru - Posto Indígena Araribá, Correspondência relativa ao período 1917/1919 .

MELLO, J. Machado de - "A Noroeste do Brasil". Conferência realizada no Club de Engenharia a 5 de dezembro de 1914. (In cluso no "Relatório da Diretoria da Cia. E.F.NO.B. apresentado à Assembléia Geral Ordinária". 1916).

MINISTERIO DA AGRICULTURA - Serviço de Proteção aos Índios - Plano de Assistência e Desenvolvimento em Postos Indígenas Localizados no Estado de São Paulo, para o exercício de 1967.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - Boletim Interno nº 2, especial, mar. 1961.

- Boletim Interno nº 42, jul .
1960 .

- Plano Diretor de Trabalho ,
1961-1965 .

- Regulamento do Serviço de
Proteção aos Índios. decreto nº 736, 6 de abril de 1936.

- "Retrato de um Posto Indígena". Boletim Interno, nº 26, mar. 1959.

SILVA, Antonio da - Relatório enviado pelo chefe do Posto Indígena Araribá à ajudância de Bauru, 1972 .

SIMÕES, Mário F. - "Posição do S.P.I. frente às convenções internacionais do Trabalho Indígena". Boletim Interno do S . P.I. , nº 32 , set. 1959 .

VELOSO, Walter - "A integração dos índios na economia regional". Boletim Interno do S.P.I., nº 33, out.1959 .